

**Rotinas, jornalistas e fontes na era digital.
O caso da agência Lusa.**

Ana Rita Vaz Afonso

Relatório de estágio submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre
em Jornalismo

Orientadora: Professora Doutora Filipa Gonçalves Subtil, Professora-Adjunta na
Escola Superior de Comunicação Social

novembro de 2014

Declaração

Declaro ser autora deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, 4 de Outubro de 2013

A candidata,

Resumo

O presente relatório foi elaborado no âmbito do Mestrado em Jornalismo, da Escola Superior de Comunicação Social, com vista à obtenção do grau de mestre, e é referente ao estágio de três meses, realizado pela autora, na Lusa - Agência de Notícias de Portugal S.A. Nele procedemos à análise concreta das mudanças ocorridas nas relações entre jornalistas e fontes de informação, componente chave nas rotinas de produção jornalística, antes e depois do advento da Internet, mas também de outros dispositivos digitais, em particular os computadores fixos e portáteis, telemóveis, *smartphones* e *tablets*.

Partindo do objetivo formulado, procuramos responder às seguintes questões: em que sentido se alterou a relação entre jornalistas e fontes com o advento dos dispositivos digitais? Como são interpretadas pelos profissionais do jornalismo essas mudanças? Quais as possibilidades e problemas colocados pela utilização sistemática dos meios digitais? Em que medida as práticas jornalísticas, e mais especificamente a recolha de informação, foram alteradas pelo novo contexto da digitalização?

No sentido de encontrar respostas para as perguntas de partida, optámos por utilizar uma metodologia qualitativa sustentada na realização de entrevistas semi-diretivas a cinco jornalistas da agência Lusa, que experienciaram o processo de transição do analógico para o digital.

Analisadas as respostas, as principais conclusões a que chegámos foram: do ponto de vista técnico, é notório que houve um conjunto de dispositivos que caíram em desuso (telefone fixo, fax, telex, etc.), tendo sido substituídos, essencialmente, pelo *email*, *Skype* e redes sociais como o *Facebook*. Estes últimos contribuíram para aumentar significativamente o fluxo informativo, que ocorre agora praticamente em tempo real; do ponto de vista da prática jornalística, tudo indica que novas fontes têm ganho espaço no panorama mediático graças à facilidade de acesso aos jornalistas no novo meio, a Internet, mas tal não tem significado ganhos em termos de diversidade e pluralidade de informação: os jornalistas tendem a procurar fontes estáveis, que lhes garantam um fluxo de informação contínuo, e as fontes tendem a procurar o órgão certo para projetar a sua voz. Consequentemente, cria-se uma relação de interdependência entre jornalistas e fontes, com os jornalistas a tornarem-se cada vez mais dependentes das fontes, por força dos constrangimentos da profissão. Ainda assim, defendemos que

os jornalistas da Lusa estão conscientes dos problemas que estão em jogo e se esforçam por produzir notícias rigorosas e credíveis.

Palavras-chave: agência Lusa; rotinas produtivas; jornalistas; fontes de informação; dispositivos digitais.

Abstract

The present research was conducted in the ambit of the Master's in Journalism from the School of Higher Education in Communication and Media Studies, for the completion of the Master's Degree in the same program, and it is relative to a three month internship carried out by the author in the Portuguese news agency *Lusa*. This work's main focus is to analyze the changes occurred on the relations between journalists and information sources over time, which represent key components of the journalistic production routines. In this context, we differentiate between two periods, both before and after the advent of the internet, examining the changes occurred with the dissemination of digital technologies and devices, from desktop computers, to laptops, mobile phones, smartphones or tablets.

With this objective in mind, we thus focus on exploring the following topics: in which way did the journalists' relation with their sources changed since the advent of the digital era? How are these changes interpreted by media professionals? What are the benefits and the challenges imposed by the systematic utilization of digital media? In what way were journalistic practices – and in particular information collection – affected by the new digital context?

In order to explore the multiple issues raised by these themes, we chose to adopt a qualitative approach for this investigation, supported by the realization of semi-structured interviews to five journalists from *Lusa*, all of whom experienced professionals who went through the transition from the analogic to the digital supports.

After a thorough review and analysis of all the answers some of the major conclusions drawn were: from a practical standpoint, the abandonment of several devices – such as the telephone, fax, telex, *etc.* – which were replaced by more modern means of communication such as the email, *Skype* or social networks, such as *Facebook*. All of these contributed for the significant increase of the flux of information, now conducted in nearly real-time; from the standpoint of journalistic practices, new sources have also affirmed their importance due to the ease of access to journalists and the new media panorama. In this context the Internet has represented the most significant breakthrough, which has not however translated into great diversity or plurality of information. On the contrary, journalists tend to rely on steady sources of information, which guarantee a continuous flux of information, while information sources seek the right channels to project their voices. There is therefore a relation of

interdependence between journalists and information sources, with journalists increasingly more dependent on the sources, under the constraints of the profession. Even so, we argue that all journalists from *Lusa* are well aware of most of these challenges, striving to produce reliable and rigorous news.

Keywords: Lusa agency; productive routines; journalists; information sources; digital devices.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Filipa Subtil, pelo apoio e disponibilidade prestados, pela exigência pedida, e pela compreensão demonstrada ao longo deste último ano, um muito obrigado.

À agência Lusa e aos profissionais que me acompanharam, pela amizade e por me terem proporcionado uma excelente experiência de estágio.

Aos meus pais, que investiram na minha formação, que apoiaram todas as minhas escolhas, que me aconselharam, aturaram, e se orgulham de mim. Adoro-vos mãe e pai.

Ao meu irmão, com quem sei que posso sempre contar.

Ao Rui, pela paciência, e por ter estado sempre ao meu lado.

À minha avó e amiga. Adoro-te avó.

Ao meu querido avô, que com certeza está muito orgulhoso do que tenho feito e do que sou. Fazes-me falta, adoro-te avô.

A todos os meus queridos tios e primos, que gostam de mim e me apoiam. Tenho os melhores.

A Coimbra, a cidade onde vivi três dos melhores anos da minha vida, e a todos os que marcaram positivamente a minha passagem por lá.

À Bárbara, minha companheira de Erasmus.

Índice

Declaração.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract	v
Agradecimentos.....	vii
Lista de Siglas	10
Introdução	11
Capítulo I.....	16
Caracterização da Instituição de Acolhimento: a agência de notícias Lusa	
1. As agências noticiosas em Portugal: génese e evolução	16
1.1. O conceito de agências de notícias.....	16
1.2. As agências noticiosas em Portugal: da Lusitânia à Lusa	17
1.3. A Agência Lusa: história.....	22
1.4. Caracterização da empresa	27
Capítulo II	32
Rotinas produtivas na prática jornalística: a relação entre jornalistas e fontes de informação	
2. Do fordismo ao pós fordismo na produção jornalística: consequências nas formas de organização do trabalho	32
2.1. Rotinas produtivas na prática jornalística	35
2.1.1. Rotinas produtivas no jornalismo: a recolha de materiais noticiáveis.....	41
2.2. Fontes de Informação	42
2.2.1. O que são fontes de informação?	43
2.2.2. A relação entre jornalistas e fontes de informação.....	46
2.2.3. As rotinas produtivas das fontes de informação.....	48
2.3. A problemática das novas tecnologias digitais: reflexos na relação entre jornalistas e fontes de informação	51
2.3.1. Breves apontamentos sobre a história Internet.....	51
2.3.2. A era do digital no jornalismo: vantagens e problemas	52
2.3.3. Reflexos na relação entre jornalistas e fontes de informação.....	55
Capítulo III.....	58
O estágio na Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.	
3. O primeiro contacto com a empresa.....	58

3.1.	A Agenda da Lusa: rotinas de trabalho e tarefas desempenhadas	59
3.2.	Editoria País: rotinas de trabalho e tarefas desempenhadas	62
3.3.	A relação entre jornalistas e fontes de informação, antes e depois da era da Internet, na agência Lusa	65
3.3.1.	Dispositivos técnicos para contato com as fontes de informação	65
3.3.2.	Tipos de fontes: oficiais vs não oficiais	70
3.3.3.	Fontes e informação: quantidade vs. Pluralismo	72
3.3.4.	Jornalistas e fontes: proximidade ou distanciamento?	74
3.3.5.	Dependência de fontes e poder sobre os jornalistas	77
3.3.6.	É a rapidez compatível com a qualidade informativa?	79
	Conclusão	81
	BIBLIOGRAFIA	84
	ANEXOS	90
	Anexo 1 - Guião de Entrevista	91
	Anexo 2 - Tabelas	95
	Anexo 3 - Notícias	102
	Contrato de Estágio	129

Lista de Siglas

Ent. - Entrevista

AA - Alexandre Almeida

JB - José Balonas

JG - João Gomes

JPA - João Pinheiro de Almeida

VR - Vítor Rodrigues

Introdução

O presente relatório tem como propósito analisar as relações entre jornalistas e fontes de informação na agência Lusa, que se inserem num campo mais vasto da investigação em jornalismo, que são as rotinas de produção noticiosa, antes e depois do advento da Internet. A pesquisa realiza-se com base na experiência do estágio que teve a duração de três meses naquela empresa, bem como nos testemunhos de ex e atuais jornalistas da Lusa, e no cruzamento dessa informação com as propostas teóricas já apresentadas, quer no panorama nacional, quer internacional, pela comunidade académica.

Deste modo, para além de expor as tarefas realizadas durante o estágio, é nosso propósito compreender em que medida a implementação de novas tecnologias na agência Lusa, como a Internet, e outros dispositivos digitais, contribuiu para as mudanças de paradigmas na relação entre jornalistas e fontes de informação.

A opção pela Lusa partiu do interesse em conhecer de perto o ambiente de trabalho das agências de notícias. Como refere Érik Neveu, no seu livro *Sociologia do Jornalismo*,

Os jornalistas das agências de informação (...) constituem o grupo menos conhecido do público. Não há qualquer vedetismo para estes invisíveis do jornalismo. E, no entanto, sem eles, a maioria dos órgãos de informação não poderia funcionar, pois é a partir das notícias que passam pela “rede” das grandes agências (Agence France Press, Reuters, Associated Press...) que o acontecimento entra nas salas de redacção e suscita a agitação e preparação para o respectivo tratamento informativo.» (2003: 44)

As agências noticiosas são assim entidades empresariais que “habitam” entre as notícias e as organizações noticiosas (Boyd Barrett, 2002: 57). Por essa razão, há um grande desconhecimento sobre o trabalho desenvolvido por aquelas empresas jornalísticas. No caso em análise a designação “Lusa” serve para representar uma rede de mais de 200 jornalistas, que diariamente produzem entre 300 a 400 notícias de texto, fora os registos de áudio, vídeos, e conteúdos mistos, para alimentar os noticiários de órgãos de comunicação regionais, nacionais, mas também agências internacionais, visto que, como afirma Boyd-Barrett, as agências fazem parte de um sistema interdependente à escala global.

A pertinência teórica desta investigação prende-se com a curiosidade em perceber como se processam as relações entre jornalistas e fontes da “maior” fonte de informação portuguesa: a agência Lusa.

Visto tratar-se de um relatório de estágio de âmbito curricular, com limitações temporais e espaciais para a discussão, houve a necessidade de limitar o âmbito da análise. Assim, iremos debruçar-nos sobre uma dimensão específica das rotinas produtivas: as relações entre jornalistas e fontes da Lusa, procurando identificar e compreender as transformações que ocorrem nessa interação com o advento dos dispositivos digitais, concretamente a Internet, e serviços a ela associados, como o *email*, o *Skype*, etc., e dispositivos móveis, como os computadores, telemóveis e *tablets*.

Escolhido o campo de observação, preocupamo-nos em definir a metodologia a aplicar nesta pesquisa. O estágio viabilizou o contato com as fontes, e a percepção de como esse contato se processa no tempo do digital através da experiência e também da observação direta. Porém, surgiu a necessidade de saber de que forma as relações entre jornalistas e fontes se processavam no tempo do analógico. Neste sentido, consideramos que, na ausência de documentação específica sobre o contexto em análise, a técnica não documental da entrevista seria a melhor (e única) opção.

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas na recolha de informação nas ciências sociais e da comunicação. Trata-se de uma técnica de investigação de carácter interferente, na medida em que a obtenção de informação resulta de uma relação face a face, e qualitativa. Antes do mais, é importante sintetizar o domínio da pesquisa qualitativa. Na pesquisa qualitativa o investigador é um sujeito interpretativo, que está continuamente à procura de sentidos (Denzin e Lincoln, 2005: 236). Retomemos então a definição de “entrevista”. Segundo Quivy e Campenhoudt: «os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação de processos de comunicação e interação humana» (2005: 191). A entrevista assemelha-se a uma conversação sem o ser (D’Ancona, 1999: 179). O mesmo é afirmar que, o entrevistado deve sentir que está a conversar, sem se aperceber da sequência das perguntas, ou dos objetivos do entrevistador. Por conseguinte:

A entrevista apresenta um tipo de comunicação bastante particular. É suscitada e pretendida, por um lado, e mais ou menos aceite ou sofrida, por outro. Possui uma finalidade precisa e põe em presença indivíduos que, em geral, não se conhecem. (Maroy *et al.*, 1997: 95)

A dimensão da subjetividade está sempre presente numa situação de entrevista.

Pelo que:

(...) Não podemos garantir que as informações obtidas sejam idênticas noutra situação de interacção. É igualmente impossível garantir a comparabilidade perfeita dos dados, uma vez que o dispositivo de interrogação não pode ser rigorosamente idêntico. (Maroy *et al.*, 1997: 85)

A entrevista tem diversas variantes, quanto à sua duração, estrutura e profundidade. A primeira prende-se, em grande parte, com o objetivo do estudo. A estrutura da entrevista pode partir de um conjunto pré determinado de temas sem nenhuma ordem em particular, ou seguir um guião sequenciado. Por último, a profundidade diz respeito à “força” da pesquisa qualitativa. (Denzin e Lincoln, 2005: 241-242).

Para esta investigação, optamos pela entrevista semi-diretiva. Na literatura sobre o domínio das técnicas de investigação social, os autores distinguem vários tipos de entrevista: diretivas, semi-diretivas, não diretivas, centradas, aprofundadas (Quivy e Campenhoudt, 2005; Maroy *et al.*, 1997). De acordo com Quivy e Campenhoudt, é a mais utilizada por não ser nem “inteiramente aberta”, nem encaminhada por um conjunto de perguntas demasiado rígidas e precisas (2005: 192). O entrevistador dispõe de um guião de perguntas, previamente estudadas e concebidas, relativamente abertas, e, tanto quanto possível, permitirá que o entrevistado fale abertamente, conforme lhe convier (2005: 192-193). Nestes casos, em que são aplicadas as entrevistas semidiretivas, o investigador apenas se esforça por: «(...) reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível» (Quivy and Campenhoudt, 2005: 193).

Na preparação da entrevista é importante ter em conta alguns aspetos fundamentais. Em primeiro lugar, há que definir os objetivos da entrevista. «No quadro de uma investigação de tipo científico, são o objecto de estudo e as hipóteses que estabelecem a listagem de perguntas por meio de um guião de entrevista» (Maroy *et al.*, 1997: 96). Como tal, é necessário explorar aquilo que são as nossas referências e seleccionar com clareza a abordagem que queremos privilegiar (1997: 96). Em segundo lugar, é preciso considerar as condições interpessoais e sociais. Quanto às primeiras: trata-se de agir de modo que a pessoa explore o problema seguindo o curso natural do

seu pensamento, sem que o entrevistador interfira. Já as segundas, remetem para o contexto da entrevista, que exerce influência sobre o entrevistado. Deste modo: «(...) a entrevista realiza-se num determinado quadro possível de induzir efeitos e convém analisar os diferentes factores contextuais que podem influenciá-la» (Maroy *et al.*, 1997: 100). A relação entre o entrevistador e o entrevistado é também relevante no contexto da entrevista. É preciso ter em conta as diferenças culturais, de idade, sexo, raça, as relações hierárquicas subjacentes, entre outros fatores: «(...) as repostas diferem consoante a proximidade ou o afastamento do interlocutor, mas não pode deduzir-se que sejam mais “verdadeiras” num caso do que noutra» (1997: 101). Para além disso, o entrevistador deve tentar adaptar o seu modo de comunicar ao do entrevistado. Outro aspeto a referir é o quadro espaço-temporal. O local e o momento da entrevista devem ser tidos em conta. O local deve ser pertinente relativamente ao objeto de estudo, deve facilitar a expressão do entrevistado, e responder a exigências mínimas, entre as quais: «(...) um certo isolamento para não ser ouvido pelos colegas ou membros da família, para não ser interrompido pelo telefone nem ser submerso pelo barulho ou espiado (...)» (Maroy *et al.*, 1997: 102). Finalmente, há que proceder à seleção das pessoas a interrogar. Segundo Maroy *et al.*, os indivíduos devem ser escolhidos devido ao seu caráter de melhor exemplo (1997: 102).

Neste caso, a escolha dos entrevistados foi motivada por um fator chave: tinham que ter experienciado o processo de transição do analógico para o digital. Tal significou entrevistar os jornalistas mais velhos e há mais anos ao serviço de agência Lusa. Realizamos cinco entrevistas no período entre 15 de julho e 15 de agosto. Importa referir que os entrevistados, todos do sexo masculino, têm idades compreendidas entre os 46 e os 80 anos. Dos cinco, dois são licenciados, um em direito, outro em filologia germânica, e três completaram apenas o 12.º ano de escolaridade. Esta nota serve para chamar a atenção para a dificuldade que sentimos na resposta a algumas das questões formuladas. Falamos de jornalistas formados na tarimba da prática jornalística, que desconhecem os conceitos fundamentais da teoria do jornalismo

Posto isto, para cumprirmos os nossos objetivos, organizamos o relatório em três capítulos. O primeiro capítulo diz respeito à instituição de acolhimento onde foi realizado o estágio que serviu de base à investigação. Começamos por definir o que é uma agência noticiosa, recorrendo à literatura académica nacional e internacional. De seguida, centramo-nos na história das agências de notícias em Portugal, dando particular ênfase à Lusa.

O segundo capítulo, enquadra teoricamente o nosso objeto de estudo. Discutimos o conceito de rotinas produtivas no jornalismo, concentrando-nos na primeira fase do processo de produção jornalístico: a recolha de materiais noticiáveis, fase em que se articulam as rotinas de jornalistas e fontes. Num segundo momento, procuramos descortinar o conceito de fontes de informação e compreender a importância da sua utilização na prática jornalística. Para o efeito, fomos perceber se processa a relação entre os jornalistas e os seus informadores, e quais os fatores que influem nessa relação, bem como analisar algumas das principais formas de atuação das fontes face aos jornalistas e às organizações noticiosas. Ainda neste capítulo, introduzimos a problemática das novas tecnologias digitais, como a Internet, e os seus reflexos na relação entre jornalistas e fontes.

O terceiro último capítulo corresponde, numa primeira parte, ao relatório de estágio, mais concretamente à descrição das tarefas desempenhadas enquanto jornalista estagiária da Lusa, no serviço de Agenda e na editoria País. Numa segunda parte, fizemos o exercício académico de interpretar as respostas que nos foram dadas pelos entrevistados à luz dos conceitos problematizados no capítulo II.

Caracterização da Instituição de Acolhimento: a agência de notícias Lusa

1. As agências noticiosas em Portugal: génese e evolução

Neste primeiro capítulo, é nosso propósito traçar, em linhas gerais, a história das agências noticiosas em Portugal, com particular enfoque sobre a agência Lusa, a instituição escolhida para realização do estágio ao qual o presente relatório é referente.

1.1. O conceito de agências de notícias

As agências de notícias têm sido definidas como “grossistas de informação”, cuja função é, justamente, recolher informação e distribuí-la por um conjunto de diferentes subscritores (Boyd-Barrett, 2002: 57)¹. Pode considerar-se que as agências “habitam” entre a notícia e os órgãos de comunicação social (Boyd-Barret, 2002: 57). É comum entre os investigadores a distinção entre agências mundias, internacionais e nacionais, de acordo com as dimensões e áreas de influência de cada uma. As agências mundiais ocupam-se da cobertura sistemática de todo o mundo. Enquanto que, as agências internacionais especializam-se na cobertura permanente ou fortuita de determinado espaço geográfico. As agências nacionais, por sua vez, dedicam-se à cobertura de um país específico, muito embora também retransmitam as notícias das agências internacionais e mundiais para os seus subscritores (Sousa, 1997: 19).

As agências de notícias fazem parte de um sistema interdependente à escala global. Em primeiro lugar, assumem-se como os maiores e mais influentes produtores de informação de cada país (Boyd-Barret, 2002: 65), “alimentando” o noticiário dos órgãos de comunicação regionais e nacionais. Mas não só. As agências nacionais trocam entre si informações sobre a atualidade respetiva ao seu país, ao mesmo tempo que contribuem para o fluxo informativo das agências internacionais, preenchendo o noticiário de cariz “nacional” das mesmas. Por outras palavras, as agências de notícias são fonte de informação dos órgãos de comunicação social, e fonte de informação umas

¹ Sobre este tópico ver também Neveu (2003: 44).

das outras. Podemos afirmar que o universo das agências está familiarizado com a lógica das alianças (Boyd-Barret, 2000: 14), da qual fazem parte o intercâmbio de correspondentes e a partilha de serviços.

A definição clássica de agências de notícias ainda é válida, porém, merece ser recontextualizada (Boyd-Barrett, 2007: 57). Apesar de continuarem a operar como “grossistas de informação”, os progressos técnicos na área da comunicação vieram aproximar as agências dos “clientes” tradicionais, os órgãos de comunicação social, mas sobretudo do cidadão individual, também ele “consumidor” de notícias.

Em *Sociologia do Jornalismo*, Érik Neveu escreve que o estatuto de grossistas de informação” das agências de notícias provoca aos jornalistas de agência alguns constrangimentos: exigências de credibilidade e controlo apertado da informação (que terá, como vimos, repercussão no panoramas mediático quer nacional, quer internacional), concisão e densidade (pede-se que a notícia seja objetiva, contendo todos os factos, até porque ela tem que ser adaptável as características de qualquer meio de comunicação social) (2003: 44). No entanto, Neveu refere que as agências estão hoje direcionadas para um sistema *a la carte*: «(...) os órgãos de comunicação seus clientes podem optar pela recepção de despachos mais interpretativos, de um fluxo de informação mais abundante sobre determinado assunto ou área geográfica» (2005: 44). Deste modo, o sociólogo argumenta que o jornalista de agência está cada vez mais subordinado a uma forma de trabalho por medida, ou seja, sujeita às encomendas dos seus “clientes”.

1.2. As agências noticiosas em Portugal: da Lusitânia à Lusa

É em 1835 que nasce a primeira agência noticiosa do mundo, a francesa Havas. O sucesso desta agência inspirou o desenvolvimento de outras, e o arranque tecnológico² abriu caminho ao posicionamento das mesmas no campo noticioso.

No final do século XIX, a maioria dos países europeus possuía já a sua própria agência de notícias. Porém, em Portugal, o seu aparecimento foi tardio. Durante quase 50 anos, o país viveu sob um regime autoritário, condicionado pela censura e pela falta de liberdade de expressão, o que explica em parte essa demora. Na ausência de uma

² O século XIX ficou marcado por grandes avanços tecnológicos, entre os quais a invenção do telégrafo, em 1844, que veio facilitar a circulação de informação, bem como atenuar as limitações provocadas pela distância.

agência nacional, os portugueses limitavam-se a elaborar a imagem do mundo através da visão do Estado e das agências internacionais (Lusa, 2007: 49). Só em meados do século XX, em 1944, depois do aparecimento da primeira agência de notícias no mundo, é fundada a portuguesa Lusitânia, por Luís Caldeira Lupi³. A escolha do período, conhecido como Estado Novo, para a edificação da primeira agência de notícias portuguesa não foi aleatória. O Governo de Salazar não tinha controlo sobre o noticiário das agências internacionais pelo que, em plena II Guerra Mundial, uma agência nacional rigorosamente vigiada serviria de meio eficaz de propaganda à ideologia do Estado, da mesma forma que representava uma oportunidade para fazer chegar informação junto das colónias portuguesas em África. As agências, sobretudo as nacionais, desde sempre constituíram um importante símbolo nacional, contribuindo para a afirmação das identidades de cada país.

Por conseguinte, pode afirmar-se que a Lusitânia nasceu de uma relação estreita com o poder, marcada pela contraditória missão de informar e ao mesmo tempo preservar o ideário do regime. A agência dependia ideológica e financeiramente do Estado, de quem recebia cerca de 390 000 escudos⁴ por mês. No início da sua atividade, a Lusitânia não dispunha de meios financeiros que lhe permitissem fazer face às despesas. Acresce que, os recursos humanos e técnicos eram escassos. A equipa de redação era composta por dez jornalistas, com um nível de escolaridade reduzido, e que trabalhavam de uma forma muito artesanal. O equipamento de transcrição e difusão de informação era lento e dispendioso, comparativamente ao utilizado por agências estrangeiras (telex, telefone, rádio, etc.). As notícias eram passadas a *stencil* e distribuídas de bicicleta, em Lisboa, entregues porta a porta por estafetas. O Grémio da Imprensa Diária assegurava a difusão dos serviços da agência pelos jornais do continente. Os mesmos dividiam-se em três grupos: jornais de pequena ou grande tiragem, e jornais regionais. O serviço era cobrado consoante a categoria em que se inseriam. Por sua vez, a Companhia Portuguesa de Rádio Marconi e a Transportadora Aérea Portuguesa encarregavam-se de fazer chegar a mesma informação ao Funchal e às colónias.

A história aponta para o Governo português ter demorado algum tempo a consciencializar-se da importância de uma agência de expressão nacional. Porém,

³ Luís Caldeira Lupi era, à época, jornalista correspondente em Portugal das agências Reuters e Associated Press, e afeto ao regime salazarista. Foi quem exerceu pressão sobre o Governo de António Oliveira Salazar para a constituição de uma agência de notícias portuguesa.

⁴ Cerca de 1950 euros.

quatro anos bastaram para que passassem a coexistir duas agências de notícias em Portugal. Em 1948, nasce a Agência de Notícias e Informação (ANI)⁵, uma empresa privada de responsabilidade limitada, financiada pelo Estado em cerca de 3 600 000 escudos⁶ anuais. À semelhança da Lusitânia, os recursos técnicos e humanos à sua disposição da eram reduzidos. Apesar do contexto adverso em que foi fundada, a agência portuguesa celebrou contratos com agências estrangeiras, entre as quais a United Press International (UPI) e a espanhola EFE e contratou correspondentes em *part-time*, nas províncias portuguesas do Ultramar, nas ilhas da Madeira e Açores, e no estrangeiro. Além disso, apostou na modernização da redação, criando uma rede telegráfica própria. ANI foi a primeira agência portuguesa a utilizar o telex. O jornalista escrevia a notícia, o chefe de turno corrigia, e a notícia era entregue ao teletipista para que fosse “batida” numa fita de telex, que depois era colocada no emissor e enviada. Para a ANI trabalhavam doze jornalistas.

A grande diferença entre a Lusitânia e a ANI corresponde à relação de ambas com o poder. Enquanto que a primeira partilhava afinidades e interesses com o regime, a segunda geria uma relação menos comprometedora e meramente contratual com o mesmo. Resultante deste facto, a Lusitânia foi perdendo credibilidade junto dos órgãos de comunicação, e a ANI, que usufruía de melhor reputação na esfera mediática, conquistou subscritores, aumentando o seu volume de notícias.

Porém, em 25 de abril de 1974, um Golpe de Estado militar pôs fim ao regime do Estado Novo. As instalações das duas agências de notícias portuguesas foram ocupadas pelos “capitães de abril” e pressionadas a proclamar a sua “simpatia” pelos ideais do Movimento das Forças Armadas (Silva, 2002: 16). Seguiu-se um período de “euforia” no país, conhecido como Processo Revolucionário em Curso (PREC), e que só terminaria em 1976, com a Constituição Portuguesa. O triunfo da democracia exigiu a definição de um novo sistema de controlo dos meios de comunicação social. Com efeito, do PREC advieram importantes mudanças com repercussão nestes últimos. Destacam-se, entre elas, a abolição da censura e do exame prévio; a apropriação da televisão e estações de rádio; e a criação da comissão *ad hoc*⁷. Nesta sequência, as

⁵ A ANI nasceu de uma sociedade formada pelo até então redator-chefe do *Diário de Notícias*, Dutra Faria, e os jornalistas Barradas de Oliveira e Marques Gastão, e com o apoio do Ministro das Colónias, Marcelo Caetano.

⁶ Cerca de 18 000 euros.

⁷ A comissão *ad hoc* visava o controlo da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema. Acabou por ser extinta aquando da entrada em vigor da Lei da Imprensa, em 26 de fevereiro de 1975.

agências de notícias Lusitânia e ANI, pela sua conotação ao regime deposto, acabaram por ser extintas.

No verão de 1975, num ato de consolidação da democracia, o Quarto Governo Provisório, criou uma nova agência, a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP), uma empresa pública. Fundada a 1 de julho, a ANOP obrigava-se à prestação de um serviço isento, rigoroso e em favor do interesse público e da democracia. Inicialmente, a agência dispunha de autonomia administrativa e financeira, sendo que garantia a sua própria estabilidade financeira através da venda de serviços de informação aos seus clientes. A independência da ANOP parecia estar salvaguardada até que, em 1977, acabou por sofrer alterações no seu estatuto económico e financeiro, passando para a responsabilidade da Secretaria da Comunicação Social. No começo da sua atividade, a agência apropriou-se do equipamento e da equipa de trabalhadores das suas antecessoras, porém, rapidamente se modernizou: recrutou jornalistas qualificados; adotou novas tecnologias, entre as quais terminais de multiplexagem, equipamento que permitia o desdobramento das linhas telefónicas em vários canais, para envio e receção dos serviços de telegrafia e telefoto, e microprocessadores para equipamento eletrónicos, que permitiam acelerar o serviço e torná-lo mais eficiente; e alargou a sua área de influência. Em simultâneo, a ANOP abria delegações em Portugal Continental, Ilhas, países de expressão portuguesa e na Europa, ao mesmo tempo que estabeleceu uma rede de correspondentes, dentro e fora dos limites europeus, e realizou contratos de colaboração com diversas agências estrangeiras. Desta forma, a agência conquistou uma posição monopolista no mercado informativo português, até porque a maioria das redações de jornais não eram autossuficientes.

Contudo, a instabilidade financeira dos anos 1980 em Portugal acabou por afetar a ANOP, que dependia quase exclusivamente dos dinheiros públicos. Começam a surgir rumores sobre a possibilidade de extinção daquela agência, e a criação de uma cooperativa formada por empresas públicas e privadas do setor da comunicação social. Os rumores vieram a confirmar-se e em 1982 nasceu a Porpress, mais tarde redesignada Notícias de Portugal (NP), uma cooperativa de responsabilidade limitada⁸. De acordo Mário Mesquita, a fraca capacidade investigativa de muitas redações e jornais implicavam, à época, o excessivo peso de conteúdos de agência nos seus noticiários

⁸ Durante o século XX as agências de notícias, na sua generalidade, passaram por algumas dificuldades, variando consoante as características de cada uma, mas sobretudo ao nível dos rendimentos. Visando a própria sobrevivência, muitas agências canalizaram os seus recursos, reestruturando-se sob a forma de cooperativas entre privadas, ou entre empresas privadas e o Estado (Boyd-Barrett e Rantanen, 2002).

(1993: 391). Por conseguinte, o jornalista e académico considera que não foi surpreendente que as manobras políticas em torno do controlo das agências se tenham multiplicado (1993: 391): «a questão da propriedade da agência noticiosa portuguesa [ANOP] foi colocada pelo segundo governo de Pinto Balsemão, através do então secretário de Estado José Alfaia, que decidiu substituir a ANOP, empresa pública, pela NP, empresa privada» (1993: 301). O Governo de Balsemão criou a NP, mas não chegou a extinguir a ANOP devido ao veto do Presidente da República (1993: 301).

Deste modo, quando o executivo de Balsemão “caiu”, em 1983, deixou como “herança” ao primeiro-ministro Mário Soares duas agências de notícias em Portugal, ambas dependentes de financiamento público (Mesquita, 1993: 391). Porém, a situação revelou-se demasiado dispendiosa. A ANOP perdeu jornalistas e contratos de colaboração com agências estrangeiras para a agência concorrente, e os constrangimentos financeiros aumentaram, uma vez que o Estado passou a ter que subsidiar duas agências. Por sua vez, a NP iniciou funções num contexto provisório, desprovido de recursos técnicos e humanos suficientes, como aconteceu, aliás, com todas as agências de notícias até aqui. Mesmo assim, um ano depois, viria a ser primeira redação totalmente informatizada em Portugal, e com um programa informático que permitia aos jornalistas trocar mensagens internamente. Os telexes foram, aos poucos, caindo em desuso como instrumento para as práticas jornalísticas. Serviam apenas para enviar notícias para fora, e eram igualmente úteis aos jornalistas quando trabalhavam no exterior da redação. Impunha-se, no entanto, a necessidade de resolver a situação das duas agências. O então Governo liderado por Mário Soares incentivou a fusão de ambas, contudo a solução não foi bem aceite por uma das partes, a NP. Só em 1985, quando Aníbal Cavaco Silva assumiu a liderança do X Governo Constitucional, foram retomadas as negociações com as direções da ANOP e da NP. Um ano depois o acordo entre as três entidades (as duas agências e o Governo) foi, por fim, assinado, e visava a constituição de uma agência única.

Foi neste contexto que nasceu a Agência Lusa de Informação que, em 1987, começou a operar na qualidade de cooperativa de interesse público e responsabilidade limitada. A participação do Estado no capital social da Lusa rondava os 50 por cento, e os restantes 50 por cento eram distribuídos pelos diferentes utilizadores dos serviços de informação da agência.

1.3. A Agência Lusa: história

O arranque da Lusa não foi pacífico. A agência iniciou a sua atividade sem sede própria, apropriando-se dos recursos das suas antecessoras, bem como dos seus modelos e práticas de trabalho. Por conseguinte, os jornalistas, habituados a trabalhar sob diferentes orientações, competiam entre si e esforçavam-se por impôr a sua própria identidade. Além disso, apesar do apoio financeiro do Estado à agência, no final do primeiro ano de exercício da sua atividade as receitas eram insuficientes comparativamente com as despesas. Daí resultou a reestruturação da Lusa.

Em 1989, a agência instalou-se no ex-edifício da Brisa, em Benfica, Lisboa, onde permanece até hoje. Para além da mudança física, foram redefinidas as políticas de trabalho e perfilhadas novas formas de expansão, no que respeita ao território de influência, parcerias e recursos técnicos. Uma vez reunidas as condições para iniciar a atividade, a Lusa abriu delegações em quatro capitais de distrito de Portugal Continental - Porto, Coimbra, Évora e Faro -, Açores - Ponta Delgada -, Madeira - Funchal - e no estrangeiro, nomeadamente na Europa, em Bruxelas, e em África - Marrocos, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Para completar o seu serviço noticioso, a agência contratou correspondentes dispersos por Portugal e um pouco por todo o mundo: na Ásia - Macau e Israel -, América do Norte - EUA -, América do Sul - Argentina e Brasil - e Austrália - Sidney. No total, a rede de jornalistas da Lusa, incluindo correspondentes nacionais e internacionais, era composta por mais de centena e meia. Como complemento ao serviço noticioso escritor, a Lusa integrava a *European Pressphoto Agency (EPA)*⁹, uma das maiores plataformas mundiais de distribuição de fotografias, que lhe permitia dispor dos serviços fotográficos de outras agências, bem como dar visibilidade às fotos mais expressivas da atualidade portuguesa, através da sua publicação nos órgãos de comunicação internacionais. Foi deste modo que a agência passou a ser a principal fonte de informação dos órgãos de comunicação portugueses, e a “alimentar” o noticiário internacional no que concerne à atualidade portuguesa.

⁹ De acordo com a informação disponível no *site* da EPA, a mesma foi fundada em 1985 por um grupo de agências europeias, entre as quais a extinta ANOP, atual Lusa. Atualmente, do grupo de accionistas da EPA fazem parte: Athens News Agency - Macedonian Press Agency; ANP - Algemeen Nederlands Persbureau; ANSA - Agenzia Nazionale Stampa Associata; APA - Austria Press Agency; Agence de Presse - Belga; DPA - Deutsche Press-Agentur; Agência EFE; KEYSTONE; Lusa - Agência de Notícias de Portugal; MTI - Magyar Távirati Iroda e a PAP - Polska Agencja Prasowa.

No decorrer do processo de reestruturação e desenvolvimento, a Lusa empenhou-se em reorganizar os arquivos de texto e fotografia, muitos deles herdados das suas antecessoras. Por conseguinte, a agência é proprietária, ainda hoje, do maior acervo noticioso de Portugal (Lusa, 2007: 196). O primeiro Livro de Estilo da Lusa viria a ser editado em 1992.

Consciente da sua desatualização face aos restantes órgãos de comunicação social (os equipamentos eram já obsoletos), “clientes” tradicionais do seu serviço de agência, a Lusa investiu na própria modernização tecnológica. A rede telegráfica foi substituída por satélites, a redação equipada com computadores, e a distribuição de alguns serviços começou a ser feita por telefone, sistemas de teletexto e *pager*¹⁰. O satélite veio tornar a comunicação mais rápida e tornou possível a segmentação da informação. Na época do telex, a única segmentação feita era com base no destino (era necessário um código que indicava o destino da notícia). Com o satélite passou a ser possível utilizar temas na configuração das notícias: a partir daí, as notícias com determinados temas, chegavam a determinados clientes. A velocidade de transmissão que com a rede telegráfica só atingira os 300 bauds, com o satélite passou a atingir 9600 bauds. Passou então a poder colocar-se muito mais notícias em linha (até aqui a linha “entupia” com muita informação, e os conteúdos tinham que ficar em “lista de espera), e a ser possível alimentar o fluxo informativo instantaneamente.

A primeira experiência da Lusa com a Internet data de 1995, ano em que a agência, com o apoio da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, disponibilizou durante um mês as suas notícias na *web*. Contudo, a introdução da Internet nas rotinas produtivas da Lusa só viria a consolidar-se um ano depois, aquando da criação do primeiro *site* da agência de notícias. Alojado no servidor Sapo, o *site* colocava à disposição dos utentes três serviços noticiosos. O primeiro, “Comunidades”, era gratuito e destinava-se à diáspora portuguesa. Este não foi, no entanto, um serviço inovador. Já no tempo da ANOP, a agência, em parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, criou um serviço, pago, que funcionava da seguinte maneira: os jornalistas da ANOP faziam uma síntese de notícias dos jornais portugueses, que através do Ministério era enviada para todas as embaixadas. O serviço evolui mais tarde quando um proprietário de uma livraria residente no Canadá resolveu pagar para que a agência lhe enviasse diariamente dois blocos das principais notícias

¹⁰ O *pager*, ou *bip*, que precedeu a tecnologia dos telemóveis, foi um dispositivo eletrónico muito utilizado durante os anos 1980 e 1990 para contactar pessoas através de uma rede de telecomunicações.

dos jornais portugueses. O proprietário colocava as notícias na montra da loja para que as pessoas pudessem ler, despertando-lhes o interesse pela compra do jornal¹¹. Como dissemos anteriormente, o serviço foi criado a pensar nos emigrantes portugueses, e era distribuído por telex. O serviço “Comunidades” veio depois a ser distribuído na Internet, igualmente pago pelo Ministério, que a Lusa fornecia aos seus “clientes” gratuitamente. Era fechado aos órgãos de comunicação social, embaixadas e outras empresas que necessitavam de uma *password* para aceder ao mesmo. O segundo serviço disponibilizado pelo primeiro *site* da Lusa foi o “Rádios Locais”, destinado, principalmente, às emissoras portuguesas locais com pouca capacidade financeira. E o terceiro o serviço era o de “Imprensa Regional”. Ambos os serviços eram cobrados a um preço simbólico às rádios e jornais portugueses regionais e locais. Em simultâneo com a criação destes três serviços, foi feita a conversão dos serviços fotográficos analógicos da Lusa para o digital.

Em pleno século XXI, a Internet apresentava-se como um dos maiores desafios das agências de notícias em todo o mundo. Teoricamente, a Internet reduz os custos de negócio, contudo, para ser utilizada, necessita de investimento informático para a comunicação (Boyd-Barrett, 2000: 10). No caso da Lusa, a política de expansão, no sentido de tirar proveito das potencialidades da Internet, não teve o suporte financeiro necessário, e o Governo viu-se obrigado a aumentar o financiamento à agência. Por conseguinte, e para fazer frente à dependência financeira do Estado, os estatutos da Lusa foram alterados. A Agência Lusa de Informação passou de cooperativa a sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos, e adotou uma nova designação: Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. Mais uma vez, na história das agências noticiosas portuguesas - a primeira foi a ANOP -, se assiste à reestruturação de uma agência tendo em vista a sua sobrevivência.

Após a mudança de estatuto e ultrapassada a questão financeira, a Lusa voltara a concentrar-se nos seus projetos enquanto agência. Uma vez que a Internet se afigurava como o meio mais rápido e eficaz de divulgação de informação, a Lusa apostou no *site* como plataforma de excelência para esse efeito. Em 1999 a página *online* foi alvo de alterações e os conteúdos foram reorganizados em novas secções, mais próximas daquilo que conhecemos hoje: “Nacional”, “Economia”, “Desporto”, “Internacional”, “África” e “Fotografia”. Dois anos depois, a agência criou dois novos *sites* para

¹¹ Devo estes pormenores a uma conversa informal que, gentilmente, o jornalista João Pinheiro de Almeida aceitou ter comigo.

diferentes fins: o “Lusa Foto”, destinado à distribuição de fotografias, e o “Lusa Arquivo”, que funcionava como arquivo de texto. Um ano depois é criado o primeiro sistema interno de redação da Lusa, o SIR.

No ano de 2002, a Lusa exibia um novo *site*, o primeiro *site* de agência a ser desenvolvido pela empresa Microsoft: o www.lusa.pt. As notícias agrupavam-se em duas formas: as de acesso livre, que constituíam a maioria, e as de acesso reservado a assinantes, que representavam, pela primeira vez, um serviço segmentado para os utentes. Ao mesmo tempo, a agência desenvolveu quatro novos serviços especializados: o “Lusa News”, “Lusa Brasil”, “Timor-Leste” e “Lusa Macau”, com informação redigida na língua materna dos respetivos países destinatários. O novo *site* da Lusa proporcionou aos utilizadores novas ferramentas de navegação e de seleção de notícias, e a possibilidade de as mesmas serem “armazenadas” em “Páginas Pessoais”, de acordo com o preferência de cada um. Em alternativa, a leitura poderia ser feita através de “Pesquisas Favoritas”: a informação era enviada por e-mail de acordo com a periodicidade escolhida pelo utilizador. Além disso, as notícias eram organizadas no *site* de forma cronológica, da mais antiga para a mais recente, e permaneciam *online* em cada secção por um período de 15 dias. Mais tarde, em 2007, o *site* foi reformulado, porém, manteve o mesmo domínio. Uma nova plataforma informática, *Lusa News Asset* (LUNA), veio alterar significativamente a forma de produção, distribuição e arquivo de conteúdos, através do sistema *all in one* (Batista e Ribeiro, 2010: 203). O sistema agrupou os sistemas individuais pré-existentes: a página oficial da Lusa, o “Lusa Arquivo”, e o “Lusa Foto”. «[O sistema *all in one*] abriu caminho para um mundo multimédia» (Batista e Ribeiro, 2010: 203). Nesse âmbito, a Lusa instituiu um acordo com as três operadoras de televisão generalista portuguesas - RTP, SIC e TVI - e com a Associação Portuguesa de Radiodifusão. Deste acordo nasceram os serviços Lusa TV e Lusa Radio, que seriam complementares aos serviços prestados pelas televisões e rádio nacionais. Por conseguinte, a agência investiu em equipamento tecnológico como gravadores digitais e câmaras de vídeo. Em parceria com a Universidade do Porto, levou a cabo uma formação multimédia para todos os seus jornalistas e correspondentes.

Desde o começo da sua atividade, a Lusa conquistou uma posição dominante no mercado noticioso português, em termos de produção e difusão de conteúdos informativos. Atualmente, existem outras empresas que desempenham funções semelhantes, porém não chegam a concorrer com a Lusa. É o caso da nFactos, criada em 2007. Contudo, a agência não está livre de concorrência. Os restantes órgãos de

comunicação social tornam-se presenças cada vez mais competitivas no mercado grossista de informação. A crescente concentração da indústria dos *media* contribui para a autossuficiência dos tradicionais clientes do serviço de agência, que passam a depender de receitas de produção interna (Boyd-Barrett, 2000: 8). De acordo com o Relatório Anual de 2008 da Lusa, a grande ameaça reside no *online*: a Google, com a organização de fontes informativas, o Youtube, com a difusão de conteúdos multimédia, os blogues as redes sociais onde o consumidor é também produtor e distribuidor de informação. Desta forma, o *online* facilita o acesso a múltiplos conteúdos, maioritariamente gratuitos, cuja fonte pode pertencer ao setor da comunicação social, ou a um qualquer cidadão-jornalista. «(...) Ao funcionar como um acervo global de informações e dados, a *web* assegura um permanente fluxo de notícias oriundas de todas as latitudes e de todos os assuntos» (Canavilhas, 2004: 15).

Este cenário pode porém ser um incentivo a tirar proveito da Internet e outras ferramentas digitais, de forma a agilizar o trabalho e torná-lo mais competitivo. Ao contrário do que acontece nos EUA, e até mesmo noutros países europeus, em Portugal verifica-se ainda alguma resistência à aposta num jornalismo digital. Esta atitude pode justificar-se na ausência de um modelo de negócio viável para a Internet, falta de investimento e o treino inadequado dos jornalistas. Consta do Relatório Anual da Lusa de 2008 que um dos objetivos da agência é desenvolver novas áreas de negócio e aceder às novas tecnologias, de forma a responder às necessidades dos mercados tradicionais e, cada vez mais, dos mercados digitais. O aproveitamento das ferramentas digitais e o acompanhamento da evolução dos mercados são vistos pela Lusa como um mecanismo de defesa e de fortaleza da língua comum a cerca de 250 milhões de cidadãos do mundo. De acordo com os jornalistas Jonas Batista e Susana Ribeiro, a cobertura do “mundo” que fala português é uma das fraquezas da agência (Batista e Ribeiro, 2010: 219).

Apesar das oportunidades e fragilidades da era do digital, e que mais à frente iremos discutir e aprofundar, a agência Lusa continua a ser uma instituição chave no sistema mediático português e a principal fonte de informação para os órgãos de comunicação portugueses. Desta forma, assume um papel importante na formação e informação da opinião pública e contribui na defesa dos interesses do país (Batista e Ribeiro, 2010: 221).

1.4. Caracterização da empresa

Desde a fundação que a agência Lusa assumiu a condição de “grossista de informação”, alimentando o noticiário dos órgãos de comunicação que usufruíam de maior diversidade de conteúdos a menor custo. «Actualmente, a Lusa é a maior agência noticiosa de língua portuguesa e a placa giratória de informação por excelência sobre e para os países lusófonos e as comunidades no estrangeiro» (Lusa, 2007: 220).

De acordo com os estatutos definidos no Contrato de Sociedade da Lusa (2007), a missão da agência de notícias envolve:

(...) Assegurar a informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança prestando os seguintes serviços: a) Recolha de material noticioso ou de interesse informativo e seu tratamento para difusão; b) Divulgação do material recolhido, mediante remuneração livremente convencionada, para utilização dos órgãos de comunicação social nacionais ou estrangeiros ou de quaisquer outros utentes individuais ou colectivos, institucionais ou empresariais, que o desejem; c) Prestação ao Estado Português, ao abrigo de um contrato específico plurianual, dos serviços da sua especialidade que assegurem o cumprimento das obrigações do Estado no âmbito do serviço de interesse público relativo à informação dos cidadãos (...)¹².

Para o efeito, os jornalistas obedecem ao Código Deontológico do Jornalista (1993), bem como a regras de conduta internas que ganham expressão no Livro de Estilo da Lusa, elaborado em 1992. O cumprimento dos objetivos supra enumerados visa a afirmação da agência de notícias no âmbito nacional e internacional, garantindo a qualidade dos seus serviços através da circulação democrática e plural da informação, bem como a defesa dos interesses estratégicos do Estado português.

Desde 1988 que a agência Lusa está sediada no lote C da Rua Dr. João Couto na freguesia de Benfica, em Lisboa. A sociedade é formada por 8 acionistas: o Estado português, acionista maioritário com 50,14% de participação no capital social¹³, e 7 empresas de comunicação social - 1) Controlinveste Conteúdos S.A. (23,36%); 2) Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (22,35%); 3) NP - Notícias de Portugal, CRL (2,72%); 4) Público - Comunicação Social, S.A. (1,38%); 5) Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (0,03%); 6) O Primeiro de Janeiro, S.A. (0,01%); 7) Empresa do Diário do Minho, LDA (0,01%).

¹² LUSA - Agência de Notícias de Portugal S.A. (2007), “Contrato de Sociedade”.

¹³ De acordo com o Contrato de Sociedade da Lusa, o capital social da agência de notícias está avaliado em cinco milhões trezentos e vinte cinco mil euros, representados em dois milhões e trinta mil ações, no valor nominal de €2,50 cada uma.

Quanto à estrutura orgânica da empresa, o Conselho de Administração (C.A.) afigura-se como órgão máximo: «(...) a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais¹⁴». O C.A. é atualmente presidido por Rogério Gomes¹⁵, com o apoio da Secretária-Geral, que assegura a maior parte dos serviços corporativos. Para além do Conselho de Administração, existem mais três direções operacionais: a Direção de Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos, a Direção de Operações e Mercado, que controla a gestão dos sistemas de informação e promove a venda de serviços, e a Direção Administrativa e Financeira, que reúne funções de contabilidade, tesouraria, informação de gestão, compras e recursos humanos.

No total, a equipa da Lusa é composta por cerca de 264¹⁶ trabalhadores no quadro de efetivos, no qual se incluem 12 requisitados e com licenças sem retribuição, e 30 em situação de pré reforma. O grupo profissional mais expressivo é o do jornalistas, com 205 elementos.

A par da redação central, em Lisboa, a Lusa possui delegações nacionais no Porto, nos Açores e na Madeira, e no estrangeiro. Na Europa, em Berlim, Bruxelas, Madrid, Paris, Luxemburgo, Londres e Genebra; em África: em Joanesburgo, Luanda, Praia (Cabo Verde), Bissau, Maputo e São Tomé; na América Norte e Sul: em Toronto, Nova Iorque, Rio de Janeiro, São Paulo e Caracas; e, finalmente, na Ásia: Macau, Pequim, Jacarta e Díli.

De forma a completar o serviço informativo sobre o que ocorre em Portugal e no mundo, a agência mantém ainda uma rede de jornalistas correspondentes, distribuída por todos os distritos do país e regiões autónomas, todos os países de língua portuguesa, naqueles onde residam comunidades portuguesas, e naqueles com os quais Portugal sustenta relações políticas, diplomáticas ou comerciais estreitas (o que prefaz um total de 30 países em todo o mundo).

No que concerne à produção de notícias da Lusa, existem cinco serviços generalistas: 1) Nacional - cuja incumbência é cobrir as temáticas sobre política, sociedade, saúde, justiça, educação, ciência, regionais e locais; 2) Economia - onde são tratados os assuntos relacionados com o mundo empresarial, os negócios, o comércio, o

¹⁴ LUSA - Agência de Notícias de Portugal S.A. (2013), “Relatório e Contas”.

¹⁵ Rogério Gomes substituiu Afonso Barata Camões, presidente do C.A. da agência desde março de 2009, tendo cessado funções no passado dia 31 de outubro.

¹⁶ Todos os números aqui apresentados datam de 2013, dos Relatório Anual e Relatório e Contas disponibilizados pela Lusa no seu *site*.

consumo, a banca, a agricultura, o funcionamento dos mercados em Portugal e nas principais praças financeiras mundiais; 3) Desporto - faz a cobertura das mais diversas modalidades e eventos desportivos, dentro e fora do país; 4) Internacional - responsável pelos acontecimentos à escala mundial, com o apoio de agências internacionais; 5) Lusofonia - produz as notícias sobre a atualidade dos países lusófonos e comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. A redação em Lisboa está dividida em 12 editorias: Agenda, Piquete, País, Sociedade, Cultura, Política, Economia, Lusofonia, Internacional, Desporto, Multimédia e Fotografia. A produção inclui não só artigos de texto, mas também fotografia, áudio, vídeo e infografias. De acordo com o Relatório Anual de 2013, a Lusa obriga-se a produzir um serviço de notícias global que deve respeitar, em média, por dia: entre 300 a 400 notícias de texto; 39 a 50 fotografias, 10 a 20 registos de áudio, e 5 a 10 registos de vídeo. O mesmo relatório indica que a Lusa produziu e difundiu diariamente naquele ano 450 notícias, 125 fotografias, 35 registos de áudio, 18 vídeos e 5 conteúdos mistos¹⁷, pelo que a agência cumpriu com as obrigações estabelecidas, aliás, excedeu até os objetivos contratuais. Os conteúdos dizem respeito aos mais diversos temas da atualidade nacional e internacional¹⁸, ainda assim, destacam-se, entre os conteúdos produzidos em formato de texto, os temas de Política e Economia. Quanto à fotografia, os temas dominantes dizem mais uma vez respeito à Política, mas também ao Desporto. Para o efeito, a agência beneficia, para além da rede de delegações e correspondentes, de parcerias com agências estrangeiras, como a AMAN¹⁹ - Aliança das Agências Noticiosas dos Países do Mediterrâneo, a EANA - Aliança Europeia de Agências de Notícias²⁰, a Minds International²¹, de que a Lusa é acionista e fundadora, e a IPCT – International Press Telecommunications Council²². No que diz respeito ao serviço de fotografia, a Lusa é membro fundador da *European Pressphoto Agency* (EPA), uma das maiores plataformas mundiais de distribuição de

¹⁷ Ver anexo 2, tabela I, p. 95. De acordo com o Relatório e Contas de 2013, a diminuição em cerca de 10% do número de jornalistas, consequência de uma diminuição das transferências do Estado, ao abrigo do contrato de serviço público, conduziu igualmente à diminuição dos conteúdos distribuídos.

¹⁸ Ver anexo 2, tabela II, p. 96.

¹⁹ A AMAN é uma organização que tem como objetivo promover a troca de informação entre os países banhados pelo mar Mediterrâneo, como sejam: Espanha (EFE), França (AFP), Grécia (ANA), Itália (ANSA), Turquia (AA) e Egipto (MENA). A AMAN faculta aos seus membros conteúdo noticioso traduzido para inglês.

²⁰ A EANA é uma organização que reúne as 32 principais agências de notícias europeias.

²¹ Organização que congrega representantes de agências noticiosas mundiais para acompanhamento de temas relevantes no âmbito do futuro da indústria.

²² É uma estrutura de arquivos e metadados que podem ser aplicados ao texto, imagens e outros. Foi desenvolvido no início de 1990 para agilizar o intercâmbio internacional de notícias entre os jornais e as agências de notícias.

fotografias, o que lhe permite dispor dos serviços fotográficos de outras agências, bem como dar visibilidade às fotos mais expressivas da atualidade portuguesa, através da sua publicação nos órgãos de comunicação internacionais.

A Lusa é, por conseguinte, detentora do maior arquivo noticioso português, em parte herdado das suas antecessoras, com mais de 4 milhões de notícias e cerca de 2 milhões de fotografias e vídeos. A consulta dos arquivos pode ser feita a partir do *site* da própria agência e é reservada aos assinantes.

Aquando da sua criação, a agência Lusa estava desatualizada em relação ao panorama mediático, nomeadamente os próprios clientes, pelo que, desde cedo, investiu na modernização do equipamento técnico, bem como na atualização dos conteúdos. Em 1995 começou a tirar partido das potencialidades da Internet, relação que ficou totalmente consolidada quando, em 2002, exibiu o *site* www.lusa.pt, o primeiro *site* de agência a ser desenvolvido pela Microsoft, e que se tornou no rosto do trabalho desenvolvido pela Lusa. Em 2004, no seguimento do seu processo de atualização, a agência colocou à disposição dos clientes dois novos serviços exclusivos para assinantes: o Lusa TV e o Lusa Rádio. O Lusa TV serve as grandes emissoras de televisão, enquanto que o Lusa Rádio é utilizado por grande parte das rádios nacionais, regionais, locais e das comunidades portuguesas. Para o efeito, criou parcerias com as operadoras de televisão generalista e a Associação Portuguesa de Radiodifusão, acordando que ambos os serviços seriam unicamente complementares aos serviços oferecidos pelas televisões e rádios nacionais. Vídeos e áudios são partilhados através do *site* da Lusa: www.lusa.pt. Ainda no âmbito da inovação e modernização tecnológica, na área da multimédia, a Lusa lançou, este ano, novas aplicações móveis para IOS e Android, cujo uso é adequado a *smartphones* e *tablets*. A agência procedeu também à atualização dos computadores pessoais dos jornalistas para uso de um novo ambiente de trabalho com os sistemas operativos Windows 7 e Office 2010, dando início à descontinuidade de versões anteriores.

Para terminar, a rede de clientes da Lusa reúne: 1) 350 órgãos de comunicação social nacionais; 2) 100 órgãos de comunicação social estrangeiros; 3) 200 empresas; 4) 300 entidades e organismos públicos; 4) 500 subscritores membros da diáspora portuguesa²³. Os serviços chegam aos clientes via satélite e Internet, isto porque, muito

²³ Estes dados foram retirados de um documento não oficial cedido pelo departamento de recursos humanos em 2013, e não houve possibilidade de serem confirmados.

embora a Internet se tenha tornado no veículo de difusão por excelência da Lusa, a agência manteve o uso do satélite.

Rotinas produtivas na prática jornalística: a relação entre jornalistas e fontes de informação

2. Do fordismo ao pós fordismo na produção jornalística: consequências nas formas de organização do trabalho

O sociólogo Robert E. Park, no seu texto “A história natural do jornal”, publicado em 1923, escreve que: «o redator é o filósofo que virou comerciante». Os primeiros jornais impressos, os boletins informativos, surgiram no século XVII como instrumentos para organizar as “fofocas” (Park, 2008: 36). No começo do século XVIII, aqueles boletins foram substituídos por jornais de cariz político, que passaram a ser jornais de opinião, instigando discussões partidárias e captando, fundamentalmente, a atenção das elites intelectuais (2008: 42). Os jornais eram elaborados de uma forma artesanal, comportando muitas vezes uma veia literária. Veja-se o caso do jornalismo português da passagem do século XIX para o século XX. Alguns dos mais prestigiados jornalistas da altura eram escritores. Estamos a referir-nos, por exemplo, a Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano, Eça de Queirós, Almeida Garrett, entre muitos outros. Só nos finais do século XIX, surgem nos EUA a *penny press*²⁴ e a “imprensa amarela”²⁵ que vêm alterar o modo de fazer jornalismo que até então tinha como principal função ser a “voz” de causas populares²⁶ e cujo propósito era instruir e contribuir para formar uma opinião pública mais esclarecida.

A imprensa amarela surgiu da tentativa de captar para o jornal um público cuja única literatura era o jornal com estórias e o romance barato. O problema era escrever a notícia para servir de apelo às paixões fundamentais. A fórmula era: amor e

²⁴ Em *The Press and America. An interpretive history of the Mass Media*, Michael Emery, Edwin Emery e Nancy L. Roberts, escrevem que os *penny papers* abandonam o caráter erudito característico dos jornais até aqui, e voltam-se para um público mais abrangente, não só o intelectual. Ver mais sobre este tipo de jornalismo em Emery, Emery e Roberts (2000: 100).

²⁵ *Yellow press* na versão original. Pulitzer, considerado o “pai” da imprensa amarela, apercebeu-se, enquanto redator da publicação americana *St. Louis Post Dispatch*, que a melhor de combater as causas populares, ao contrário de defendê-las, era anunciá-las, escrevê-las: o chamado jornalismo sensacionalista. Foi este tipo de jornalismo que permitiu a Pulitzer converter, em seis anos, o *New York World*, que estava em fase de decadência, ao assumir a sua liderança, tonando-o no jornal mais falado da cidade de Nova Iorque.

²⁶ Ver mais em Robert E. Park (2008: 33-50).

romance para as mulheres; esporte e política para os homens. O efeito da aplicação dessa fórmula foi o aumento enorme da circulação de jornais. (Park, 2008: 47).

Assim, este novo jornalismo apostou no caráter sensacionalista dos seus conteúdos para atrair uma audiência maior e mais diversificada.

Até aqui a produção noticiosa era feita com poucos meios e em pequena escala. As tecnologias de informação emergentes no século XX (telex, fax, computadores pessoais, Internet) alteraram profundamente a lógica de produção e distribuição e fizeram do objetivo principal daquela imprensa o lucro, assente no princípio da “racionalidade” (Figaro, 2010: 101). Tal acarretou um conjunto de mudanças no que concerne à organização do trabalho e ao desenvolvimento de rotinas produtivas, entendidas como práticas profissionais tipificadas de modo a dar resposta aos constrangimentos temporais e de espaço de produção jornalística (Tuchman, 1973).

Até à década de 1970, o regime de produção noticiosa seguiu, grosso modo, o modelo de produção fordista (ou fordista de acumulação). Salvo exceções, os jornais partiam da iniciativa de um grupo de amigos com ideias políticas comuns, ou pertencentes a uma sociedade sem fins lucrativos. Os meios de que dispunham limitavam-se aos meios financeiros necessários para dar conta das despesas correntes (Tengarrinha, 2013: 855). Em *The Condition of Post Modernity*, David Harvey sintetiza as principais características do modelo de produção fordista. Segundo o geógrafo e académico britânico, o fordismo baseia-se numa economia de escala: produção em massa para consumo em massa; uniformização e estandardização dos bens produzidos; acumulação de *stocks*; organização vertical do trabalho; precariedade de condições de trabalho; redução de custos através do controle dos salários (pagamento por taxa); individualização de tarefas; elevado grau de especialização dos trabalhadores; elevado grau de regulamentação; rigidez (1997: 177-179).

De acordo com Virginia Fonseca e Paulo Souza, os países capitalistas, maioritariamente ocidentais, assistiram entre o pós Segunda Guerra Mundial, até ao começo da década de 70, ao “boom” económico ancorado no industrialismo, com o aumento dos salários dos trabalhadores, que eram atraídos para a “esfera do consumo” como forma de ampliar o mercado (Fonseca e Souza, 2006: 3). Porém, após aquele período de expansão, os sistemas capitalistas começaram a dar sinais de crise: excesso de produção e acumulação de excedentes; quedas nos lucros; o espoletar da crise do petróleo em 1973; e o fim do acordo monetário de Bretton Woods, firmado após a

Segunda Guerra Mundial (2006: 3). Aos poucos o modelo fordista de acumulação foi perdendo os seus alicerces. Houve necessidade de rever os padrões de organização e acumulação da produção. É nesta sequência que a sociologia do trabalho começa a designar o novo modelo de produção industrial como modelo pós-fordista de acumulação flexível. Contrariamente ao fordismo, que assenta numa economia de escala, o pós-fordismo busca um alvo preciso. O pós-fordismo caracteriza-se por: produção em pequenos lotes; variedade de tipos de produtos - flexibilidade de produção; não acumulação de *stocks*; desintegração vertical; “aprender fazendo”; multiplicação de tarefas por trabalhador; não especialização; elevada segurança no trabalho para um núcleo fixo de trabalhadores e precariedade de condições para trabalhadores temporários; falta de regulamentação; consumo fragmentado e individualizado (1997: 177-179) Segundo Harvey, a transição para o novo modelo é acompanhada de novas formas organizacionais e novas tecnologias de produção (1997: 284). A automatização e a informatização das redações ajudaram à consolidação deste novo modelo no jornalismo (Fonseca e Souza, 2006: 4). A produção por metas veio permitir o aumento da produtividade e a otimização de custos (Figaro, 2010: 102), através da não acumulação de *stocks*, cortes na mão de obra, o acumular de funções, etc.. Neste quadro, refere Carlos Camponez, os jornalistas passaram a ser chamados a exercer várias funções em áreas como a produção e o tratamento de texto, paginação, captura e edição de imagem, reduzindo as distâncias entre a redação e as funções de edição dos conteúdos, e os valores editoriais se aproximaram dos objetivos económicos e financeiros das empresas, em detrimento de outros (2011: 214)

Nas palavras de Harvey (1997), as últimas décadas significaram uma fase intensa de “compreensão de tempo e de espaço”. O aumento da velocidade de produção foi alcançado na produção, paralelamente à do consumo (1997: 284-185). Fonseca e Souza (2006) analisam essa característica do regime de produção pós-fordista nas rotinas de produção jornalística com base no conceito fornecido por Harvey. Os autores referem que a dificuldade maior que os jornais encontram, em relação aos novos meios de comunicação, como a Internet, em conquistar leitores, no período pós-fordista, é o tempo. «Desvalorizado e “aniquilado” o espaço, o tempo ganha relevância ainda maior no jornalismo.» (2006: 9) Segundo Harvey, a compressão de tempo e de espaço atinge, principalmente, o setor dos serviços, uma vez que aí o consumo do que é produzido é bastante mais rápido do que o de bens duráveis (1997: 285):

Toda essa indústria [cultural] se especializa no tempo de circulação (...). Trata-se de uma indústria em que as reputações são feitas e perdidas da noite para o dia, onde o grande capital fala sem rodeios e onde há um fermento de criatividade intensa, muitas vezes individualizada, derramado no vasto recipiente da cultura de massa serializada e repetitiva.²⁷ (Harvey, 1997: 290)

A indústria cultural, da qual faz parte o jornalismo, é assim uma das mais atingidas por essa compressão. A flexibilização da produção nos sistemas capitalistas reorganizou os padrões de produção e consumo em termos de tempo, mas não só, visou solucionar o problema de saturação decorrente das práticas fordistas, trabalhando para um consumo mais fragmentado e individualizado “derramado”, termo utilizado por Harvey (1997), num “recipiente” de cultura de massas.

Em “Autómatos da informação”, texto publicado em 2011, Iganico Ramonet escreve sobre a industrialização massiva de conteúdos *online* e um tipo de informação *low cost*, produzida pelas novas “fábricas de informação”, com base em métodos de produção “participativa”, cujo grande pioneiro foi o *site* americano Demand Media criado em 2006. O Demand Media tornou-se no maior colaborador do YouTube, fornecendo à plataforma entre 10 a 20 mil vídeos por mês (2011: 1). Segundo Ramonet, outras empresas seguiram entretanto os passos do Demand Media. O sociólogo faz referência ao *site* de informações The Upshot, criado pelo famoso motor de busca Yahoo, concorrente direto da Google, em 2010, cujos temas são decididos pelas estatísticas de pesquisa dos internautas na rede: é a chamada “economia do clique” (2011: 1-2).

2.1. Rotinas produtivas na prática jornalística

As rotinas produtivas associadas à prática jornalística constituem um tópico que se insere num campo de estudo mais vasto, que a literatura tem vindo a designar de contextos de produção noticiosa. As primeiras referências à necessidade de os processos de seleção de notícias serem pautados por rotinas de trabalho tipificadas encontram-se na obra clássica de Walter Lippmann, *Public Opinion*, de 1922. Lippmann escreve que:

²⁷ «This whole industry specializes in the acceleration of turnover time (...). This is an industry where reputations are made and lost overnight, where big money talks in no uncertain terms, and where there is a ferment of intense, often individualized, creativity poured into the vast vat of serialized and recursive mass culture.» (Harvey, 1997: 290)

Todos os repórteres de eventos do planeta, nem mesmo trabalhando 24 horas por dia, poderiam presenciar tudo o que passa no mundo. Por outro lado, a verdade é que não muitos, que nenhum tem a capacidade de estar em dois sítios ao mesmo tempo nem são clarividentes, nem utilizam bolas de cristal, nem têm o dom da telepatia. Assim, parecer-nos-ia milagroso que estes profissionais (...) fossem capazes de cobrir tal variedade de temas, se não fosse porque todos eles seguem uma rotina de trabalho tipificada.²⁸ (1997: 214)

Décadas mais tarde, nos anos 1950, surgem as primeiras teorias sobre o *gatekeeping*²⁹ (White, 1950). Os estudos sobre as “portas” das notícias focam-se no número de itens que são escolhidos no decorrer do processo de seleção e nos que são excluídos, assim como as razões e influências dessa exclusão (organizacionais, ideológicas, etc.). No entanto, é nos anos de 1970 que a investigação académica no campo jornalístico vai começar a refletir e a investigar sistematicamente esta temática (Tuchman, 1973; 1977; 1978; Gans, 1979; Golding e Elliot, 1979).

A pesquisa da socióloga americana Gaye Tuchman é neste domínio pioneira e incontornável. Um primeiro artigo, publicado em 1973, intitulado “Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected”, Tuchman procura compreender o modo como os profissionais do campo jornalístico, frequentemente chamados a cobrir uma grande variabilidade de eventos, muitos dos quais inesperados, processam de forma rotineira a sua atividade (1973: 111). As rotinas de trabalho possibilitam ao jornalista responder a uma ação ou acontecimento inesperado. Sem elas, as organizações de notícias iriam “tropeçar” diante de tais ocorrências (1973: 111).

A reflexão de Tuchman parte de dois pressupostos da sociologia do trabalho³⁰: o primeiro defende que a variabilidade da matéria-prima - leia-se eventos - coloca impedimentos à rotinização do trabalho. Como já referimos, os jornalistas deparam-se diariamente com uma série de eventos, muitos impossíveis de prever e, por isso, difíceis de administrar e de incluir em rotinas diárias. O segundo defende que o controle do

²⁸ «All the reporters in the world working all the hours of the day could not witness all the happenings in the world. There are not a great many reporters. And none of them has the power to be in more than one place at a time. Reporters are not clairvoyant, they do not gaze into a crystal ball and see the world at will, they are not assisted by thought-transference. Yet the range of subjects these comparatively few men manage to cover would be a miracle indeed, if it were not a standardized routine.» (Lippmann, 1922)

²⁹ Expressão figurativa que em português significa a guarda ou o controlo de uma porta ou portão.

³⁰ O controle do trabalho é um tema dominante na sociologia do trabalho. Alguns teóricos defendem que as organizações rotinizam as suas tarefas a fim de controlar o fluxo de trabalho, uma vez que há sempre muito para fazer (Tuchman, 1973: 110).

trabalho é feito através da repartição da matéria-prima por categorias³¹, reduzindo a sua variabilidade. Unindo as duas proposições, é sugerido que a categorização da matéria-prima ajuda a rotinizar o trabalho jornalístico.

Após examinar as classificações utilizadas pelos jornalistas que contribuíram para esta investigação³² para distinguir vários eventos enquanto notícias, a socióloga propôs cinco categorias nas quais se podem incluir as notícias: *hard news*, *soft news*, *spot news*, *developing news* e *continuing news*. As cinco classes diferenciam os tipos de conteúdo informativo e/ou os temas dominantes. A distinção mais frequentemente referenciada pelos jornalistas é entre *hard news* e *soft news*. As primeiras são consideradas “importantes”, enquanto as segundas se afiguram apenas como “interessantes”. Porém, nem sempre é fácil aplicar essa distinção e reconhecer se um acontecimento é importante ou interessante. Por vezes, o mesmo acontecimento encaixa nas duas categorias (1973: 114).

Quando se trata de distinguir as restantes categorias – *spot news*, *developing news* e *continuing news* – os jornalistas renunciam, em parte, à ideia de que aquelas se baseiam apenas no conteúdo das notícias. O estudo de Tuchman (1973) revela que os mesmos exemplos são referidos para definir cada uma das diferentes categorias: incêndios, tecnologia, etc. Contudo, tratando-se de um acontecimento inesperado, é preciso tempo para apurar os factos associados à história – falamos de notícias em desenvolvimento (*developing news*) (1973:115; 1983: 61). Se um acontecimento se prolonga por um determinado período de tempo, o jornalista produzirá uma série de relatos sobre um assunto – falamos de notícias em sequência (*continuing news*) (1973: 115; 1978: 62). Verificamos assim que certos acontecimentos tendem a ocorrer de maneiras diferentes (1973: 116; 1983: 62).

De acordo com Tuchman, o sistema classificatório das notícias baseia-se também no ritmo do uso do tempo (1978: 63). Enquanto produto de consumo efémero, toda a notícia tem “o seu tempo”. Aspectos como a programação, a distribuição de recursos (humanos e técnicos) e a previsão de acontecimentos influem na organização do trabalho jornalístico. Os acontecimentos podem ser não programados, pré-programados ou inesperados (1973: 118; 1983: 65). A programação fixa o tempo de que

³¹ Categorias são classificações dos acontecimentos segundo uma ou mais características, ou aquilo a que os antropólogos chamam de análise formal (Tuchman, 1973: 116; 1978: 63).

³² Durante pouco mais de dois anos, Tuchman observou o trabalho dos jornalistas nas redações de uma estação de televisão local e independente e num diário matutino, localizados na mesma cidade, efetuando também uma série de entrevistas semi-diretivas.

o repórter dispõe para trabalhar a informação a ser divulgada. Para além da programação, a organização do trabalho jornalístico depende, como já foi dito, dos recursos disponíveis.

A impossibilidade de prever certos acontecimentos afeta o fluxo do trabalho jornalístico. É o caso das notícias inesperadas (*spot news*). A título de exemplo, o jornalista pode antecipar a probabilidade de deflagração de um incêndio, mas não pode prever quando e onde, especificamente, o episódio irá ocorrer (1973: 120; 1983: 66). A capacidade de uma organização jornalística responder a um acontecimento inesperado é assim influenciada pelos recursos humanos e tecnologias disponíveis (1973: 120). «Cada uma das diferentes tecnologias da informação tem os seus próprios ritmos de tempo diferentes.» (1983: 67).

Por fim, a possibilidade de prever determinados acontecimentos permite controlar algum do trabalho jornalístico. Por serem pré-programadas, as notícias de sequência (*continuing news*) permitem à organização jornalística gerir a sua atividade e manter parte da equipa mais “liberta” para responder às exigências do que é inesperado (1973: 123; 1983: 70).

O estudo de Tuchman conclui que a categorização da matéria-prima, considerando apenas o tipo de conteúdo informativo ou o tema dominante, não é suficiente. Daí que proponha um novo conceito, mais alargado: o de tipificação da matéria-prima. Tuchman refere a tipificação consiste em colocar as classificações (utilizadas pelos jornalistas, neste estudo, para distinguir os eventos) no seu contexto diário (1973: 117; 1983: 63)³³. De acordo com a socióloga americana, as tipificações passaram a fazer parte da reserva de conhecimento profissional dos jornalistas (1983: 71). A necessidade de prever e planificar os acontecimentos, faz com que estes profissionais se sintam seduzidos a aplicar “o que todos sabem”, ou seja, aquilo sobre o que todos os jornalistas estão de acordo (1973: 125; 1983: 72). (...) Ser um repórter profissional capaz de lidar com eventos idiossincráticos significa ser capaz de usar tipificações para invocar as técnicas jornalísticas apropriadas (Tuchman, 1983: 71-72)

No entanto, Tuchman alerta para uma das consequências do conhecimento “objetivado”: se as tipificações não forem como formulações sujeitas a uma revisão contínua, elas podem desenvolver formas rígidas de olhar o mundo (1983: 71). Dispor de um sistema de tipificação para aplicar - referente ao contexto em que se desenvolvem

³³ «(...) Typifications are embedded in practical tasks in [journalists] everyday life (...)» (Tuchman, 1973: 117)

os acontecimentos - faz com que os jornalistas prevejam, por vezes, acontecimentos de forma menos precisa (1973: 125; 1983: 72).

Na sequência da reflexão de Tuchman, outros teóricos como Gans (1980) e Golding e Elliot (1979) oferecem reflexões relativas ao processo de produção jornalístico e a necessidade de rotinizar tarefas.

Em *Deciding What's News. A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, News, Newsweek and Time*, publicado em 1979, o sociólogo americano Herbert Gans apresenta um conjunto de teorias explicativas sobre a seleção de determinados acontecimentos “entre biliões de potenciais atividades”. Gans defende que é preciso rotinizar essa tarefa de forma a torná-la “manejável” (1980: 78). Outro dos tópicos que lhe merece atenção é a relação entre jornalistas e fontes de informação e a sua influência dentro do processo de seleção que determina a viabilidade das notícias.

Na mesma altura, Peter Golding e Philip Elliot, publicam *Making the News*, dedicado à estrutura do processo de produção de notícias. Aqui, a produção noticiosa é comparada a uma qualquer outra produção industrial, o que significa que segue as etapas pré-estabelecidas do modelo industrial de produção: planeamento, recolha de matéria-prima, seleção dessa matéria, transformação da mesma num produto requerido a ser veiculado para um mercado específico.

É, no entanto, só nos anos de 1990 que encontramos uma definição mais clara desta dimensão da cultura jornalística (Shoemaker e Reese, 1996). Shoemaker e Reese explicam que, assim como as pessoas, também as organizações noticiosas desenvolvem padrões, hábitos e caminhos próprios para realizar as tarefas (1996: 117). As rotinas produtivas são definidas como práticas repetidas e convencionadas que formam o contexto dentro, e através do qual, os jornalistas exercem o seu trabalho. Podem também ser consideradas como meios para atingir um fim específico (1996: 105-106). A implementação de certas e determinadas rotinas não ocorre aleatoriamente. Pelo contrário, as rotinas produtivas afiguram-se como respostas concretas para os objetivos das organizações jornalísticas. De acordo com Shoemaker e Reese, as organizações jornalísticas assemelham-se a qualquer outro negócio que se esforça para encontrar um mercado para o seu produto (1996: 109). As rotinas produtivas tornaram-se parte desse negócio na medida em que conferem aos trabalhadores dos meios de comunicação funções definidas e muitas vezes especializadas (1996: 117).

O trabalho jornalístico tem como finalidade recolher matéria-prima, geralmente obtida por meio de fontes de informação externas à organização, processá-la e fazê-la

chegar aos consumidores (leitores, ouvintes, espetadores) (1996: 109). Contudo, durante aquelas três etapas, os jornalistas sofrem constrangimentos de tempo e espaço que limitam aquilo que podem fazer.

Sujeitos a cumprir prazos, têm dificuldade em gerir um grande número de acontecimentos diários, muitas vezes imprevisíveis, daí a importância de um sistema de trabalho que os auxilie a controlar o fluxo informativo (1996: 118). Para Shoemaker e Reese, a figura do *gatekeeper* sugere essa adaptação aos constrangimentos temporais e físicos (de espaço) (1996: 119). Normalmente associada ao editor, o *gatekeeper* toma decisões de forma a “afunilar” os acontecimentos, ou seja, seleciona alguns entre muitos (1996: 119).

Shoemaker e Reese consideram que a estrutura da história é das mais sólidas rotinas instituídas entre os jornalistas. O processo de construção da história exprime a forma rotineira de tratar o acontecimento, transformando-o em notícia, que conduz os jornalistas nas suas tomadas de decisão (1996: 114). Além disso, para apelar à audiência, o conteúdo informativo assume formas de apresentação específicas. Por exemplo:

Num jornal as histórias devem ser legíveis, as fotos dispostas corretamente nas páginas, as manchetes compostas para direcionar a atenção do leitor. As mensagens televisivas devem ser visualmente apelativas e agarrar a atenção da audiência.³⁴ (Shoemaker e Reese, 1996: 114)

O mesmo é afirmar que, as rotinas produtivas não servem apenas os requisitos funcionais das organizações jornalísticas, mas também os das suas audiências. Os *gatekeepers* não só fazem a seleção de informação pela sua noticiabilidade ou apelo à audiência, mas apresentam-na em formas desenhadas para ir ao encontro das necessidades das audiências. (Shoemaker e Reese, 1996: 114) Por sua vez, as rotinas produtivas podem ser vistas como uma adaptação das organizações jornalísticas aos constrangimentos impostos pelas suas fontes (1996: 127). A necessidade de alimentar constantemente o fluxo informativo aliada à escassez de espaço e de tempo, obriga os jornalistas a manter uma relação rotineira com algumas fontes. O envio de comunicados de imprensa aos jornalistas providencia um fluxo regular de informação e evita que aqueles últimos tenham que ir em busca do “furo jornalístico” (1996: 127). Desta forma,

³⁴ «In a newspaper the stories must be readable, the photos arranged properly on the pages, the headlines composed to direct the reader attention. Television messages must be visually appealing and hold audience attention.» (Shoemaker e Reese, 1996: 114)

a organização jornalística economiza, não só meios financeiros, mas tempo, “libertando” também recursos humanos. Contudo, os jornalistas, embora cumpram os requisitos competitivos da organização, tornam-se mais dependentes da informação vinda das fontes e conseqüentemente mais facilmente manipuláveis (1996: 127).

2.1.1. Rotinas produtivas no jornalismo: a recolha de materiais noticiáveis

O processo de produção de notícias divide-se em diversas fases, que variam de acordo com a organização do trabalho dos diferentes meios de comunicação, sendo que cada uma está associada a rotinas articuladas entre si (Wolf, 2006: 218).

É nosso propósito analisar o caso específico da relação entre jornalistas e fontes de informação. Concentrar-nos-emos assim apenas na primeira fase do processo de produção de notícias, uma vez que é durante a recolha de materiais noticiáveis que as rotinas produtivas de jornalistas e fontes se articulam.

A seleção de histórias é composta por dois processos. O primeiro determina se uma notícia é ou não viável, relacionando jornalistas e fontes. (Gans, 1980 [1979]: 81) Segundo Golding e Elliot, a recolha de notícias³⁵ é feita por jornalistas correspondentes que cobrem determinadas áreas geográficas ou temas específicos; por *stringers*, isto é, jornalistas correspondentes em *part-time*, que se dedicam à cobertura de determinadas áreas locais e fornecem histórias para um meio de comunicação sediado numa área diferente; e através do contacto regular com fontes de informação fiáveis e capazes de alimentar continuamente o fluxo informativo (1979: 90). Obrigadas a cumprir prazos, as organizações jornalísticas preocupam-se em ter notícias suficientes e atuais. Daí a importância das fontes que permitem assegurar e programar a cobertura informativa, e que se traduz na quantidade e na natureza das notícias fornecidas (Altheide, 1979: 68).

O jornalista é, assim, visto como um colecionador ativo de informação (Golding e Elliot, 1979: 102). Contudo, a recolha de notícias só é realizada na medida dos recursos disponíveis em cada organização. É nesse sentido que Golding e Elliot sugerem que se trata de um processo que contraria a essência do jornalista enquanto “caça notícias”, independente das fontes de informação. Desta forma, para compreendermos as decisões tomadas por um jornalista no processo de recolha de

³⁵ *News gathering* na versão original.

notícias, devemos considerar a organização onde ele se insere, ou nas palavras de Gans (1980), o “contexto mais imediato”³⁶.

O custo de correspondentes, sobretudo no estrangeiro, é elevado, daí que a cobertura de histórias no exterior dependa quase em exclusivo das agências de notícias (Golding e Elliot, 1980: 99). A presença de jornalistas especializados em áreas do conhecimento faz com que a redação dessa organização noticiosa tenha maior capacidade de atuar perante a notícia de um evento externo. Contudo, não é o mesmo que manter a vigilância permanente, e ser o próprio jornalista a “descobrir” eventos de carácter noticiável³⁷. A função de “vigilante” é, assim, transferida para as agências de notícias, e é um dos aspetos significativos da utilização das agências no processo de recolha de notícias.

Porém, recorrer a essas agências promove a uniformização da definição do que é “notícia” na generalidade das redações, uma vez que a posterior seleção de notícias será realizada com base na matéria-prima disponibilizada pelas agências de notícias apenas. Muito embora se verifique um certo grau de autonomia das redações na escolha das histórias “estrangeiras” a tratar, estas estão sempre dependentes da cobertura das agências para efetuarem a sua própria cobertura. Mesmo as redações capazes de enviar equipas para a cobertura de histórias no estrangeiro estão dependentes do “alerta” dado pelas agências sobre que histórias.

2.2. Fontes de Informação

No âmbito das rotinas produtivas associadas à prática jornalística, verificamos que as fontes são importantes atores sociais que contribuem no processo de produção de notícias, sobretudo para a recolha de materiais noticiáveis, assegurando aos jornalistas um fluxo contínuo de informação. Sendo a relação entre jornalistas e fontes, o nosso objeto do estudo, começamos por tentar definir o que são fontes de informação, para que são utilizadas, como se processa, de facto, a sua relação com os jornalistas e quais

³⁶ Sobre este tópico, ver também Shoemaker e Reese (1996: 106).

³⁷ Em *Jornalismo*, Nelson Traquina escreve sobre os valores-notícia de seleção, que levam os jornalistas a preferir certos acontecimentos em detrimento de outros, são eles: 1) a morte; 2) a notoriedade do agente principal; 3) a proximidade, em termos geográficos e culturais; 4) a relevância, isto é, acontecimentos considerados importantes porque têm impacto sobre a vida das pessoas; 5) o fator novidade; 6) o fator tempo, na forma de atualidade ou de efeméride; 7) a notabilidade, isto é, a qualidade ser tangível; 8) a quantidade de pessoas que envolve; 9) o carácter insólito; 10) o excesso ou escassez; 11) o conflito e a controvérsia; entre muitos outros (2007 [2002]: 186-198).

as vantagens e os problemas, motivados pelos interesses de ambas as partes, que essa relação ocasiona.

2.2.1. O que são fontes de informação?

É vasta a literatura que tem contribuído para pensar o conceito de fontes de informação e a forma como estas se relacionam com os profissionais do campo jornalístico (Gans, 1979; Ericson *et al.*, 1989; Shoemaker e Reese, 1996; Manning, 2001).

Em Gans, encontramos a definição de “fontes de informação” enquanto:

(...) Atores que os jornalistas observam ou entrevistam, incluindo entrevistados que “vão para o ar” ou que são citados em artigos de revista, e aqueles que apenas oferecem *background* ou sugestões para histórias. (1980: 80)

Outra importante abordagem no que concerne à conceção de “fontes de informação” é a de Richard V. Ericson, Patricia M. Baranek e Janet B. L. Chan (1989).

De acordo com Ericson *et al.* (1989: 3), as fontes de informação são utilizadas para: 1) citar os factos 2) dar credibilidade ao que o repórter vê e vive - as fontes oferecem uma compreensão terciária do acontecimento; 3) explicar um comportamento designado como “desviante” dentro dos critérios culturais dominantes; 4) efetuar avaliações e recomendações para o controlo desse “desvio” - é o caso das autoridades policiais que, de modo rotineiro, são chamadas a dar o seu parecer sobre a situação em causa, uma vez que são reconhecidas socialmente como estando em “posição de saber”³⁸; 5) sustentar a ideia de que determinado meio de comunicação é uma voz “oficial” de notícias. De um modo geral, as fontes são chamadas para dizer que “é assim”, e citadas enquanto autoridades em histórias pertencentes às suas esferas organizacionais (1989: 6)

Também em Portugal este tópico tem suscitado interesse por parte dos investigadores da área do jornalismo (Santos, 1997; 2001; 2006; Gomes, 2009).

Rogério Santos define “fonte de informação” como:

³⁸ Sobre este tópico, Ericson *et al.* exemplificam: «It is hard to imagine a mainstream newscast or newspaper that cites only the man on the street, the cop on the beat, the hospital porter, the House of Commons back-bencher, the university student, and the clerk of the court. It is thus easy to see why they must cite the executive in his office, the chief of police, the hospital administrator, the cabinet minister, the professor, and the chief justice» (Ericson *et al.*, 1989: 3).

(...) A entidade (instituição, organização, grupo ou indivíduo, seu porta-voz ou representante) que presta informações ou fornece dados aos jornalistas, planeia acções ou descreve factos, ao avisar o jornalista da ocorrência de realizações ou relatar pormenores de um acontecimento. (2006: 75)

Num texto anterior, sugere que o universo das fontes é diversificado. Os respondentes (jornalistas) dividem as fontes de informação em três categorias principais: as oficiais - entre as quais o Governo e instituições governamentais ou de carácter privado -, as regulares - empresas, associações -, e ocasionais ou acidentais - quando se trata de um indivíduo que, ocasionalmente, presenciou o acontecimento em causa e lhe é solicitada a opinião (2001: 97). No entanto, o investigador considera necessário definir uma categorização mais clara para as fontes de informação. Propõe assim as seguintes classificações: oficiais, não oficiais, especializadas e anónimas³⁹ (Santos, 2006: 77-82).

Santos nota que os jornalistas veem as fontes oficiais como fundamentais na construção das notícias (2006: 77). As pressões e os condicionamentos organizacionais a que estão sujeitos (recursos técnicos e humanos, espaço, tempos de fecho, etc.), fazem com que as fontes oficiais sejam as primeiras a ser procuradas para manter “vivo” o fluxo informativo⁴⁰:

O esforço diário da fonte oficial é manter um caudal de confiança, numa garantia de informação e apoio ao jornalista nas dúvidas deste, sem se esquecer de lhe telefonar sempre que está a trabalhar num projecto novo, sem o enganar ou, quando não pode dar a informação toda, avisando-o dessa dificuldade e prometendo dizer tudo quando tal for possível. (Santos, 2006: 78)

Quanto às fontes não oficiais, a sua importância prende-se com os diferentes ângulos que oferecem sobre determinados eventos, contribuindo para o enriquecimento das notícias que daí advirão (Santos, 2006: 80)

Além das fontes oficiais e não oficiais, surgem duas outras classificações, anteriormente referidas: fontes especializadas e anónimas. As fontes especializadas possuem conhecimentos no âmbito de uma área específica do saber, quer sejam médicos, sociólogos, politólogos, entre outros (Santos, 2006: 81). As fontes anónimas

³⁹ A este respeito ver ainda Gomes (2009: 72).

⁴⁰ Sobre este tópico ver também Manning (2001: 140).

são aquelas a quem os jornalistas atribuem opiniões e posições, sem nunca revelar a sua identidade (Santos, 2006: 82). As fontes anónimas vão desde organismos governamentais, a indivíduos comuns e organismos de informação (Santos, 2006: 82). Optam pelo anonimato porque muitas vezes mantém relações estreitas com o poder, e por isso preferem evitar confrontos de posições, ou porque, ocasionalmente, presenciaram determinado acontecimento e são interrogadas na qualidade de testemunhas. Por vezes, esses depoimentos legitimam as opiniões dos jornalistas.

Rui Gomes (2009) propõe uma classificação mais genérica para fontes de informação: fontes ativas e passivas. «As fontes activas fornecem a informação espontaneamente, (...) as fontes passivas são as que o jornalista procura por iniciativa individual no decurso da sua actividade.» (Gomes, 2009: 42).

Transpondo as propostas teóricas aqui apresentadas para o exercício da atividade jornalística, salientamos o caso da agência Lusa, campo de observação deste relatório de estágio. No Livro de Estilo e Prontuário da Lusa (1992), o capítulo V é reservado à recolha e seleção de informação. Aí encontramos a seguinte definição de fonte de informação.

O jornalista baseia-se em fontes: o jornalista procura a verdade, mas nunca pode estar seguro de ter atingido a verdade dos factos, mas tão-somente a verdade do testemunho. (...) O jornalista nem sempre é observador direto do acontecimento - e, mesmo que o seja, não raro corre o risco de apenas se aperceber de um ângulo, porventura erróneo, daquilo que testemunha. Por isso, socorre-se de testemunhos, pessoais ou documentais, escolhidos segundo critérios exigentes: são as fontes. (Lusa, 1992: 19)

Lê-se no documento que as notícias são sempre redigidas com base em fontes identificadas, genericamente designadas como “oficiais” (Lusa, 1992: 20), informação que corrobora a teoria de Santos acerca das fontes oficiais enquanto agentes sociais fundamentais na construção das notícias. No entanto, nem todas as fontes oficiais são aceitáveis. Como explicita o Livro de Estilo e Prontuário da Lusa:

Por exemplo, uma fonte autorizada é competente numa determinada área, mas poderá não o ser noutra (o ministro ou o Ministério da Defesa são fontes autorizadas para assuntos de Defesa, mas não necessariamente em outros assuntos governamentais). Uma fonte oficial tem acesso à informação graças às funções que desempenha, mas a sua competência limita-se à sua área de atividade. (1992: 20)

O excerto transcrito está próximo daquilo que afirmam Ericson *et al.* quanto à posição de “saber” de algumas fontes de informação, reconhecidas como autoridades no seio das esferas organizacionais a que pertencem.

2.2.2. A relação entre jornalistas e fontes de informação

Até aqui, procurámos descortinar o conceito de fontes de informação, saber em que contexto elas são utilizadas e qual a sua relevância na prática jornalística. Neste segundo ponto, iremos tentar perceber como se processa a relação entre aquelas e os jornalistas, e quais os fatores que influem nessa relação.

A relação entre jornalistas e fontes assemelha-se a uma dança, com as fontes a procurar ter acesso aos jornalistas, e os jornalistas a procurar ter acesso às fontes. Contudo, são precisos dois para dançar o tango (...).⁴¹ (Gans, 1980: 116)

Ambas as partes têm interesses específicos. Para Santos, a relação entre jornalistas e fontes de informação constitui uma negociação permanente (2001: 128), com as fontes a fornecerem a informação como e quando entendem ser conveniente e pertinente, e os jornalistas a esforçarem-se por adaptar essa mesma informação aos padrões da organização para a qual trabalham.

Os constrangimentos organizacionais (escassez financeira, de recursos técnicos e humanos, etc.), a escassez de tempo e de espaço, obrigam os profissionais do campo jornalístico a estabelecer critérios para a escolha das suas fontes de informação, assim como manter uma relação rotineira com parte delas (Gans, 1980: 116). A colaboração entre jornalistas e fontes reduz a necessidade dos primeiros de levar a cabo investigações sobre um determinado evento, procedimento mais trabalhoso e dispendioso.⁴²

Na questão do acesso entre jornalistas e fontes, Santos afirma que a questão da hierarquização deve ser considerada (2006: 91). Os jornalistas não têm todos o mesmo tipo de acesso às fontes de informação, e vice-versa. Por outras palavras, o acesso entre

⁴¹ «The relationship between sources and journalists resembles a dance, for sources seek access to journalists, and journalists seek access to sources. Although it takes two to tango (...).» (Gans, 1980: 80)

⁴² Na perspetiva de Shoemaker e Reese, as rotinas produtivas podem, deste modo, significar uma adaptação dos jornalistas aos constrangimentos impostos pelas suas fontes (1996: 127).

ambos não está uniformemente distribuído: é estratificado socialmente e depende do poder das partes (2001: 129). Os atores sociais com poder económico e político chegam mais facilmente junto dos jornalistas e são alvo da sua atenção - garantindo, quase sempre, a colocação dos seus acontecimentos nos órgãos de comunicação social. Aqueles que não têm capital social, económico, etc., mais dificilmente se transformam em fontes (Santos, 2001: 129)⁴³.

Na mesma linha de argumentação, Nelson Traquina sustenta que, no campo jornalístico, como em outros, vigora a convenção da credibilidade associada à autoridade, isto é: «(...) quanto mais alta for a posição do informador melhor é a fonte de informação» (1999: 172). A posição está, desta forma, intimamente ligada com o saber, isto porque, à partida, aquele informador terá acesso a mais factos, dados concretos que lhe permitam ceder informação mais fidedigna sobre um acontecimento (Traquina, 1999: 172; Santos, 2001: 130; Gomes, 2009: 50). A importância da fonte constituiu assim um dos critérios de seleção das fontes de informação por parte dos jornalistas: «(...) se esta é oficial (pertencente ao governo ou a uma das grandes empresas do país), a procura do jornalista faz-se com maior insistência» (Santos, 2001: 129).

As fontes não oficiais, geralmente com menos poder, têm mais dificuldade em aceder aos jornalistas o que, conseqüentemente, dificulta o seu processo de credibilização (Gomes, 2009: 46).

A estabilidade das relações entre jornalistas e fontes de informação também influi no momento da seleção daquelas últimas. As fontes estáveis são mais fáceis de avaliar. Ao fim de um período de contacto regular entre os mesmos jornalistas e fontes, o conhecimento que vão adquirindo do “outro lado do negócio” gera laços de confiança⁴⁴: «(...) as melhores fontes são aquelas que já demonstraram a sua credibilidade e nas quais o jornalista pode ter confiança» (Traquina, 1999: 172). É o caso dos jornalistas especializados que trabalham frequentemente com as mesmas fontes: a ligação entre as partes torna-se de tal forma estreita que muitas se transformam em fontes “pessoais”, partilhando com os jornalistas todo o tipo de informações, até as de carácter privado (Wolf, 2006:227).

⁴³ A este respeito ver também Gans, que afirma que: «[...] Those who lack power are harder to reach by journalists and are generally not sought out until their activities produce social or moral disorder news.» (1980: 81); e ainda Ericson *et al.* (1989: 279).

⁴⁴ É o caso dos jornalistas especializados, que lidam frequentemente com as mesmas fontes, com as quais desenvolvem relações estreitas: «(...) acabam por se transformar em fontes pessoais, mantendo os jornalistas atualizados, fornecendo-lhes “indiscrições”, notícias de carácter reservado» (Wolf, 2006: 227).

Quando jornalistas e fontes incorporam a mesma rotina, cooperando uns com os outros, estabelecem entre eles, conseqüentemente, uma interdependência (Traquina, 1999: 173; Gomes, 2009: 45). A dependência de algumas fontes de informação, sobretudo das oficiais, obriga os jornalistas a terem que recorrer também a outras fontes como forma de preservarem a sua independência (Gomes, 2009: 46), mas revela-se mais fácil e rápido recorrer às oficiais e aquelas que se conhecem. O jornalista sabe que a atividade das fontes de informação quase nunca é desinteressada (Traquina 1999: 172; Gomes, 2009: 46). Existem fontes “profissionais no negócio”, que conhecem bem a mecânica do trabalho jornalístico (Traquina, 1999: 173). Como tal, também as fontes estabelecem uma hierarquização dos seus contactos.

As principais distinções fazem-se em função do estatuto das organizações noticiosas, dos jornalistas e da importância das estratégias mediáticas das organizações noticiosas. O valor do jornalista em si depende da organização noticiosa, localização geográfica, área de especialização de seu posicionamento hierárquico na profissão. (Santos, 2006: 91)

2.2.3. As rotinas produtivas das fontes de informação

Diariamente, o trabalho desenvolvido pelas fontes de informação assemelha-se ao de profissionais das organizações jornalísticas (Santos, 2001: 102). No entanto, as especificidades destes agentes sociais pressupõem um conjunto de formas de atuação e estratégias adequadas (Gomes, 2009: 46): as rotinas produtivas das fontes⁴⁵.

De acordo com Santos, a relação entre fontes de informação e os jornalistas estabelece-se em três plataformas de atuação: 1) preparação dos materiais para os *media*; 2) tarefa de responder aos jornalistas; 3) organização interna (atividades administrativas) (2001: 102).

No que respeita à preparação dos materiais, método de atuação considerado proativo por parte das fontes, o grande objetivo das fontes de informação é antecipação e a orientação dos acontecimentos (Santos, 1999: 85; Santos, 2001: 103). Para tal, as fontes analisam as necessidades e as preferências de cada organização noticiosa e preparam a informação com base na recolha e tratamento de informação relacionados com a sua instituição, e instituições similares e concorrentes (Santos, 1999: 86; Gomes, 2009: 48).

⁴⁵ Sobre este tópico ver também Neveu (2005: 68-74).

Deste modo, as fontes aglomeram informação constituindo progressivamente arquivos de informações produzidas exteriormente a seu respeito e sobre os seus oponentes, por forma a deterem informações que sejam veiculadas em momentos oportunos, quando o esclarecimento de situações imprevistas o exija. (Gomes, 2009: 48)

É importante assegurar um contacto contínuo com as organizações noticiosas de modo a controlar as ligações e a evitar a divulgação de informações contraditórias ou não confirmadas (Santos, 1999: 86).

Paralelamente à preparação da informação destinada a “alimentar” o fluxo informativo das organizações jornalísticas, as fontes de informação têm como segunda tarefa responder e dar vazão às solicitações dos jornalistas, método de atuação mais reativo. Contudo, os pedidos de informação dos jornalistas nem sempre são atendidos de imediato (Santos, 2001: 103). As fontes, sobretudo as oficiais, estabelecem prioridades no processo de interação com os jornalistas (Gomes, 2009: 43). Importa analisar o órgão de comunicação, o seu prestígio, a oportunidade do momento, ou seja, se ele é pertinente para ceder a informação, e o impacto da informação a divulgar, isto é, se a cedência da informação irá ser favorável aos interesses da fonte (Santos, 2001: 103; Gomes, 43). Muitas vezes, não havendo certezas acerca da eficácia da informação, algumas fontes esperam que outros agentes se pronunciem sobre o assunto antes de o fazerem (Santos, 2006: 77). Ou, se se tratar de um tema polémico, a fonte pede ao jornalista que lhe faculte as perguntas antes do momento da entrevista, para que tenha tempo de se preparar (Santos, 1999: 87; 2001: 103).

Por fim, as fontes de informação dedicam parte do seu tempo à sua organização interna, o que inclui a definição de planos estratégicos de atuação, análise de orçamentos de peças a produzir, gestão de recursos humanos, formação dos seus profissionais ou férias (Santos, 1999: 88). Rotineiramente, as fontes de informação dedicam-se aos “recortes de imprensa”, uma forma de se informarem acerca do que dizem as notícias sobre si, e fazem circular cópias dessa informação, ou enviam-na por *email*. Desenvolvem ainda métodos de contacto com as organizações noticiosas: publicidade, relações públicas, sondagens de opinião pública, criação ou promoção de acontecimentos, comunicados de imprensa, discursos e oportunidades fotográficas, dossiers sobre assuntos específicos, conferências de imprensa, reuniões e refeições informais com membros das organizações noticiosas (Santos, 2006: 88; Gomes, 2009:

47). Através destes procedimentos, as fontes pretendem impor a sua autoridade, bem como da organização a que pertencem, e reforçando a sua credibilidade junto dos jornalistas e dos órgãos de comunicação social.

A par dos contatos pessoais ou campanhas de comunicação, uma das formas convencionadas mais utilizadas por parte das fontes para aceder aos jornalistas é o comunicado escrito (2006: 89; 2009: 47). A estrutura do comunicado adequa-se ao interesse dos jornalistas na medida em que é feito com base em regras definidas e culturalmente aceites (2006: 89; 2009: 47).

No comunicado, expõe-se em primeiro lugar, como entrada, o facto novo e importante e, depois, os motivos e as consequências, assentando na ideia da construção da pirâmide invertida. O texto é escrito na terceira pessoa, contendo data e número de referência e dirigido ao chefe da redacção (...). (Santos, 1999: 91)

Acima de tudo, o comunicado escrito deve conter um facto novo, que acrescente valor do ponto de vista informativo (Santos, 2006: 89; Gomes, 2009: 47).

No caso das organizações com mais recursos (as fontes oficiais) encontramos o assessor de imprensa, figura cuja função é contactar com os órgãos de comunicação social e acompanhar de perto a atividade jornalística. Diariamente, o assessor de imprensa procura informação, seleciona e enquadra essa informação, produz e promove eventos (Santos, 1999: 85).

O contacto regular existente entre assessor e jornalista estabelece um canal natural de rotina, produzindo a desejada viabilidade à organização representada pelo serviço de assessoria, garantindo, da mesma forma, o controlo do fluxo de informação relacionado com a estrutura organizacional. (Gomes, 2009: 48)

Por vezes, a confiança e o compromisso entre fontes e jornalistas são abalados. As fontes de informação utilizam o jornalista para amplificar o impacto da informação que querem divulgar. Acontece que a promoção levada a cabo pelas fontes nem sempre é transparente: é o caso das fugas de informação (Gomes, 2009: 48). «Uma fuga de informação e o uso de citações anónimas por jornalistas menos avisados pode resultar em manipulações (...).» (Santos, 1999: 94) Referimo-nos, a título de exemplo, a situações em que responsáveis governamentais deixam “fugir” informação que visa testar as reações da população a determinadas medidas políticas.

2.3. A problemática das novas tecnologias digitais: reflexos na relação entre jornalistas e fontes de informação

Compreendido o conceito e a importância das rotinas produtivas nos contextos de produção noticiosa, concretamente no que respeita à primeira fase, a da pesquisa e recolha de materiais noticiáveis, na qual se insere a componente de relação entre jornalistas e fontes de informação, introduziremos, na sequência desta discussão, uma terceira variável: a Internet e os novos dispositivos digitais de suporte. Neste sentido, procuraremos expor as principais consequências daquelas tecnologias na relação entre jornalistas e fontes.

2.3.1. Breves apontamentos sobre a história Internet

Conscientes de que a história da Internet é complexa e encerra várias aspetos (de ordem técnica, aplicações práticas da rede, etc.), optamos por fazer uma contextualização breve da sua evolução tendo em conta os objetivos com que foi criada e que foram sendo alargados.

Em *Jornalismo Electrónico – Internet e Reconfiguração das Práticas nas Redacções*, Helder Bastos (2000) define Internet como uma rede onde convergem milhares de outras redes de computadores, distribuídos globalmente. Por sua vez, essas redes de computadores variam em termos de áreas cobertas e do número de computadores que estão ligados entre si (2000: 22).

A rede foi desenvolvida a partir de uma experiência de laboratório protagonizada pela Advanced Research Projects Agency (ARPA), que estava sob a alçada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, nos finais da década de 1960, em plena Guerra Fria (2000: 29). Na época, foi denominada de ARPANET, com o intuito de permitir a troca de informações entre investigadores a partir de computadores dispersos por território nacional (Gomes, 2009: 56). Os computadores estavam ligados através de linhas telefónicas normais, possibilitando ao utilizador aceder ao conteúdo de qualquer outro computador que fizesse parte daquela rede, bem como enviar mensagens electrónicas (Bastos, 2000: 29; Gomes, 2009: 56). O facto de não necessitar de um “controlador central”, uma vez que todos os distribuidores estavam aptos a encaminhar informação pela rede, a ARPANET permitia que, no caso de uma das ligações ser

“destruída”, em consequência de um ataque militar, a informação tomasse vias alternativas (Bastos, 2000: 29-30).

Só em 1972 a rede foi apresentada ao público, sendo que organizações de investigação, entidades governamentais e universidades espalhadas pelo mundo começaram também a estabelecer redes deste tipo (2000: 30). O desafio emergente da ARPANET passava então pela necessidade de conjugar no seu âmago diversos tipos de redes de computadores, tornando-as compatíveis (Gomes, 2009: 56).

A rede “primária” que começou por dar forma à Internet como hoje a conhecemos foi a NSFNet, criada pela National Science Foundation dos EUA, em 1987. O objetivo da NSFNet era ligar computadores espalhados pelo país e incentivar a sua utilização para fins académicos. Depois desta, outras redes financiadas pelo Governo surgiram, tornando-se “espinhas dorsais primárias” da Internet (Bastos, 2000: 30).

Já em 1992, surgiram novas aplicações que impulsionaram a expansão daquela rede. Entre elas, um grupo de programadores informáticos e estudantes na Universidade do Illinois desenvolveram um *browser*⁴⁶ para facilitar a navegação dos utilizadores pela informação alojada na *web*⁴⁷, denominado “Mosaic” (Bastos, 2000: 31; Gomes, 2009: 57-58).

Posto isto, concluímos que a Internet não foi concebida originalmente como um projeto para fins comerciais. Nos seus primeiros anos manteve-se ao serviço de organizações governamentais e investigações académicas, podendo ser considerada como um meio elitista. Mais tarde, outras redes, privadas, por terem acesso à Internet, começaram a vender tempo de conexão a particulares (Bastos, 2000: 31).

A Internet tornou-se, no entanto, um serviço livre e acessível a todos (2000: 31), associada a milhares de servidores⁴⁸ de empresas.

2.3.2. A era do digital no jornalismo: vantagens e problemas

Ao longo da história da profissão, os jornalistas têm vindo a adaptar-se à evolução tecnológica dos meios: do telex ao fax, da máquina de escrever ao computador.

⁴⁶ Um *browser* é uma aplicação de *software* para aceder à Internet (exemplo: Internet Explorer).

⁴⁷ A World Wide Web é um sistema hipertextual que opera através da Internet.

⁴⁸ O servidor é um computador que fornece serviços a uma rede de computadores.

Helder Bastos escreve que o aparecimento da Internet transformou as rotinas de trabalho no jornalismo particularmente a dois níveis: 1) alterou o modo de pesquisa de conteúdos, recolha de informação e contacto com as fontes, dos jornalistas dos meios de comunicação tradicionais⁴⁹. A maior parte dos jornais recorre aos motores de pesquisa disponíveis *online* para saberem o que mais foi escrito sobre o assunto que estão a tratar, verificar alguns factos e descobrir os contactos de fontes e especialistas⁵⁰ (Bastos, 2000: 74). 2) Consolidou-se como meio para a publicação de conteúdos jornalísticos tradicionais adaptados⁵¹, através de edições eletrónicas construídas particularmente na *web*, para as quais os jornalistas começaram também a desenvolver, mais tarde, conteúdos específicos e exclusivos⁵² (2000: 73).

De acordo com Bastos, podemos considerar a Internet como condição do jornalismo assistido por computador⁵³. A aquisição de computadores para as redações⁵⁴, para substituir as máquinas de escrever e, mais tarde, a possibilidade de ligar os computadores, enquanto suporte físico, a redes como a Internet, proporcionou aos jornalistas novos modos de realização das suas tarefas, entre as quais, as formas de pesquisa e recolha de conteúdos e o contacto com as fontes de informação, referidas por Bastos (2000: 78). Com o aparecimento de computadores portáteis (2000: 79), e outros dispositivos digitais como os *smartphones*, *tablets*, possibilitaram aos jornalistas realizar as suas tarefas diárias fora da redação. Ligados à Internet, os jornalistas passaram a ter condições técnicas para envio e receção contínuos de informação entre jornalistas a partir de qualquer ponto geográfico, bem como a cobertura de acontecimentos até então negligenciados por falta de meios⁵⁵ (Bastos, 2000: 82). As novas tecnologias vieram assim esbater as barreiras da distância: profissionais destacados em diferentes localidades passam a poder trabalhar “juntos”, isto é, como se

⁴⁹ Aquilo que Bastos (2000) define como “jornalismo *online*”, ou seja, a utilização da rede (Internet) enquanto instrumento privilegiado de pesquisa de informação e contacto com as fontes. Ainda sobre este tópico, Bianco afirma que, de facto, no quotidiano de meios de comunicação tradicionais, a Internet serve de ferramenta de acesso e contato com múltiplas fontes, agências de notícias e outras publicações *online* (2008: 4).

⁵⁰ A este respeito ver Bruce (1995). Em *Computer-Assisted Reporting*, Garrison Bruce refere que a pesquisa de informação para notícias é a maior vantagem experimentada até hoje por utilizadores, sendo a segunda a possibilidade de contacto permanente entre jornalistas e fontes.

⁵¹ Sobre este tópico ver também Canavilhas (2003: 67).

⁵² A produção noticiosa na rede e para a rede designa-se, na conceção de Bastos (2000), por “jornalismo digital”.

⁵³ O Jornalismo Assistido por Computador (JAC) é uma expressão, proposta por Nora Paul, em 1995, usada para identificar o processo de recolha de informação através da utilização do computador.

⁵⁴ Em 1993, no caso da agência Lusa.

⁵⁵ A este respeito ver ainda Bruce (1995: 14).

estivessem na mesma redação (Gomes, 2009: 61). O *email* é, segundo Bastos, a ferramenta mais utilizada na Internet pelos jornalistas para estes fins.

Perspetiva distinta sobre o jornalismo na *web* tem Sara Meireles Graça (2007). Os jornalistas trabalham para uma audiência quase ilimitada, eclética, e dispersa geograficamente. Os tradicionais textos até então circunscritos ao papel, caminham em direção à hipertextualidade e concorrem agora com outros elementos multimédia, como o som e o vídeo.

Num espaço ilimitado como a Internet, assiste-se à difusão ininterrupta de notícias em formato *soft, light*, como lhe quisermos chamar, num tempo de execução informativa por sua vez limitado (2007: 107-108).

Este contexto induz um perfil de jornalista do tipo “recolector”, cuja tarefa prioritária passa por retransmitir *on line* dados “em bruto”, em *continuum* noticioso, com pouca margem de manobra para seleccionar, classificar, hierarquizar e, sobretudo, interpretar com alguma profundidade os “acontecimentos” (...). (Graça, 2007: 107)

Para Graça (2007), o jornalismo hoje faz-se sob um “imperativo tecnológico”, em que o jornalista é um mero “canalizador” da informação, ao invés de um “contextualizador”.

Os dispositivos digitais não alteram só o modo de operar nas redações, têm também o seu impacto nas rotinas de produção dos jornalistas: «todos os intervenientes nos canais de fabricação informativa estão interligados em rede, num trabalho que se quer cooperativo e descentralizado» (2007: 108). Assim, a produção é agilizada e orientada para um mercado onde a concorrência é cada vez mais forte (2007, 108). Tal suscita, na perspetiva desta autora, problemas na definição das funções dos jornalistas, isto é:

A introdução de aparelhos que permitem conjugar o saber-fazer de executores que se ocupam do grafismo, da composição ou da colocação em linha dos textos em formato *web* com a “destreza” dos repórteres e demais actores da produção noticiosa, em que se revêm os redactores de notícias, tende a diluir as fronteiras entre ofícios técnicos e intelectuais. (Graça, 2007: 108)

A tendência é para que, cada vez mais, se exija ao jornalista competências acrescidas, não só intelectuais, mas também técnicas, e aptidão para lidar com a

abrangência e a capacidade de difusão informativa características dos novos meios de comunicação digitais. Desta forma, ao quererem corresponder aos princípios do jornalismo *online* (hipertextualidade, produção em continuidade, escassez de tempo) descaram, por vezes, a componente de reflexão sobre a matéria informativa (2007: 109), porque o que está em causa não é a qualidade mas a quantidade e a rapidez da disseminação de conteúdos mediáticos.

À partida, segundo Graça, as potencialidades destes novos meios trariam vantagens declaradas à prática jornalística, por vários fatores, alguns já anteriormente mencionados: o alargamento do espaço, que deixou de ser físico, a relação permanente entre produtores e utilizadores de informação, e a emergência de uma “inteligência coletiva” através da facilidade que hoje se partilham conhecimentos (2007: 110). Porém, a forma como a tecnologia foi imposta nos processos de produção noticiosa, sem a devida preparação e formação dos jornalistas, habituados a lidar com meios de comunicação tradicionais, faz com que o *online* seja ainda encarado por muitos órgãos de comunicação e profissionais da área como apenas um suporte mais avançado do que o impresso, e as suas ferramentas sejam subaproveitadas (2007: 110-111).

É que, de facto, mudaram as formas de trabalhar e o mundo dos jornalistas, mas a sua introdução nas redacções ainda não suscitou, como seria de esperar, uma reorganização, em profundidade, das estruturas de produção noticiosa. Os hábitos de trabalho modificaram-se pouco, com apenas uma minoria activa dos jornalistas (em especial os mais jovens e diplomados) a empenharem-se, efectivamente, na mudança. (Graça, 2007: 113)

A polivalência de funções que a era do digital exige aos profissionais do jornalismo pressupõe boas habilitações práticas, excelente cultura geral, e um espírito de síntese que não estão a ser privilegiados (2007: 115).

2.3.3. Reflexos na relação entre jornalistas e fontes de informação

À primeira vista, as tecnologias digitais de informação parecem ter influenciado positivamente a relação entre jornalistas e fontes de informação, na medida em que proporcionaram maior facilidade de acesso entre as partes. No entanto, tal também acarreta riscos, nomeadamente no que respeita ao controlo da informação que circula e é

veiculada. Por um lado, a comunicação escrita via *email*, redes sociais, etc., permite aos jornalistas ter a certeza de que as citações dos seus informadores seguem rigorosas. Por outro lado, também permite às fontes ter um controlo maior sobre o que escrevem, e “colorirem” os acontecimentos à sua maneira (Bastos, 2000: 78). Além disso, o fluxo ininterrupto de grandes quantidades de informação que é enviado para as redações não permite gerir e enquadrar adequadamente os acontecimentos devido à falta de tempo, tornando essa tarefa complexa (Graça, 2007: 116).

A necessidade de processar com rapidez uma quantidade enorme de informação e reportá-la para o “espaço público” faz com que os jornalistas optem por pequenos textos noticiosos, cuja contextualização é feita remetendo para outros *links*⁵⁶ correspondentes a notícias anteriores sobre o mesmo assunto: «cola-se a informação nova à “antiga”, repescada da memória do arquivo do computador, sem tempo para aprofundar significados ou estruturar acontecimentos» (2007: 116). Graça define o atual contexto de trabalho como “ditadura de última hora”, que retira ao jornalista tempo para pesquisar e espaço para refletir analiticamente sobre a notícia, e afirma que o que no jornalismo de hoje, a informação mais recente prevalece sobre a sua interpretação (2007: 116).

Escravos da selecção noticiosa e de um produto-cópia que interessa difundir com rapidez, os profissionais da informação aplicam os seus esforços na simplificação e uniformização expositiva (...). (Graça, 2007: 117)

Na mesma linha de argumentação, José Luís Garcia escreve que o facto de a *web* disponibilizar uma infinidade de conteúdos gratuitos, e a quantidade de fontes que aí se encontram, torna imprescindível filtrar a informação e atribuir-lhe uma contextualização rigorosa e de referências (2009: 30).

A menos que se tenha uma absoluta fé inerente nas pessoas, como é apanágio do conhecido guru dos *media*, Jeff Jarvis, o que é melhor em termos de informação não virá à superfície sem um constante trabalho de selectividade, o qual não pode dispensar profissionais competentes e exigentes. (Garcia, 2009: 30)

⁵⁶ Um *link* é um navegador *web* em formato texto.

O sociólogo defende que as necessidades de informação dos utilizadores não podem ser colmatadas com uma espécie de “quiosque virtual” de distribuição, de que é exemplo a *Google*, considerando que tal não contribui positivamente para o conhecimento coletivo (2009: 30).

Atualmente, a facilidade de acesso faz com que frequentemente se pense que não é preciso sair das fronteiras do ciberespaço (recorrendo a outros procedimentos de investigação) porque a informação que lá encontramos é suficiente⁵⁷. No entanto, e tendo em conta as características específicas da Internet anteriormente mencionadas:

Embora pareça proporcionar uma visão ampla, os jornalistas colhem informações num ambiente em que o conhecimento sobre a realidade aparece fragmentado, disperso, hiper-especializado, sem hierarquias e sobreinformado. Há sempre que recorrer a ferramentas de busca para se obter algo coerente, selecionado, filtrado e organizado. (Bianco, 2008: 5).

Na perspetiva de Garcia, não se pode concluir que tenha deixado de existir informação relevante a fluir por meios tecnológicos, nem jornalistas que procuram orientar a sua atividade com base em critérios como a veracidade e o rigor (2009: 40). Mas será que maior quantidade de fontes e informação se traduzem num acréscimo de qualidade? E tal não dificultará a triagem dessa mesma informação? Sobre estas e outras questões debruçar-nos-emos no próximo capítulo, dedicado à experiência de estágio e ao estudo de caso que nos propusemos, relacionado com as temáticas que temos vindo a desenvolver até aqui.

⁵⁷ Sobre este tópico ver também Bianco (2008: 6).

O estágio na Lusa - *Agência de Notícias de Portugal, S.A.*

No primeiro capítulo, debruçamo-nos sobre a génese e evolução das agências noticiosas portuguesas até ao arranque da Lusa, na década de 80, com enfoque nos aspetos institucionais e técnicos.

Conscientes de que vivemos numa era em que as transformações tecnológicas se processam a um ritmo acelerado, propusemo-nos, neste relatório de estágio, a estudar algumas das alterações nas rotinas de produção de notícias, que a introdução de novos dispositivos mediáticos, concretamente a Internet, tem vindo a atualizar. Visto que as mudanças operadas têm ocorrido a vários níveis, como, por exemplo, nos métodos de pesquisa e seleção de informação, na estruturação das notícias, nas ligações entre jornalistas e fontes, e entre estes e as audiências, a análise concentrar-se-á nas transformações ocorridas no âmbito das relações entre jornalistas e fontes de informação da agência Lusa, antes e depois do advento da Internet.

Neste terceiro e último capítulo, começamos por enunciar as principais rotinas de produção diárias dos jornalistas das editorias integradas durante estágio, Agenda e País, assim como as tarefas desempenhadas em cada uma delas, ao longo de três meses. Posteriormente, é nossa pretensão cruzar as experiências profissionais vivenciadas e as situações que observadas, com os testemunhos reunidos, por meio de entrevistas semi-diretivas, de ex e atuais jornalistas da Lusa (que assistiram à transição do analógico para o digital na redação), e interpretá-las à luz das teorizações propostas que têm vindo a ser avançadas sobre o tópico em discussão.

3. O primeiro contato com a empresa

No dia 14 de janeiro de 2014 dirige-me à Lusa para reunir com o Diretor de Informação da agência, Ricardo Jorge Pinto, também encarregue da administração dos estágios curriculares. Tratou-se de uma reunião de apresentação, durante a qual falei um pouco de mim e das minhas expectativas, e fui posta a par, em traços gerais, do funcionamento da agência. No final, foi-me dada a hipótese de optar por uma ou mais editorias onde gostaria de estagiar. Ricardo Jorge Pinto aconselhou-me a escolher, no

máximo, duas, tendo em conta que o período de permanência na Lusa seria curto - três meses. Sugeriu que começasse pela Agenda. Mais tarde, já no decorrer do estágio, apercebi-me de que não é comum os estagiários optarem por aquele serviço. De facto, apesar de se tratar de um trabalho jornalístico, as rotinas produtivas dos jornalistas da Agenda diferem, em muitos aspetos, das restantes secções. No entanto, foi-me chamada a atenção para a importância daquele serviço e aceitei a sugestão. A Agenda pode ser vista, simbolicamente, como o coração de uma agência, que bombeia os acontecimentos - os chamados registos de agenda - para as diversas editorias, onde são desenvolvidos e transformados em notícias, prontas a consumir.

São diariamente mais de 250 entradas que fazem da agenda da Lusa um documento de referência obrigatório para todas as redações e para várias entidades que querem antecipar o que de mais importante se passa no país e no mundo. Nas mais diversas áreas, com periodicidade diária, semanal ou mensal, a agenda pode ser direcionada para qualquer área específica de interesse ou região. (www.lusa.pt)

Desde logo ficou acordado que a minha permanência na Agenda duraria um mês, findo o qual transitaria para uma editoria, igualmente à minha escolha.

No mesmo dia, fui apresentada ao editor-chefe da Agenda, António Navarro, e fiquei de comparecer no dia seguinte, pelas 09:00, para dar início ao estágio. Numa situação normal, teria tido uma semana de formação, durante a qual os chefes de cada editoria se apresentam aos estagiários e falam do trabalho que aí é desenvolvido. Porém, fui a única estagiária a começar em janeiro - os restantes seis só viriam um mês depois -, razão pela qual a formação só foi dada entre os dias 11 e 14 de fevereiro, quando o grupo ficou completo.

3.1. A Agenda da Lusa: rotinas de trabalho e tarefas desempenhadas

No dia 15 de janeiro, iniciei formalmente o meu estágio na Lusa. Dirigi-me ao 1.º andar, onde se concentram as redações de algumas editorias, entre as quais a Agenda. O meu então editor-chefe pôs-me a par de todos os pormenores sobre o funcionamento da Agenda e mostrou-me as ferramentas básicas do LUNA. O LUNA é o *software* de trabalho, utilizado para produzir, distribuir e arquivar conteúdos.

Da equipa de trabalho da Agenda fazem parte, para além do editor-chefe, o editor-adjunto, Nuno Pêgas, a coordenadora de secção, Maria João Paiva, e outros dez jornalistas redatores. Os trabalhadores distribuem-se por três turnos: das 07:00 às 15:00, das 10:00 às 18:00 e das 14:00 às 21:00.

Este serviço da Lusa produz três tipos de agenda: diária, semanal e mensal. Os documentos contêm registos divididos por editorias: Cultura, Desporto, Economia, Internacional, Lusofonia, Media, País, Política e Sociedade. Todos os dias é enviada aos “clientes” da Lusa uma primeira edição da Agenda, por volta das 15:00, e uma edição final, entre as 19:30 e as 20:00. Semanalmente, às quartas-feiras, e geralmente a meio da tarde, é também enviada aos clientes uma previsão de agenda para os dez dias seguintes. E ainda, na última quarta-feira de cada mês, é enviada uma agenda mensal com todos os acontecimentos que estão previstos para o mês seguinte a esse. Para além destas, é produzida uma agenda que inclui todo o tipo de atividades a decorrer em fins de semana e feriados, de norte a sul do país, direcionadas para crianças, e que é distribuída semanalmente, às quintas-feiras por volta das 16:00. Os eventos apresentam-se divididos por localidades e, dentro das localidades, por género (música, teatro, oficinas criativas...).

O serviço de Agenda da Lusa desenvolve, para além dos já referidos, outros trabalhos a nível interno. Diariamente, um dos jornalistas faz a escuta dos noticiários das 8:00 das rádios Antena 1, Rádio Renascença e TSF, e sumariza por grandes temas, num documento que é posteriormente encaminhado para todos os jornalistas da redação, as principais notícias do dia emitidas por aquelas estações. Assim que chegam à redação, os editores analisam os jornais do dia em busca de datas que indiquem acontecimentos futuros. Esta é uma tarefa que cabe também à coordenadora. Por volta das 13:00, outros três jornalistas sintonizam as televisões nos noticiários da RTP, SIC e TVI, e num outro documento, também ele partilhado com a redação, sumarizam as notícias de abertura de cada um deles.

Todos os domingos é também distribuído internamente um documento - “Temas da Atualidade” - no qual constam registos de agenda de acontecimentos considerados importantes que decorrerão num futuro próximo, e uma série de temas com datas aproximadas com potencial para serem desenvolvidos. Os registos dividem-se entre: temas “dominantes”, “pendentes” e ainda, tal como nas agendas diária, semanal e mensal, por editorias. Com base nesse documento, muitas editorias planeiam o que vão acompanhar.

Por fim, “Frasas da Semana” é um trabalho desenvolvido pelos editores da Agenda e consiste em recolher durante a semana as frases, proferidas por figuras públicas, mais marcantes da atualidade. Todas as sextas-feiras, entre as 15:00 e as 16:00 é publicada na linha da Lusa uma seleção das melhores frases da semana.

A Agenda pode assim ser definida como:

Um documento-chave em cada redação. É aí que se registam os acontecimentos programados que, automaticamente, merecem ser cobertos devido à sua indubitável relevância pública [...]. Num certo sentido, a redação da agenda se serviço corresponde a uma produção de notícias antecipada, com a diferença daquela se basear no mero conhecimento de que certos factos vão ocorrer e não na observação do seu decurso. A agenda de serviço é a encenação implícita das notícias⁵⁸. (Golding e Elliott, 1979: 93)

No dia 16 comecei, efetivamente, a minha atividade como jornalista estagiária na Agenda da Lusa. Todas as manhãs chegava à redação e folheava os jornais com o objetivo de destacar no seio das notícias aí publicadas acontecimentos já programados, ou informação que pudesse suscitar alguma investigação. Este é um trabalho que, como afirmámos antes, é feito diariamente pelos editores e coordenadora da Agenda, e que ajudei a realizar durante um mês. A par disso, todos os dias relia as notícias publicadas na linha da Lusa no dia anterior (armazenadas no “Arquivo” do LUNA) para o mesmo fim: fazer o levantamento de acontecimentos já programados.

A partir do dia 17 comecei a fazer, diariamente, a síntese das notícias de abertura dos noticiários das 13:00 da RTP, SIC e TVI, em conjunto com duas colegas de trabalho. Estava informalmente estipulado quem fazia qual, sendo que, quase sempre, fiz a síntese do noticiário da RTP. Ao nosso lado tínhamos quatro televisores para o efeito.

A partir do dia 20 passei a colaborar também na redação da agenda para crianças, normalmente feita por uma das minhas então colegas. Cabia-me fazer a consulta de *sites* das Câmaras Municipais de norte a sul do país, verificando as agendas municipais, *sites* de teatros municipais, centros de espetáculos de música, teatro, exposições, ateliês, e reunir o máximo de eventos possíveis para crianças agendados

⁵⁸ «(...) Is a key document in any news office. It records predictable events that automatically merit coverage by their unquestionable public importance. It is also a register of less significant events vying for inclusion in the “automatic” category. In a sense production of the diary is news production in advance, except that is based on the mere knowledge that events will occur not on observation of them unfolding. The diary is the implicit script of news.» (Golding e Elliot, 1979: 93)

para um período de duas semanas, preferencialmente para fins de semana e feriados. Posteriormente, era minha função redigir pequenos textos informativos, com um toque de criatividade, alusivos a esses eventos, mas que não obedeciam às regras de construção de um texto jornalístico, para serem incluídos na agenda para crianças.

Durante a minha estadia na Agenda, não me foi permitido redigir e publicar através do LUNA, apenas consultar o arquivo e a agenda, e enviar e receber *e-mails*. Contudo, os editores reencaminhavam-me os comunicados de instituições, organizações, empresas, com eventos programados, através de *e-mail*. A partir desses comunicados, elaborava os registos de agenda, mas ao invés de os publicar na “linha”, enviava-os, novamente através de *e-mail*, para o editor, que fazia as correções necessárias. Esta era uma tarefa realizada, maioritariamente, para efeitos de treino, mas que, ainda assim, me deu muito gosto fazer.

Considero que a minha experiência na Agenda foi gratificante. Em primeiro lugar porque fui muito bem recebida por todos, chefes e colegas. Em segundo lugar porque houve uma preocupação constante por parte dos editores em me manter ativa e em criticar o meu trabalho de forma construtiva sempre que se justificou.

3.2. Editoria País: rotinas de trabalho e tarefas desempenhadas

O meu último dia como jornalista estagiária na Agenda foi o dia 7 de fevereiro. No dia 11 do mesmo mês chegaram mais seis estagiários para a formação que começou naquele dia. Ao longo de quatro dias cada um dos editores chefes falou aos estagiários sobre o trabalho que é feito na sua editoria. No início da formação, foi-nos dito que, ao longo da semana de formação, fossemos pensando nas editorias nas quais gostaríamos de trabalhar.

Após quase um mês na Agenda, optei por transitar para o País. Uma das razões que motivou minha escolha foi o carácter local e regional dos eventos que são tratados por aquela editoria. Comecei a exercer as minhas funções enquanto jornalista estagiária naquela editoria no dia 17 de fevereiro, semana seguinte à da formação.

A editoria País é, em número de trabalhadores, a maior editoria da Lusa. Na sede, em Lisboa, trabalham oito jornalistas, três deles com funções de edição: o editor-chefe - João Gomes -, e duas editoras-adjuntas - Zélia Oliveira e Rosa Carreiro. Contudo, a rede de jornalistas do País é composta por aproximadamente 60 jornalistas no total, entre contratados, avençados e colaboradores à peça.

O trabalho da editoria gira em torno de seis grandes temas: Autarquias, Arrendamento, Urbanismo, Ambiente, Transportes, Parlamento (questões regionais). Existem jornalistas especializados em cada uma destas “pastas”, na gíria do jornalismo.

É hábito, à medida que vão chegando, os jornalistas folhearem os jornais do dia.

Todos os dias, até às 10:00, a chefia de redação é informada acerca dos assuntos do dia a tratar pela editoria País.

Às quintas-feiras, pelas 14:30, realiza-se a reunião da editoria na sede, a fim de definir os temas a tratar por cada um dos jornalistas nos dias seguintes, e onde são também apresentadas novas propostas.

Decorre ainda, diariamente, às 12:00 e depois às 18:00, uma reunião entre todos os editores (incluindo o da Agenda), para definição da agenda para os três dias seguintes. Às quartas-feiras, a reunião tem início às 11:00, e tem como objetivo perspetivar as apostas da Lusa para as semanas seguintes.

O primeiro dia de estágio no País serviu para me ambientar. A editoria encontra-se também no piso 1, junto à Agenda, pelo que o ambiente já me era, de certa forma, familiar. Só no dia 18 comecei a produzir conteúdos e a tirar partido de todas as funcionalidades do LUNA. Atribuíram-me as iniciais⁵⁹ de jornalista estagiária e uma *password* para aceder ao sistema. Desta forma, os editores evitavam-me os comunicados de imprensa e a informação em bruto por *e-mail*. A partir daí, a minha função era redigir as notícias⁶⁰ e reencaminhá-las, assim que terminadas, para a “privada”⁶¹ do editor. O editor, por sua vez, colocava-as na linha⁶² da Lusa depois de revistas.

Realizei também alguns serviços no exterior, quase sempre acompanhada por um jornalista, e que podem ser consultados na tabela 1:

Tabela 1 - Serviços fora da redação.

DATA	JORNALISTA	SERVIÇO	LOCAL
18-02-2014	Marta Clemente	Reunião de Assembleia	Assembleia Municipal de

⁵⁹ Na Lusa, a todos os jornalistas são atribuídas iniciais que os mesmos utilizam para assinar as notícias.

⁶⁰ Consultar anexo 3, pp. 97-101

⁶¹ É, como a palavra indica, uma espécie de “pasta” privada, onde, neste caso, só o editor pode aceder.

⁶² A linha da Lusa é um serviço que pode ser consultado *online* pelos assinantes dos serviços da agência. É onde concentram, depois de escritas e revistas, as principais notícias do dia, de todas as áreas

		Municipal de Lisboa	Lisboa
26-02-2014	Marta Clemente	Reunião Pública da Câmara Municipal de Lisboa	Edifício dos Paços do Conselho
06-03-2014	Rosário Salvado	Atribuição dos prémios "Praia + Acessível 2013"; Apresentação do programa "Praia Acessível - Praia para Todos!" para a época balnear de 2014	Auditório do Pavilhão do Conhecimento, Parque das Nações
11-03-2014	-	Inauguração da Unidade de Saúde Familiar Ribeira Nova	USF Ribeira Nova
13-03-2014	-	Conferência: Human Smart Cities, The Future of Cities Today	Centro de Formação Urbana de Lisboa
19-03-2014	Joana Simões	Manifestação contra Encerramento de Esquadras de Lisboa	Frente ao Ministério da Administração Interna
26-03-2014	Joana Simões	34.ª Edição do Portugal Fashion	Embaixada no Príncipe Real e Academia de Ciências de Lisboa
04-04-2014	Marta Clemente	Encontro “Uma Cidade Mais Segura”	Auditório do Instituto Superior de Gestão

Nem sempre me foi dada a possibilidade de ser eu a dar as notícias referentes aos eventos presenciados. Ainda assim, foi-me sempre pedido, à chegada à redação, após o serviço, que redigisse o meu próprio texto para efeitos de treino e aprendizagem, que, posteriormente, era corrigido por um dos editores.

Era também minha função diária consultar os *sites* e contactar telefonicamente – uma ronda de manhã e outra a meio da tarde – autoridades como o Comando Metropolitano da PSP de Lisboa, a Divisão de Trânsito, o Regimento de Sapadores de Bombeiros, o Centro Distrital de Operações de Socorro, a Autoridade Nacional de

Protecção Civil, a Polícia Marítima, entre outras, no sentido de tomar conhecimento de eventuais ocorrências.

Nos “tempos mortos”, aproveitava para consultar a linha da editoria e ver aquilo que já havia sido publicado, ou folhear os jornais do dia.

À semelhança do que aconteceu na Agenda, fui muito bem recebida no País. Todos se mostraram prestáveis. Os editores-chefes deixaram-me à vontade para colocar questões e ver esclarecidas as minhas dúvidas. As correções às minhas notícias foram feitas na minha presença, para que pudesse verificar quais haviam sido os meus erros, no sentido de não voltar a cometê-los e de melhorar o meu desempenho. A minha permanência no País durou cerca de dois meses, sendo que o período de estágio terminou, oficialmente, no dia 15 de abril.

3.3. A relação entre jornalistas e fontes de informação, antes e depois da era da Internet, na agência Lusa.

A primeira experiência da Lusa na *Web* data de 1995, porém, o primeiro *site* só viria a ser criado um ano depois. A Internet (assim como os suportes digitais para utilização da rede - computadores fixos, portáteis, *smartphones*, *tablets*) foi-se tornando na ferramenta indispensável que é hoje nas rotinas de trabalho dos jornalistas da Lusa, conduzindo à alteração de algumas práticas, nomeadamente as formas de contato entre jornalistas e fontes de informação. Todavia, nem sempre foi assim.

3.3.1. Dispositivos técnicos para contato com as fontes de informação

Muita coisa mudou nas rotinas de contato entre jornalistas e fontes de informação com a introdução da Internet e de outros dispositivos digitais.

Aquando da sua fundação, em 1944, a Lusitânia⁶³ encontrava-se tecnologicamente muito aquém, comparativamente com outras agências estrangeiras. O equipamento de transcrição e difusão era muito primitivo. Em Lisboa, as notícias eram passadas a *stencil* e distribuídas por estafetas aos seus subscritores. O Grémio da Imprensa Diária, por sua vez, assegurava a distribuição do serviço informativo pelos jornais do Continente. Quanto à ilha do Funchal e colónias portuguesas no Ultramar, a Companhia Portuguesa de Rádio Marconi incumbia-se dessa tarefa. Quatro anos mais

⁶³ A Lusitânia foi a primeira de cinco agências que antecederam e deram origem à Lusa.

tarde, foi criada a Agência de Notícias de Informação (ANI), cujos recursos técnicos com que se iniciou, estavam, à semelhança da Lusitânia, ultrapassados. Por essa razão, a nova agência apostou na modernização da sua redação, criando uma rede telegráfica própria. A ANI foi a primeira agência portuguesa a utilizar o telex nas suas rotinas de produção. Até ao arranque da Lusa, outras tecnologias foram introduzidas à medida que surgiram novas agências. Referimo-nos, no caso da Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP), aos terminais de multiplexagem, ao desdobramento das linhas telefónicas em vários canais para envio e receção de informação, microprocessadores, etc. A Notícias de Portugal (NP) viria a ser a primeira redação totalmente informatizada em Portugal⁶⁴. Quando, em 1987, a Lusa começou a operar, fê-lo apropriando-se dos recursos técnicos das suas antecessoras. Só em 1993, como veremos adiante, a agência investiu em novo equipamento.

Desta forma, no começo, parte substancial da informação enviada pelas fontes chegava aos jornalistas na redação central, em Lisboa, via telefone, mas também por meio de cartas, entregues por estafetas, comunicados enviados por telex⁶⁵ e por fax⁶⁶. O presente editor do Piquete, Alexandre Almeida, vê o fax como o grande veículo de transmissão de informação anterior à Internet. No entanto, apesar da importância de todos estes meios na transmissão de informação, naquela época, cultivava-se, principalmente, o contato direto entre jornalistas e fontes: os primeiros saíam à rua “à cata de notícias”, travando conhecimentos aqui e ali. João Gomes, presente editor do País, correspondente em Leiria entre 1992 e 95, recorda que:

Havia um aspeto que se cultivava no jornalismo dessa época e que hoje se está a perder: o jornalista tinha a preocupação diária de, ele próprio, ir à procura das notícias e fomentar o contacto com as fontes. (...) Nunca tive dificuldades em arranjar notícias na região de Leiria, embora residisse a 25 quilómetros da

⁶⁴ A NP possuía já um programa informático que permitia a troca de mensagens a internamente. Devo este detalhe a uma conversa informal que, gentilmente, o jornalista João Pinheiro de Almeida aceitou ter comigo.

⁶⁵ O “telex” surge na década de 1950, enquanto sistema de comunicação que usava como meio físico de comunicação as redes de telefonia fixas existentes em todo o mundo. Como os telefones, cada telex possuía o seu número. A mensagem escrita numa máquina, saía, impressa numa outra máquina.

⁶⁶ É posterior ao telex, tendo surgido em finais da década de 1970, início de 80. É utilizado para transferência de documentos a longa distância e através de rede telefónica. O “fax” consiste, normalmente: num *scanner*, uma impressora, um *modem* e uma linha telefónica num só equipamento. O *scanner* converte o arquivo impresso numa imagem digital, o *modem* envia a imagem pela linha telefónica para outra máquina de fax, e a impressora daquela máquina produz uma cópia do documento recebido. A utilização do fax na redação da Lusa foi pouco além do ano 2000, altura em que a direção técnica da agência conseguiu fazer com que o fax fosse incorporado no sistema informático de então (o SIR). Devo este detalhe a uma conversa informal que, gentilmente, o jornalista João Pinheiro de Almeida aceitou ter comigo.

cidade. Todos os dias de manhã tinha uma rotina, que era ir à cidade e contactar com os responsáveis dos principais organismos. Passava pelo Governo Civil (...), depois ia à Câmara Municipal, depois ao Posto de Turismo, e assim sucessivamente. Não havia telemóveis, era tudo mais personalizado (...). Permitia que, com base no contato direto, nós jornalistas fossemos tendo conhecimento do que ia acontecendo. (...) Hoje em dia, muitos jornalistas passam horas na redação. Quando eu comecei, só me sentava o tempo necessário para escrever. (Ent.⁶⁷ JG)

Estabelecer conhecimentos, fomentar o contato com as fontes, conquistando fontes estáveis (disponíveis e de confiança), no que concerne ao fornecimento de informação, assumiam-se como as principais “estratégias” para chegar às notícias. Conta José Balonas, correspondente da Lusa em Castelo Branco durante 17 anos, agora aposentado, que:

Eu conhecia muita gente. Nessa altura ia à *Reconquista*⁶⁸, conhecia o Joaquim Cabral [então diretor do jornal], e a gente sabia [das notícias]. (...) Eu podia não receber qualquer coisa, e a *Reconquista* avisava-me que amanhã era preciso ir a tal parte» (Ent. JB).

João Pinheiro de Almeida, jornalista na Lusa desde 1973, um dos mais antigos da casa, e atualmente em situação de pré-reforma, vai ao encontro de João Gomes, ao afirmar:

Creio que é essencial notar que antes da Internet, e antes da “praga” das agências de comunicação e dos assessores, os jornalistas procuravam mais a informação, não ficavam à espera que ela viesse ter com eles. É claro que havia também informação a chegar às redações pelas chamadas “vias oficiais” (...). Mas, boa parte da informação produzida era resultado da iniciativa dos jornalistas, da sua imaginação para descobrir assuntos de interesse público. (Ent. JPA)

A importância do contato direto com as fontes tem sido um tema recorrente no campo de investigação académica na área do jornalismo. Robert E. Park, jornalista e sociólogo americano, e por muitos considerado um dos pioneiros dos estudos sobre a sociologia da comunicação nos EUA (Berganza Conde, 2000; Subtil e Garcia, 2010), considerava que a imagem real da sociedade se alcançava através da observação do quotidiano, algo que, enquanto jornalista, Park praticou profusamente. Park saiu da

⁶⁷ A sigla “Ent.” serve para abreviar, ao longo deste capítulo, a palavra “entrevista”, e será utilizada para identificar todas as afirmações retiradas desse contexto.

⁶⁸ O *Reconquista* é o semanário regional de Castelo Branco, fundado em 1945.

universidade e entrou no mercado de trabalho como jornalista. Interessavam-lhe particularmente os temas sociais da grande cidade (as condições de vida em bairros dos imigrantes, a corrupção, o fenómeno dos subúrbios, etc.). Praticou um jornalismo baseado no contato direto com os protagonistas das suas histórias, e da experiência prática no terreno, e da familiaridade com as questões sociais, forjou o material e as ideias fundamentais para os trabalhos académicos que viria a elaborar na Universidade de Chicago (Berganza Conde, 2010: 10).

Já no final da década de 1970, Golding e Elliot, em *Making the News*, próximos da visão de Park, fazem alusão, à natureza do jornalista como um colecionador ativo de informação ou “caça notícias”, independente das fontes. Afirmam a necessidade de os jornalistas manterem uma vigilância permanente (função normalmente delegada para as agências de notícias) no âmbito do processo de recolha de notícias, através de correspondentes no terreno, dispersos por diferentes áreas geográficas (1979: 90).

O período entre 1989 e 1993 serviu para perfilhar novas políticas de expansão ao nível da influência territorial, parcerias e recursos técnicos para a agência Lusa. O ano de 1993, concretamente, foi um ano de reconversão tecnológica da agência. A rede telegráfica da Lusa foi substituída por satélites de comunicação. Para João Pinheiro de Almeida:

A grande revolução em termos de agência começou [assim] antes da Internet, com a introdução do sistema de distribuição por satélite. As velocidades de distribuição das notícias tornaram-se vertiginosas para a altura. Passou-se da distribuição via linha de telex, a 300 baud , para via satélite, a 9600 baud. O que quer dizer que a capacidade de produção foi-se adaptando à capacidade de distribuição. (Ent. JPA)

A distribuição de informação via satélites exigiu a aquisição de equipamento de informático de apoio:

A redacção principal da Lusa foi completamente informatizada, passando todos os seus jornalistas a utilizar computadores na produção de notícias, e foi implantado o primeiro sistema informático em todos os departamentos da agência [o SIR⁶⁹]. (Lusa, 2007:)

⁶⁹ O SIR entrou em funcionamento na Lusa em 2000, antecedendo o Luna, sistema informático que ainda hoje é utilizado na redacção.

Estavam então criadas as condições para que as vantagens e potencialidades da Internet começassem também a ser testadas e avaliadas, de tal forma que, em 1995, a Lusa experimentou pela primeira vez aquela rede. Na perspetiva de Helder Bastos, podemos considerar a Internet como um elemento chave do jornalismo assistido por computador, na medida em que veio proporcionar aos jornalistas novas formas de realização de tarefas diárias, entre as quais: pesquisa e recolha de informação, assim como o contato e, conseqüentemente, as relações entre jornalistas e fontes (2000: 78), como veremos adiante.

No que respeita aos meios de comunicação, alguns foram caindo em desuso. Entre eles estão os já anteriormente referidos serviço postal, o telex e o fax⁷⁰. Atualmente, refere João Gomes, só o telefone, agora digital, se mantém ainda como o “primeiro impulso” quando se trata de contactar com as fontes de informação (Ent. JG). A minha experiência enquanto jornalista estagiária no País confirma-o. Fui aconselhada pelos então editores a recorrer antes do mais ao telefone, sempre que precisasse de comunicar com uma fonte. A comunicação por telefone é a que mais se encontra próxima do contato direto. Possibilita a interação entre os agentes da conversa e a interpelação do outro em tempo real. Pelo que, só nos casos em que não consegui falar com a fonte por telefone (porque a fonte simplesmente não atendeu), e naqueles em que me foi pedido que colocasse as questões por escrito, recorri a outras alternativas de contato, concretamente ao *email*.

Todavia, à exceção do telefone, ferramentas como motores de busca, redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, plataformas de comunicação como *Skype*, e o *email*, que é hoje, de acordo com os entrevistados, a principal forma de relação entre jornalistas e as fontes da Lusa⁷¹, substituíram por completo as restantes tradicionais vias de comunicação: «tudo é tratado na Internet. A não ser que seja uma entrevista que esteja marcada, ou o apanhemos [a fonte] num contexto de rua», afirma Vítor Rodrigues, presente editor de Desporto. Hoje em dia, chegam às redações centenas de *emails* contendo comunicados de imprensa, encaminhados pelas fontes de informação (pude constatar isso no serviço e Agenda e na editoria País). Boa percentagem das notícias que produzi na passagem pelo País, foi com base em comunicados de imprensa.

⁷⁰ Relembramos que o fax foi o mais recente meio de comunicação a ser adotado pela redação da Lusa antes do aparecimento da Internet, e começou a cair em desuso no ano 2000, visto ter sido incorporado no novo sistema informático, o SIR.

⁷¹ Corroborar a afirmação de Bastos sobre o facto de o *email* ser a ferramenta mais utilizada na Internet pelos jornalistas (2000).

Refiro-me sobretudo às breves⁷². Noutros casos, as notícias exigiram forçosamente outro tipo de contatos e explicações.

Importa ainda referir que as ferramentas disponibilizadas pela Internet não substituíram só as vias de comunicação e as formas de contato entre jornalistas e fontes. Nas palavras de Alexandre Almeida:

Antigamente, as agências tinham centros de documentação que eram atualizados com recortes de jornais, e organizados por pastas. Com o aparecimento da Internet deixámos de consultar as pastas, e passámos a poder ter acesso a *sites* onde toda a informação é compilada muito mais facilmente. (Ent. AA)

A título de curiosidade, alguns jornalistas da Lusa ainda se referem ao conjunto de temas que trabalham utilizando o termo “pastas” (ouvi-o várias vezes durante a minha passagem pela editoria País).

3.3.2. Tipos de fontes: oficiais vs não oficiais

Antes do advento da Internet à redação da Lusa, as fontes eram, nas palavras de Alexandre Almeida, “muito limitadas” às fontes oficiais e às fontes pessoais dos jornalistas.

Coloca-se aqui o problema da hierarquização entre fontes (oficiais e não oficiais), discutida por Nelson Traquina (1999) e Rogério Santos (2006). Ambos os académicos consideram que o acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído pelo universo das fontes (1999: 173; 2006: 91). Santos enfatiza que esse acesso está dependente do poder político e económico da fonte (2001: 129). Já Traquina (1999) alude para a “posição de saber” do informador⁷³, capaz de ter acesso a mais factos e dados concretos, garantindo o carácter rigoroso e fidedigno da informação. Por conseguinte, quanto mais alta for então a posição de saber do informador, melhor será a fonte (1999: 172). E, de acordo com Santos, tal aplica-se principalmente às fontes oficiais (do Governo ou grandes empresas), sendo que a procura por essas fontes se faz com maior insistência (2001: 129)

⁷² Termo que em jornalismo utilizam para designar notícias pequenas, geralmente com três e quatro parágrafos. Ver anexo 3, pp. 127-128.

⁷³ Também focada por Ericson *et. al* (1989: 3) para explicar em que contexto e com que finalidades as fontes de informação são utilizadas.

O jornalista Alexandre Almeida, em entrevista, refere, porém, que a Internet “abriu um mundo ilimitado” de fontes de informação. João Pinheiro de Almeida, embora corrobore esta afirmação, dizendo que a Internet nos permite encontrar mais fontes de informação e, eventualmente, descobrir mais rapidamente os seus contatos, adverte que:

[Tal] não quer dizer que os jornalistas sejam capazes de fazer a escolha mais correta das fontes a utilizar, nem que as fontes estejam disponíveis para fornecer informação. Ou melhor, estão disponíveis para fornecer, com abundância, a informação que pretendem e que conseguem, quase sempre, “impingir” aos jornalistas. (Ent. JPA)

Estas questões serão, todavia, alvo de discussão mais adiante. Assim, a rede não só multiplicou o número de fontes à disposição dos jornalistas, como também agilizou o trabalho daqueles últimos quando se trata de encontrar e ter acesso aos informadores, nomeadamente através de motores de busca como a Google, para efeitos de pesquisa, e do *email*, para pedidos de informação.

Nos dias de hoje, como refere Alexandre Almeida, a maioria dos organismos oficiais têm os seus *sites* na *web*, onde disponibilizam os contatos telefónicos, de *email*, etc. (Ent. AA). Além disso, qualquer indivíduo pode ter também uma página pessoal, uma conta nas redes sociais como o *Facebook*, e tornar-se facilmente contactável. Recordo-me, por exemplo, da notícia que escrevi no dia 21 de fevereiro, intitulada “Português vai percorrer a História nacional numa volta ao mundo em bicicleta”⁷⁴, para a qual precisei de entrevistar o protagonista, Hernâni Carvalho. Descobri o seu contato numa página de *facebook* criada pelo próprio para se promover e à sua iniciativa.

Com efeito, também as fontes de informação têm hoje mais espaço de manobra no panorama mediático. Tal como afirma Vítor Rodrigues: «as oficiais porque se defendem e escudam na Internet, e conseguem filtrar a informação [que divulgam]. As não oficiais porque conseguem interferir em campos que antes não penetravam» (Ent. VA). No que respeita às fontes não oficiais, Rui Gomes esclarece que, aquelas mostram ter dificuldade superior às oficiais em aceder aos órgãos de comunicação social, o que, segundo o académico, se exprime no processo de credibilização dessas fontes. Por sua vez, Santos chama a atenção para a importância das fontes não oficiais pelo facto de aquelas oferecerem diferentes ângulos sobre o mesmo acontecimento, que enriquecem a

⁷⁴ Ver anexo 3, pp. 104-105.

notícia (2006: 80). Além disso a diversidade de fontes interpeladas assegura, como iremos constatar, a própria independência do jornalista.

3.3.3. Fontes e informação: quantidade vs. Pluralismo

A Internet, ao proporcionar o acesso a uma maior quantidade de fontes, e ao agilizar, tornando mais fácil e rápido, o contato entre jornalistas e os seus informadores, não faz com que os jornalistas sejam sempre bem sucedidos no alcance de respostas para as suas perguntas. Neste sentido, maior quantidade de fontes não é, como afirmam alguns dos entrevistados, necessariamente sinónimo de pluralismo de informação, bem pelo contrário. Nas palavras de Vítor Rodrigues:

Isto está cada vez mais redutor. Concentra-se tudo num espaço restrito de contacto electrónico, e a informação é facilmente bloqueável. [Por isso] não acho que as fontes tenham aumentado ou devam ser aumentadas. A fonte deve ser credível, e uma maior diversificação pode prejudicar a veracidade da informação. (Ent. VR)

O testemunho de Vítor Rodrigues é partilhado por João Gomes, quando refere que: a Internet contribuiu para o aumento do universo das fontes, no entanto, os jornalistas, que deveriam tentar tirar partido disso, no sentido de fomentar o pluralismo da informação, nem sempre o fazem:

Vejo aquilo que se passa na editoria País: há tendência para haver uma seleção das fontes. As fontes que são mais “fáceis”, são aquelas que, normalmente, são contactadas. Como temos a certeza que “aquela” nos vai responder, então, ciclicamente, vamos contactá-la. E aí há, em vez de um alargamento, um afinamento do número de fontes. (...) Trabalhamos com temas tão específicos, como autarquias, casos de polícia, com interlocutores próprios, que é natural que haja essa tendência. [Desta forma,] acesso há, desde que queiramos. É necessário é querer. (Ent. JG)

Durante a passagem pelo País, pude confirmar que os jornalistas daquela editoria, por lidarem, como afirma João Gomes, com temas tão específicos, desenvolvem alguns laços de confiança com algumas fontes “especialistas” no assunto. A relação entre ambos traduz-se nas formas de tratamento entre as partes. Recordo-me, por exemplo, dos dias em que acompanhei a jornalista Marta Clemente à reunião aberta

da Assembleia Municipal de Lisboa e reunião pública da Câmara Municipal de Lisboa. Tive oportunidade de me aperceber que existia já um certo à vontade da Marta no tratamento de alguns assessores e deputados presentes.

As reflexões do jornalista João Gomes têm pontos de encontro com os argumentos de Shoemaker e Reese, quanto afirmam que, frequentemente, as organizações jornalísticas são forçadas a conciliar as suas rotinas de produção com os constrangimentos infligidos pelas fontes. A necessidade de alimentar continuamente o fluxo de informação, faz com que os jornalistas procurem, manter uma relação rotineira com algumas fontes (1996: 127). Os jornalistas, que passam a confiar nessas fontes, sujeitos à pressão do tempo, e outros constrangimentos, como a escassez de recursos técnicos e humanos, tendem assim a não arriscar outros contatos. Tal procedimento afasta a possibilidade de, em muitos casos, serem ouvidas outras vozes no processo de investigação da notícia, o que pode limitar a pluralidade da informação:

O facto de haver limitação de tempo e de recursos pode levar ao que eu já disse atrás. Se tenho facilidade de obter resposta por parte de uma fonte, nem sequer arrisco a procurar a outras fontes. Mas isso limita muito o meu trabalho. Acabo por cair numa tentação que depois não permite a diversidade de informação, (...) nem permite o contraditório. É uma resposta fechada, não permite que haja discussão. (Ent. JG)

A esta opção, em muitos casos forçada, enunciada por João Gomes, evitando o confronto de ideias, João Pinheiro de Almeida acrescenta que:

Pior do que a economia do tempo e recursos, mas sem a excluir, a degradação do jornalismo, a concorrência desenfreada, e a feroz necessidade de dar aquilo que os outros não dão, o recurso cada vez mais constante à “não-notícia”, colocaram os jornalistas totalmente na dependência das fontes, ou melhor “de” fontes, pois os jornalistas deixaram de questionar, ou no mínimo ponderar, a veracidade do que lhes é transmitido pelas fontes. É preciso, cada vez mais, encher espaços com “não-notícias”, verdadeiras ou não. E qual informação ou sussurro, para não falar em boatos ou rumores, serve para fazer notícia. (Ent. JPA).

3.3.4. Jornalistas e fontes: proximidade ou distanciamento?

A Internet tem contribuído tanto para a aproximação entre jornalistas e fontes de informação, como para o seu distanciamento.

Tal como já vimos anteriormente, as novas tecnologias têm vindo a limitar o contato direto entre as partes. Em termos físicos, podemos assim considerar que a Internet e os novos dispositivos digitais provocaram um certo distanciamento. Atualmente, basta estarem ligados aquela rede para poderem estar em contato, o que torna o processo mais fácil e rápido, tornando-se vantajoso para jornalistas e fontes: perdem menos tempo e dinheiro evitando as deslocações. Segundo João Gomes:

Nós somos humanos, e se isso nos facilita a vida caímos na tentação da “lei do menor esforço”. As fontes nem sempre estão disponíveis para falar conosco cara a cara, mas se calhar estão disponíveis para, no *Facebook* ou através de *email*, responderem às nossas questões, mesmo quando estão a meio de uma reunião. E a partir de um certo número de contatos começo a perceber quais são as fontes mais disponíveis para me “atender” quando preciso⁷⁵. Este facilitismo faz-me poupar tempo e poupar contactos, o que é um erro (...). (Ent. JG)

As declarações de João Gomes corroboram o pressuposto de Santos em relação aos pedidos de informação por parte dos jornalistas, que nem sempre são “atendidos” de imediato (2001: 103). Assim como os jornalistas, que dão prioridade às fontes oficiais, porque elas alimentam o fluxo informativo e garantem a o rigor dessas informações, também as fontes, refere Gomes, e principalmente as oficiais, têm prioridades relativamente aos jornalistas e aos órgãos de comunicação social que elegem para “dar voz” aos seus interesses (2009: 43). Importa-lhes não só analisar esses órgãos e o respetivo prestígio social, como também considerar o momento para ceder a informação e o impacto que a divulgação da mesma terá, acrescenta Santos (2001: 103). À semelhança dos jornalistas, as fontes têm as suas rotinas de definição de estratégias de atuação. Conforme João Pinheiro de Almeida: «antigamente, era possível falar diretamente com uma fonte. A resposta agora é: “mande-me um *email* com as perguntas”, e depois mandam um *email* com as respostas. E às vezes não mandam»

⁷⁵ Este aspeto referido pelo jornalista João Gomes prende-se com a discussão do ponto anterior, acerca das relações rotineiras com algumas fontes que permitem ao jornalista assegurar um fluxo informativo contínuo.

(Ent. JPA). A opção por responder através do *email* é uma forma de as fontes conseguirem contornar questões mais complexas, com as quais não se querem comprometer, e conseqüentemente de se protegerem de futuras críticas, fornecendo respostas previamente pensadas. A este respeito, Rogério Santos refere que, do ponto de vista das fontes, muitas vezes, não havendo certezas sobre a força de uma informação, é preferível deixar que outras fontes se pronunciem primeiro sobre o assunto. Ou então, quando se trata de um tema polémico, a alternativa é solicitar aos jornalistas as perguntas antes da entrevista, por email, por exemplo, para que a fonte tenha tempo de se preparar, e preparar as respostas (1999: 87; 2001: 103).

No entanto, nas palavras de Vítor Rodrigues, ainda se promove, atualmente, o contato direto em certas ocasiões: entrevistas; conferências de imprensa e outros eventos abertos à comunicação social⁷⁶. Apesar de continuar a existir esse contato direto entre os jornalistas e as fontes, para João Pinheiro de Almeida, cada vez mais:

As fontes ou, em sua substituição, a “praga” das agências de comunicação e os assessores, limitam os contactos telefónicos, pedindo que as perguntas sejam enviadas por correio electrónico, via que utilizam para canalizar as repostas, quando se dignam a responder. (Ent. JPA)

A este respeito, Vítor Rodrigues acrescenta: «as fontes distanciaram-se, e escudam-se na Internet, tanto para dar respostas, como para evitarem dar respostas. Há uma maior frieza no relacionamento com a fonte» (Ent. VR). Durante o estágio, apenas lidei diretamente com fontes em eventos públicos. E mesmo assim, essa é uma prática que se vai perdendo, a de acorrer a eventos públicos, principalmente por questões económicas. Lembro-me de uma conversa informal que tive com um dos jornalistas da Lusa, que ocupa atualmente um cargo de chefia, durante a qual me confessou que, “quando havia dinheiro”, a Lusa marcava presença em todos os eventos, até os de menor importância, e os jornalistas passavam horas fora da redação. Hoje em dia isso não é possível. Tornou-se imperativo fazer uma seleção dos eventos para os quais se vai destacar a presença de um jornalista, isto porque não há trabalhadores suficientes para se poder estar em todo o lado, nem dinheiro para pagar deslocações. Esta constatação já

⁷⁶ De acordo com Rui Gomes, as fontes são agentes sociais cujas atividades pressupõe, à semelhança das atividades jornalísticas, estratégias adequadas de atuação: falamos de rotinas produtivas das fontes (2009: 46). As fontes desenvolvem assim métodos de contato com os jornalistas que incluem conferências de imprensa, criação e promoção de eventos, etc. (Santos 2006: 88; Gomes 2009, 47), como forma de se imporem no panorama mediático e de reforçar a sua credibilidade junto dos jornalistas. Quando falamos de fontes, falamos de organismos e instituições tanto públicas, como privadas.

havia sido feita por Golding e Elliot, que afirmam que a recolha de notícias só é realizada na medida dos recursos disponíveis por cada empresa jornalística (1979: 102). Gans, por sua vez, acrescenta que, desta forma, é importante considerar a empresa em que o jornalista se insere para melhor compreender as suas escolhas no momento da seleção dos eventos a registar (1980). Isto pode significar um problema para o jornalismo de agência, apontado por Golding Elliot, que atribuem às agências a função de “vigilantes” de determinado espaço geográfico. Lembramos que é comum entre investigadores a distinção entre agências, de acordo com a área que cobrem: mundiais, internacionais e nacionais, que encontramos em Sousa (1997: 19). No capítulo I explicámos que as agências de notícias são, na sua génese “grossistas de informação”, cuja função é recolher e distribuir a informação por um conjunto de subscritores (Boyd-Barrett, 2002: 57) - órgãos de comunicação nacionais e regionais - e que fazem parte de um sistema interdependente, alimentando o fluxo informativo umas das outras (Boyd-Barret, 2002: 65).

Ainda que mais distantes fisicamente, do ponto de vista da permanência do contato, jornalistas e fontes têm-se aproximado. As ferramentas disponibilizadas pela Internet (redes sociais, *Skype*, *email*), e a possibilidade de estarem ligados a ela a partir de uma série de dispositivos digitais (muitos deles facilmente transportáveis), entre os quais computadores, fixos e portáteis, *tablets* e *smartphones*, possibilita o contato contínuo entre as partes. João Gomes, considera essa a grande vantagem da Internet: as pessoas poderem manter-se continuamente conectadas. Tal como afirma Bastos, os jornalistas passaram a poder enviar e receber informação a partir de qualquer parte, e a poder noticiar acontecimentos até aqui negligenciados por falta de meios (2000: 82). Nas palavras de Vítor Rodrigues:

(...) Deixámos de ter aquela angústia de não conseguirmos dar a informação, pois a Internet possibilita-nos “chegar” na hora e no dia. Muitas vezes podemos não conseguir dá-la tão rapidamente quanto gostaríamos, devido ao volume de notícias (...). [Mas] a Internet veio agilizar muito a informação (...).
(Ent. VR)

Na mesma linha de argumentação, Gomes acrescenta que, hoje em dia, jornalistas distantes geograficamente (um na redação e outro no exterior, por exemplo) conseguem trabalhar “juntos” (2009: 61).

Na Lusa, todos os jornalistas (à exceção dos da Agenda, cujo trabalho não implica saídas para o exterior da redação) possuem um computador pessoal e portátil e um *smartphone*, ambos com acesso ao LUNA, para que se possam manter conectados ao sistema permanentemente, enviar e receber mensagens, *emails*, redigir e partilhar notícias no momento e a partir de qualquer lugar.

3.3.5. Dependência de fontes e poder sobre os jornalistas

Nos tempos que correm, às empresas jornalísticas é-lhes imposto um ritmo de produção muito acelerado. Em *Deontologia do Jornalismo*, Carlos Camponez sugere que as mutações verificadas nas práticas jornalísticas devem ser entendidas no âmbito das condições de produção que afetam o universo do trabalho nas sociedades capitalistas, e que limitam o alcance da autonomia dos jornalistas (2011: 212). Como mostramos no Capítulo II, o processo de racionalização das práticas jornalísticas é inerente à emergência do “jornalismo moderno”, que teve lugar no século XIX com a industrialização da imprensa, e se foi acentuando com o desenvolvimento das redações eletrónicas, já no século XX (2011: 213-2014):

A informatização das redacções permitiu uma nova abundância de informação, o aumento do poder das fontes organizadas resultante do acesso direto aos computadores do jornal, bem como o maior controlo do poder das hierarquias, reduzindo o poder e a autonomia dos jornalistas na selecção e tratamento da matéria noticiosa. (Camponez, 2011: 214)

Se por um lado as novas tecnologias trouxeram vantagens aos jornalistas, ao agilizar os processos de produção, nomeadamente, o contato entre jornalistas e fontes por outro, as novas exigências do trabalho e os ritmos a que se processa, aliados à facilidade de acesso entre as partes, permitida pela Internet, fez, tal como afirma Camponez, crescer o poder das fontes sobre os jornalistas. Consequentemente, os jornalistas profissionais tornaram-se mais dependentes. Fruto da escassez de tempo, da necessidade de cumprir prazos, a excessiva carga de trabalho, e considerando a fase de contenção de custos que a atividade jornalística, mas não só, atravessa, faz com que um comunicado de imprensa sirva, muitas vezes, para dar a notícia. Consequentemente, os jornalistas tornam-se mais facilmente manipuláveis: «acontece um evento em que o jornalista não pode estar presente. A informação chega até aos órgãos de comunicação

através de um comunicado (...). Nunca sabemos se o que consta no comunicado foi realmente o que se passou (...). (Ent. VR) João Pinheiro de Almeida concorda com a perspectiva de Vítor Rodrigues, afirmando que: «a Internet veio criar barreiras: o jornalista vê o comunicado e não faz qualquer pergunta. O que há é o que está» (Ent. JPA). As fontes de informação propendem assim a encaminhar os jornalistas num sentido, favorável aos seus interesses: «muitas fontes, nomeadamente a “praga das agências de comunicação e dos assessores, gabam-se de conseguir “colocar” as notícias onde querem (...). Creio que esse é o melhor exemplo de poder das fontes sobre os jornalistas. Isto é sempre um jogo. Porque eles [os informadores] podem dizer que: se não dás a informação “eu queimo-te e só dou as informações aos outros jornais”. Nestas ocasiões o editor tem que ceder.» (Ent. JPA). O jornalista considera que, neste ponto, há “toda uma promiscuidade”:

Não quero dizer que haja tráfico direto de influências e que se possa dizer que “aquele jornalista vai fazer aquilo da maneira que eu quero”, mas é evidente que se há uma fonte com quem eu tenho um bom relacionamento e algum grau de confiança a circulação da informação é mais fácil, pois a fonte sabe que o jornalista não vai deturpar aquilo que lhe vai dizer. Com um jornalista que a fonte desconhece, já pode haver algum receio que alguma coisa possa acontecer. (Ent. JPA)

Desta forma, os jornalistas devem ter a preocupação de confirmar junto do maior número de fontes possíveis a exatidão da informação recebida, arriscam-se a, se não o fizerem, noticiar factos não verdadeiros, ou parcialmente verdadeiros. Todavia, na perspectiva de João Gomes:

[Tal] depende de cada um. (...) Temos a garantia de que, se a fonte for boa, aquilo que está a dizer é verdade e a informação é correta. (...) A riqueza do jornalista são as suas fontes. A partir do momento em que um jornalista põe em causa uma fonte sua, está a pôr em causa o próprio trabalho. (Ent. JG)

Segundo Traquina, os jornalistas sabem que as fontes não são desinteressadas e que conhecem bem a mecânica do trabalho jornalístico. Nesta linha de pensamento, Gomes adverte para a necessidade de os jornalistas terem que recorrer a outras fontes, como forma de preservarem a sua independência (2009: 46), uma vez que as fontes se servem dos jornalistas para amplificar o impacto da informação (2009: 48). Neste sentido, João Pinheiro de Almeida interroga-se: «O quê que nós [jornalistas] passamos

hoje em dia a fazer? (...) Reações atrás de reações, sem verificar se aquilo que foi dito é ou não verdade» (Ent. JPA), isto para não ficar atrás dos outros órgãos de comunicação social.

3.3.6. É a rapidez compatível com a qualidade informativa?

As alterações até aqui discutidas na relação entre jornalistas e fontes refletem-se também na qualidade das notícias. Nesse sentido, João Gomes observa que:

É preciso um grande cuidado para fazer a seleção da informação. (...) A Internet é um grande hipermercado, que nos põe tudo à mostra, e nós estamos tentados a consumir tudo, até o que não nos interessa. Esse é um risco que deve merecer o maior cuidado por parte dos jornalistas e editores. (Ent. JG)

A Internet veio dificultar o trabalho dos jornalistas em encontrar fontes fidedignas, ou separá-las de outras que não o são. Como afirma Vítor Rodrigues: «(...) a maior diversidade de fontes faz com que seja mais difícil encontrar fontes fidedignas. [E] a ausência de contacto [entre aquelas e os jornalistas] coloca-nos num patamar de desconfiança sobre tudo o que lemos» (Ent. VR). Se por um lado, escreve Bastos, a comunicação via *email*, redes sociais, etc., permite aos jornalistas garantir o rigor das suas citações, por outro lado, também permite às fontes controlar e vigiar melhor o que escrevem (2000: 78). E ainda, se por um lado há uma maior abertura no acesso entre jornalistas e fontes, por outro, a quantidade de informação hoje é tanta, que os primeiros têm dificuldade em gerir e contextualizar devidamente os acontecimentos, por falta de tempo e recursos, e obriga-os a ter que fazer escolhas, refere Graça (2007: 116).

Esta realidade parece estar conseqüentemente a ameaçar a função do *gatekeeper*, exercida pela figura do editor. Para João Pinheiro de Almeida: «a pressão que se exerce sobre quem trabalha no digital e no jornalismo em linha, faz cair todas, ou quase todas, as referências editoriais» (Ent. JPA). No entanto, a necessidade de filtrar informação, de um volume quase imensurável, exige que alguém, capacitado para tal, o faça:

Acho que o jornalismo só é jornalismo quando tem o seu lado de interpretação e de seleção, de filtro. Caso contrário, os conteúdos não passam de uma amálgama de informação, e isso não é jornalismo. No futuro não sei como vai ser, mas penso que é necessário haver sempre alguém que diga a quem lê o que é importante, que enquadre, que explique. É sempre preciso

alguém que organize a informação, e isso caberá sempre a um jornalista. (Ent. JG)

Neste sentido, em *Estudos sobre Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*, José Luís Garcia alerta para a abundância de fontes acessíveis na Internet exige um filtro, uma contextualização rigorosa e bem referenciada e, como tal, profissionais competentes e exigentes para o fazer (2009: 30).

No caso da Lusa, no Contrato de Sociedade, cujas últimas atualizações datam de 22 de fevereiro de 2007, a agência assume-se como uma: «(...) sociedade que tem por objecto a actividade de agência noticiosa noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança (...)»⁷⁷. Os entrevistados são unânimes em considerar que a Lusa, apesar dos tempos, continua a produzir diariamente informação de qualidade. Nas palavras de Vítor Rodrigues: «acho que, no nosso caso, [a qualidade da informação] se mantém. A rapidez é essencial, mas, na Lusa, a prioridade vai para o rigor e a veracidade da notícia, mesmo prejudicando a velocidade» (Ent. VR). Durante a entrevista, José Balonas refere que: «a Lusa produz notícias para todo o mundo, e raramente lemos uma notícia que venha a ser corrigida tempos depois. Há na agência Lusa seriedade».

As pessoas que me acompanharam durante o estágio, editores, principalmente, fizeram questão de sempre reforçar que, na Lusa, a notícia só é dada quando se tem total confirmação da veracidade dos acontecimentos. Aconteceu-me, a título de exemplo, no dia 28 de fevereiro, ter dado a notícia “Incêndio numa habituação faz três feridos na Amadora”⁷⁸, um grave e dois ligeiros, e só mais tarde ter sabido que havia sido o contrário: dois feridos graves e um ligeiro. Nesse caso, o ter optado por dar a notícia o mais rápido possível, ainda que com a aprovação do meu editor, revelou-se uma má escolha. Ainda que o erro neste caso tenha passado despercebido, e que a notícia não tenha tido grande alcance, teria sido preferível esperar mais uma ou duas horas e dá-la com exatidão.

⁷⁷ LUSA - Agência de Notícias de Portugal S.A. (2007), Contrato de Sociedade.

⁷⁸ Ver anexo 3, p. 107.

Conclusão

O estágio na agência Lusa revelou-se enriquecedor em vários domínios. Foi positivo do ponto de vista da aprendizagem profissional, uma vez que me permitiu contactar com uma realidade que até então desconhecia: o dia a dia numa agência de notícias, bem como adquirir conhecimentos indispensáveis à prática jornalística, através da observação e participação efetiva nas rotinas de produção daquela agência. Mas não só. A experiência na Lusa e a investigação teórico-histórica que realizei para elaborar este relatório de estágio refletir criticamente acerca das transformações que ocorreram nas relações entre jornalistas e fontes de informação da agência no tempo do digital.

Como constatamos no segundo capítulo, as tecnologias da comunicação que surgiram no século XX e invadiram as redações (como o telex, o fax, os computadores, a Internet, e outros dispositivos digitais), transformaram profundamente as lógicas de produção e distribuição noticiosa. O jornalismo, até então de cariz literário, “voz” de causas públicas, produzido com meios artesanais, sem fins lucrativos e direcionado para pequenas elites intelectuais de leitores, industrializou-se, passando a ter como público-alvo audiências cada vez mais vastas e heterogéneas. Com efeito, assistiu-se à necessidade de reorganização do trabalho e ao desenvolvimento de rotinas produtivas, isto é, práticas tipificadas instituídas, para responder aos novos objetivos das empresas jornalísticas (entre os principais o lucro), sujeitas a uma série de constrangimentos: organizacionais, financeiros, de tempo e de espaço.

No âmbito das rotinas produtivas na prática jornalística centramos a nossa análise na fase de pesquisa e recolha de materiais noticiáveis, onde o que está em causa é a relação entre os jornalistas e as fontes de informação. Foi nossa intenção compreender se se alterou, e se sim, como, esta relação com o advento das novas tecnologias digitais. O que esta investigação nos mostrou foi que muita coisa mudou e, se aparentemente parece que as vantagens são evidentes, é verdade que se realizarmos uma análise mais apurada, não tem havido uma relação direta entre a evolução tecnológica e o aumento da qualidade da prática jornalística.

No início da história das agências em Portugal, o equipamento de transcrição e difusão era bastante artesanal. Aos poucos, as redações foram-se munindo de meios técnicos cada vez mais complexos e rápidos. A Notícias de Portugal (NP) foi a primeira redação totalmente informatizada do país. Quando a Lusa é fundada, em 1987, os meios através dos quais os jornalistas na sede, em Lisboa, recebiam a informação eram: o

telefone, as cartas, entregues por estafetas, o telex e o fax. Apesar destes suportes facilitadores dos contatos, os jornalistas cultivavam, principalmente, a relação direta e presencial com as fontes. Em 1993, a rede telegráfica da Lusa foi substituída por um sistema de distribuição por satélite, e a redação foi completamente informatizada com computadores e outros meios técnicos (Lusa, 2007: ?). Foi então que a Internet começou a ser implementada nas rotinas produtivas da agência, caindo em desuso dispositivos como o serviço postal, o telex e o fax, foram caindo em desuso, em detrimento das ferramentas associadas à Internet, como o *email* (e principalmente o *email*), o *Skype*, as redes sociais e outros dispositivos digitais - computadores portáteis, telemóveis, *smartphones*, *tablets*, embora o telefone se tenha mantido como um primeiro impulso para contato.

A Internet abriu uma janela de oportunidades, mas também de desafios, aos jornalistas e às fontes de informação. O universo das fontes a que os jornalistas passaram a ter acesso expandiu-se devido às oportunidades fornecidas pela rede. As fontes oficiais, geralmente com mais poder cultural, político e financeiro, reforçaram a influência nos órgãos de comunicação social com a sua presença na *web*, e as fontes não oficiais, geralmente com menos poder e mais dificuldade em chegar aos jornalistas, encontraram na Internet uma forma de interferir em campos que até então não penetravam. Porém, embora se verifique uma maior diversidade de fontes, tal não significa que exista mais pluralidade de informação. Por um lado, as fontes concentram-se cada vez mais na *web*, confinando-se aquele espaço virtual, por outro lado, as pressões temporais a que os jornalistas estão sujeitos fazem com que, o jornalista, uma vez conquistando a confiança de determinadas fontes, se acomode a essa relação e não sinta necessidade de recorrer a novas para alimentar o fluxo informativo da agência.

A “rede das redes” tem contribuído tanto para o distanciamento, como para a aproximação de jornalistas e fontes. O contato direto entre as partes é cada vez menos frequente, cultivado apenas em entrevistas previamente marcadas e eventos públicos. Hoje em dia, os suportes digitais com ligação à Internet permitem-nos estar em contato permanente e trocar informações de forma ininterrupta, e evitam-se perdas de tempo e recursos humanos e financeiros em deslocações. Deste ponto de vista, a Internet permite aos jornalistas noticiar alguns acontecimentos que sucedem no exterior da redação até aqui negligenciados por falta de meios (Bastos, 2000: 82), bem como trabalharem juntos, ainda que isso não se traduza em presença física, desde que providos do equipamento técnico necessário com acesso à *net* (Gomes, 2009: 61). Porém, nem tudo

são vantagens. As fontes de informação tendem a servir-se da *web* como um escudo. Ao estabelecer-se uma comunicação com base nas ferramentas associadas à rede, como o *email*, as fontes têm maior controlo sobre aquilo que escrevem e os jornalistas estão assim mais sujeitos à manipulação das informações. De facto, os jornalistas perderam alguma autonomia, derivado das condições que afetam o universo da profissão. Se por um lado as novas tecnologias trouxeram vantagens, ao agilizar os processos de produção jornalística, nomeadamente o contato com as fontes, o ritmo hiper acelerado que marca o quotidiano da prática jornalística jornalismo fez crescer o poder dos informadores sobre os jornalistas. Fruto dos constrangimentos aliados à profissão (temporais, espaciais, humanos, financeiros), os jornalistas tornaram-se, em muitos casos, mais dependentes dos comunicados de imprensa fornecidos pelas próprias fontes. No sentido de garantirem a própria independência, uma vez que as fontes não são desinteressadas e se servem dos jornalistas para amplificar os seus interesses, aqueles devem tentar diversificar o número de informadores e fazer uma seleção exigente de referência dos mesmos. Esta dialética, de as fontes se servirem dos jornalistas, e os jornalistas das fontes traduz-se, por vezes, na promiscuidade entre estes atores sociais. A seleção das fontes é protagonizada pela figura do editor. Com a abundância de informadores presente na Internet tornou-se, no entanto, mais difícil encontrar fontes fidedignas, para além de que, tendo em conta a velocidade que hoje se exige aos profissionais do jornalismo no processamento de informação, estes têm cada vez menos tempo para perder a pesquisar e a contextualizar devidamente os acontecimentos (Graça, 2007: 116). Ainda assim, concluímos que a Lusa continua a afirmar-se como um órgão de comunicação social credível no panorama mediático nacional e internacional, e a colocar a veracidade e o rigor dos conteúdos que produz à frente da velocidade a que são difundidos, ou seja, nem sempre é mais importante fazer primeiro, mas fazer bem.

BIBLIOGRAFIA

Livros:

ALTHEIDE, David L. (1979), *Creating Reality. How TV News Distort Events*, Londres: Sage Publications.

BASTOS, Helder (2000), *Jornalismo Electrónico: Internet e reconfiguração de práticas nas redacções*, Coimbra: Minerva.

BOYD-BARRETT, Oliver (2010), *News Agencies in The Turbulent Era of The Internet*, Catalunha: Generalitat de Catalunya.

BOYD-BARRETT, Oliver e RANTANEN (2002), «News Agencies. Global and National News Agencies: Opportunities and Threats in The Age of The Internet», In Adam Briggs e Paul Cogley, *The Media - An Introduction*, Londres: Pearson Education Limited, pp. 57-69.

BRUCE, Garrison (1995), *Computer-Assisted Reporter*, Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

CAMPONEZ, Carlos (2011), *Deontologia do Jornalismo*, Coimbra: Edições Almedina S.A.

CONDE BERGANZA, M.^a Rosa (2000), *Comunicación, opinión pública y prensa en la sociología de Robert E. Park*, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

D'ANCONA, M^a Ángeles Cea (1999), *Métodología Cuantitativa: Estrategias y Técnicas de Investigación Social*, Madrid: Editorial Síntesis, S.A.

ERICSON, Richard V., BARANEK, Patricia M., e CHAN, Janet B. L. (1989), *Negotiating Control: A Study of News Source*, Londres: University of Toronto Press.

GANS, Helbert J. (1980 [1979]), *Deciding What's News: A study of CBS Evening News, Newsweek and Time*, Estados Unidos: Vintage Books.

GARCIA, José Luís (org.) (2009), *Estudos sobre Jornalistas Portugueses: Metamorfozes e encruzilhadas no limiar do século XXI*, Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais.

GOLDING, Peter e ELLIOT, Philip (1979), *Making the News*, Londres: Longman.

GOMES, Rui (2009), *A importância da Internet para jornalistas e fontes*, Lisboa: Livros Horizonte.

GRAÇA, Sofia Meireles (2007), *Os Jornalistas Portugueses: Dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais*, Coimbra: Minerva.

HARVEY, David (1997 [1990]), *The Condition of Postmodernity*, Cambridge e Oxford: Blackwell Publishers.

LIPPMAN, Walter (1997 [1922]), *Public Opinion*, Nova Iorque, Londres, Toronto, Sidney e Singapura: Free Press Paperbacks.

LUSA (2007), *Agências de Notícias de Portugal | Portuguese News Agencies*, Lisboa: Lusa - Agência de Notícias de Portugal S.A.

MESQUITA, Mário (1993), *O Universo dos Media entre 1974 e 1986*, In António Reis (coord.), *Portugal 20 anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores.

MANNING, Paul (2001), *News and News Sources - A Critical Introduction*, Sage Publications.

MAROY, Christian; RUQUOY, Danielle; DIGNEFFE, Françoise; Hiernaux, Jean-Pierre; ALBARELLO, Luc e SAINT-GEORGES, Pierre (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Grava - Publicações, Lda.

NEVEU, Érik (2003), *Sociologia do Jornalismo*, Porto: Porto Editora, Lda.

OLESEN, Virginia (2005), «Early Millennial Feminist Qualitative Research . Chalenges and Countours» In Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln (ed.), *The Sage Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, Londres e Nova Deli: Sage Publications, pp. 235-278.

PARK, Robert E. (2008 [1923]), «A história natural do jornal», In Christa Berger e Beatriz Maroco (org.), *A Era Glacial do Jornalismo. Teorias sociais da imprensa*, Brasil: Editora Meridional Ltda.

SANTOS, Rogério (2001), «Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação», In Nelson Traquina *et al.*, *O jornalismo português em análise de casos*, Lisboa, Editorial Caminho, S.A, pp. 93-133.

SANTOS, Rogério (2006), *A fonte não quis revelar*, Porto: Campo das Letras - Editores S.A.

SANTOS, Rogério (1997), *A negociação entre jornalistas e fontes*, Coimbra: Minerva.

SHOEMAKER, Pamela e REESE, Stephen D. (1996 [1991]), *Mediating the Message: Theories of Influences on Mass Media Content*, Nova Iorque: Longman.

SOUSA, Jorge Pedro (1998), *Fotojornalismo Performativo. O Serviço de Fotonotícia da Agência Lusa de Informação*, Porto: Universidade Fernando Pessoa.

TENGARRINHA, José (2013) *Nova História da Imprensa Portuguesa: Das origens a 1865*, Lisboa: Círculo de Leitores.

TRAQUINA, Nelson (1999), «As notícias», In Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa: Vega, pp. 167-176.

TRAQUINA, Nelson (2002), *Jornalismo*, Lisboa: Quimera.

TUCHMAN, Gaye (1983 [1978]), *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*, Nova Iorque: Editorial Gustavo Gili S.A.

WHITE, David M. (1950), *The Gatekeeper: A Case Study in the Selection of News*, *Journalism Quarterly*, vol. 27, n.º 4, p.382-394.

WOLF, Mauro (2006 [1987]), *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Presença.

Artigos Online:

BIANCO, Nélia R. (2008), *A Internet como factor de mudança no jornalismo*. [Internet] Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bianco-nelia-internet-mudanca-jornalismo.pdf> [Consult. 8 de novembro de 2013].

BOYD-BARRETT, Oliver (2000), National and International News Agencies. Issues of Crisis and Realignment. *Gazette*, vol. 62, n.º 1, pp. 5-18 [Internet] Disponível em [http://rcirib.ir/articles/pdfs/cd1/Ingenta Sage Articles on 194 225 11 89/Ingenta773.pdf](http://rcirib.ir/articles/pdfs/cd1/Ingenta_Sage_Articles_on_194_225_11_89/Ingenta773.pdf) [Consult. 5 de novembro de 2013].

CANAVILHAS, João (2004), *Os Jornalistas Portugueses e a Internet*. [Internet] Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalistas-portugueses-internet.pdf> [Consult. 1 de novembro de 2013].

FIGARO, Roseli (2010), *Comunicação e trabalho para mudanças na perspectiva sociotécnica*. [Internet] Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13816> [Consult. 12 de setembro de 2014].

FONSECA, Virginia P. S.; SOUZA, Paulo H. R. (2006), *O Pós-fordismo na Produção Jornalística*. [Internet] Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4264/> [Consult. 12 de setembro de 2014].

LUSA - Agência de Notícias de Portugal S.A. (2007), *Contrato de Sociedade*. [Internet] Disponível em <http://www.lusa.pt/info.aspx?page=estatutoslusa> [Consult. 29 de novembro de 2013].

LUSA - Agência de Notícias de Portugal, *Relatório Anual 2012*. [Internet] Disponível em http://www.lusa.pt/lusamaterial/PDFs/ContPrestServNoticInfor_2012.pdf [Consult. 10 de dezembro de 2013].

LUSA - Agência de Notícias de Portugal S.A., *Relatório Anual 2013*. [Internet] Disponível em http://www.lusa.pt/lusamaterial/PDFs/ContPrestServNoticInfor_2013.pdf [Consult. 17 de outubro de 2014].

LUSA - Agência de Notícias de Portugal, *Relatório e Contas 2008*. [Internet] Disponível em http://www.lusa.pt/lusamaterial/PDFs/lusa_relatorio_contas2008.pdf [Consult. 10 de dezembro de 2013].

LUSA - Agência de Notícias de Portugal, *Relatório e Contas 2013*. [Internet] Disponível em http://www.lusa.pt/lusamaterial/PDFs/lusa_relatorio_contas2013.pdf [Consult. 17 de outubro de 2014].

PADILHA, Sônia (2009), *A Internet, o Jornalista e as Inquietações*. [Internet] Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-padilha-internet.pdf> [Consult. 8 de novembro de 2013].

RAMONET, Ignacio (2011), *Autómatos da Informação*. [Internet] Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=904> [Consult. 12 de setembro de 2014].

SILVA, Sónia (2002), *Contributo para uma História das Agências Noticiosas Portuguesas*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. [Internet] Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.pdf> [Consult. 18 de outubro de 2013].

TUCHMAN, Gaye (1973), *Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected*, *American Journal of Sociology*, Vol. 79, No. 1 (Jul., 1973), pp. 110-131. [Internet] Disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2776714?uid=365238901&uid=3738880&uid=2>

[&uid=3&uid=67&uid=365238861&uid=62&sid=21104825329407](#) [Consult. 23 de abril de 2014]

Páginas online:

LUSA - Agência de Notícias de Portugal S.A. [Internet]
<http://www.lusa.pt/default.aspx?page=home>.

ANEXOS

Anexo 1 - Guião de Entrevista

Nome:

Idade:

Habilitações literárias:

Anos de atividade profissional:

Anos de atividade na Lusa:

Cargos que ocupou e respetivas datas:

Cargo que ocupa atualmente:

Tempo de experiência na secção atual:

Representação da Prática Profissional

1. Começo por lhe perguntar o que entende por jornalismo *online*?
2. O que distingue o jornalismo *online* do jornalismo “tradicional”?
3. O que são para si fontes de informação?
4. Tendo em conta as características/especificidades das agências de informação, em que medida as mesmas podem ser consideradas como fontes de informação?

Prática Profissional

❖ Acesso à informação (antes do advento da Internet)

5. Como é que a informação - leia-se potenciais notícias - chegava à redação antes do advento da Internet? Por outras palavras, quais as vias de comunicação através das quais as fontes faziam chegar a informação aos jornalistas?
6. E como é que os jornalistas chegavam às fontes de informação?

❖ **Acesso à informação (depois do advento da Internet)**

7. Historicamente, a introdução da Internet nas rotinas produtivas da Lusa data de 1996, aquando da criação do primeiro *site* da agência de notícias, recorda-se do impacto que isso teve na redação?
8. De que forma a Internet influenciou o modo como a informação é recolhida?

- Volume; periodicidade; diversidade (entre outros).

❖ **Contacto entre jornalistas e fontes de informação (aspetos técnicos)**

9. Em que medida a emergência da Internet veio substituir as vias tradicionais dos jornalistas no contacto com as suas fontes?
10. Quais as vias de comunicação que se mantiveram e quais as novas?
11. Qual é hoje a principal forma de acesso dos jornalistas às fontes de informação e vice-versa?

❖ **Importância da Internet no contacto/relação entre jornalistas e fontes de informação.**

12. Consegue quantificar o papel da Internet quando se trata de encontrar e contactar fontes de informação?
13. Quais as ferramentas disponibilizadas pela Internet mais utilizadas no estabelecimento desse contacto?
14. Qual o papel que a Internet tem tido na relação entre jornalistas e fontes?

Representação da Prática Profissional

Influência da Internet no contacto/relação entre jornalistas e fontes de informação.

15. No novo panorama digital, onde a Internet, mas também outros dispositivos, têm vindo a ganhar uma importância crescente nas rotinas de trabalho, poderá afirmar-se que a maior facilidade/rapidez de acesso contribuiu para a uma maior diversidade de fontes de informação?
16. Há mais acesso a novas fontes de informação ou mantêm-se as mesmas, acedendo-se a elas mais rapidamente? (pluralidade da informação)
17. E em termos da qualidade da informação a que se acede?
18. Quem mais “ganha” com a facilidade de acesso entre jornalistas e fontes proporcionada pela Internet, as fontes oficiais, ou as não oficiais, que, regra geral, têm menos poder e recursos para chegar aos jornalistas?
19. É inegável que a Internet veio acelerar o ritmo produtivo das empresas jornalísticas, e não só. Em que medida a necessidade de “economizar” tempo e recursos, cada vez mais escassos, conduziu, na sua opinião, a uma maior dependência dos jornalistas em relação às suas fontes de informação?
20. E a um poder maior das fontes sobre os jornalistas?

Prática Profissional

❖ Influência da Internet no trabalho jornalístico.

21. Considera que a Internet contribui para uma aproximação entre jornalistas e fontes?
22. De que forma isso influi no rigor da informação?

- 23.** De que forma a qualidade do seu trabalho em termos de obtenção de fontes fidedignas sofreu alterações? E em que sentido?
- 24.** Como percebe a função do jornalista *gatekeeper* nesta era digital?
- 25.** Sucintamente, quais são para si as principais vantagens e desvantagens da Internet na relação entre jornalistas e fontes? E os seus reflexos na produção noticiosa?
- 26.** Para finalizar, e esta foi uma situação à qual pude assistir mais do que uma vez, e que também afetou o meu trabalho, mas que gostaria que comentasse: se a ligação à Internet falhar na redação durante uma manhã, por exemplo, o que é que acontece? Como é que se contorna a situação?

I - Produção de notícias em 2013: número de notícias por formato.

Formatos	2013		Base contratual (mín.)		2013 / Base contratual
	Ano	Dia	Ano	Dia	%
	Nº	Méd.	Nº (mín)	Méd.	
Texto	164.269	450	109.500	300-400	50,0%
Foto	45.620	125	10.950	30-50	316,6%
Áudio	12.714	35	3.650	10-20	248,3%
Vídeo	6.689	18	1.825	5-10	266,5%
Conteúdos mistos	1.723	5	-	-	-
Total	231.015	633	125.925	345	83,5%

Fonte: http://www.lusa.pt/lusamaterial/PDFs/ContPrestServNoticInfor_2012.pdf

II - Classificação temática por serviço.

	Serviço Atualidade	Serviço Áfricamet	Serviço Agências Estrangeiras	Serviço Comunidades	Fotos Lusa	Serviço Lusa Áudio	Serviço Lusa Vídeo	Serviço Rádios Locais	Serviço Regional
Acidentes e Desastres	4.214	466	213	3.772	1.438	347	145	4.243	4.396
Ambiente	2.610	243	118	2.344	518	412	156	2.634	2.690
Artes, Cultura e Entretenimento	7.193	629	484	7.252	4.619	860	929	7.357	7.803
Ciência e Tecnologia	1.230	163	83	1.212	234	269	72	1.252	1.358
Crime, Lei e Justiça	8.080	1.518	695	7.618	1.081	1.030	210	8.233	8.675
Desporto	13.004	6.571	5.475	11.841	10.403	1.542	1.501	13.022	13.155
Economia, Negócios e Finanças	16.747	3.766	1.914	16.430	4.358	4.585	1.424	16.929	17.911
Educação	3.681	291	108	3.328	1.284	800	204	3.774	3.938
Estilo de Vida e Lazer	2.908	145	79	2.709	500	235	196	2.941	3.018
Guerras e Conflitos	1.490	1.270	699	1.665	1.511	492	182	1.521	1.777
Interesse humano	3.606	1.065	244	3.672	970	310	193	3.659	3.816
Meteo	1.366	54	32	1.072	373	105	41	1.371	1.384
Política	24.956	5.659	2.993	24.434	13.599	7.670	1.681	25.156	26.686
Religião	1.094	301	150	1.295	634	214	99	1.115	1.340
Saúde	3.628	507	202	3.021	720	715	141	3.701	3.832
Sociedade	14.659	1.558	860	14.324	1.646	2.261	895	14.957	15.889
Trabalho	4.297	773	266	3.965	1.782	1.390	346	4.351	4.540
União Europeia	1.531	638	442	1.524	83	614	263	1.533	1.688
Agenda	2.860								

Fonte: http://www.lusa.pt/lusamaterial/PDFs/ContPrestServNoticInfor_2012.pdf

III - Notícias produzias na qualidade de jornalista estagiária da agência Lusa (editoria País).

DATA	NOTÍCIAS
17-02-2014	Exercício de escrita de notícia com base na informação disponibilizada no <i>site</i> do Instituto Português do Mar e da Terra (IPMA), sobre as previsões do tempo para o dia; Breves do País - «LISBOA: PSP detém vigilante por posse ilegal de arma de fogo»; «ORIENTAÇÃO: Satão e Aguiar da Beira recebem 3.º Campeonato Mediterrânico».
18-02-2014	Notícia - «Projeto reforça encontros para pessoas com problemas de memória em Lisboa»; Breves do País - «PRÉMIO: Associação XXS distinguida com prémio internacional».
19-02-2014	Breves do País - «LISBOA: Detido suspeito de crimes de pornografia de menores na Internet».
20-02-2014	Breves do País - «VIANA DO CASTELO: Resgatado tripulante do navio mercante».
21-02-2014	Notícia - «Português vai percorrer a História nacional numa volta ao mundo em bicicleta»; Breves do País - «AMADORA: Câmara e PSP promovem prevenção rodoviária»; «CASCAIS: Homem e mulher detidos por assaltos a ourivesarias».
25-02-2014	Breves do País - «SINES: Litoral alentejano recebe Grandes Veleiros Sines 2017»; Notícia - «Porto Fashion Week reúne 300 expositores entre quarta e quinta-feira».
26-02-2014	Breves do País - «LISBOA: Avenida da Liberdade reúne antiquários, <i>designers</i> e artesãos».
27-02-2014	Breves do País - «SINTRA: SMAS obtém certificação na Qualidade e Ambiente»; «ÓBIDOS: Professores dinamarqueses visitam vila».
28-02-2014	Notícia - «Incêndio numa habitação faz três feridos na Amadora»; Breves do País - «LISBOA: Feira reúne brinquedos antigos e artigos de coleção».

06-03-2014	Notícia - «Prémio vai distinguir concelhos com mais condições de acessibilidade - instituto»;
07-03-2014	Breves do País - «LISBOA: PJ detém homem suspeito de abuso sexual de menores»; «SETÚBAL: PJ detém homem suspeito de abuso sexual de menores»; «SINTRA: PSP detém dois homens com mandados para cumprir penas de prisão»; «LISBOA: ACES de Lisboa inaugura Unidade de Saúde Familiar».
10-03-2014	Breves do País - «LISBOA: Detidos em "flagrante delito" por burla qualificada».
11-03-2014	Breves do País - «CASCAIS: Fundação "O Século" inaugura auditório para acolher várias iniciativas».
12-03-2014	Notícias - «Detidos três homens por furto de malas e carteiras "por toda a cidade" de Lisboa»; «Federação de caçadores alerta para desaparecimento de populações de coelho-bravo».
13-03-2014	Breves do País - «CASCAIS: Detidos em "flagrante delito" por furto qualificado»; «LISBOA: Rua do Ouro interdita ao trânsito para obras»; «LISBOA: Presidente do Banco BIC defende investimento em ferrovias para a Europa».
17-03-2014	Breves do País - «LISBOA: Detida suspeita de roubos a idosos»; «LISBOA: Detido suspeito de tentativa de homicídio»; Notícia - «Adesão dos trabalhadores à greve na Valorsul foi de 32% - empresa».
18-03-2014	Breves do País - «CASCAIS: Detido por roubo, sequestro e burla informática»; «LISBOA: Câmara de Sobral de Monte Agraço aprova moção contra privatização da EGF»; Notícia - «Junta lisboeta de Carnide organiza concentração para contestar fecho de esquadras».
19-03-2014	Notícia - «Duas dezenas de pessoas concentram-se em Lisboa contra proposta de fecho de esquadras».
20-03-2014	Breves do País - «SETÚBAL: Câmara vai criar equipas de higiene urbana»; «LISBOA: Detido por posse de arma proibida».

21-03-2014	Breves do País - «SETÚBAL: Crianças plantam árvores para celebrar o Dia Mundial da Árvore»; «VIANA DO CASTELO: SEF detém mulher com mandado de captura europeu».
24-03-2014	Breves do País - «GASTRONOMIA: Portugueses voltam a eleger o melhor arroz do país»; «TORRES VEDRAS: Câmara promove iniciativa para adoção de animais»; «LISBOA: Detidos em "flagrante delito" por roubo».
25-03-2014	Breves do País - «LISBOA: Santa Casa apoia Casa do Gaiato de Moçambique»; «LISBOA: Detido suspeito de assalto à mão armada»; «LISBOA: Detido em "flagrante delito" por tráfico de armas»; «LISBOA: Detidos suspeitos de tráfico de estupefacientes».
26-03-2014	Breves do País - «LISBOA: Detidos por tráfico de estupefacientes»; Notícia - «Portugal Fashion: Coleção da dupla Alves/Gonçalves encerrou o primeiro dia, em Lisboa (C/FOTOS)».
27-03-2014	Breves do País - «LISBOA: Jardim Zoológico tem nova cria de Gibão-de-mãos-brancas»; «OEIRAS: Município promove ação de limpeza da baixa de Algés».
28-03-2014	Breves do País - «LISBOA: Corrida do Benfica condiciona ruas na cidade»; «LISBOA: Homem suspeito de exploração ilícita de "jogos de fortuna ou azar"»; «LISBOA: Detidos por roubo e burla informática».
31-03-2014	Notícia - «PJ detém suspeito de homicídio procurado há mais de um ano».
01-04-2014	Breves do País - «TORRES VEDRAS: Feira dedicada à saúde e bem-estar».
02-04-2014	Notícia - «PJ detém suspeitos de burlas relativas a "elevadas somas de dinheiro"»; Breves do País - «LISBOA: Detidas por furto de carteira a uma turista»; «AZAMBUJA: Município aprova atribuição de 31 bolsas de estudo e de mérito».
03-02-2014	Notícia - «Moinhos de todo o país abertos a visitas este fim de semana»; Breves do País - «LISBOA: FWD Coop promove uma noite "fora do baralho"»; «LISBOA: PJ

	detém suspeito de roubo com arma de fogo»; «LISBOA: Detidos por tráfico de droga»; «LISBOA: Detidas por furto de carteiras»; «LISBOA: Serviço da Carris condicionado devido a obras na zona ribeirinha».
04-04-2014	Notícias - «Acidente na 2. ^a Circular corta duas vias no sentido Aeroporto-Benfica»; «Reabertas vias da 2. ^a Circular encerradas devido a acidente»; Breves do País - «LISBOA: Vereador dos Direitos Sociais defende "responsabilidade partilhada" para uma comunidade segura»; «LISBOA: Apreendidos mais de 600 quilos de amêijoas ilegais»; «LISBOA: Detido por furto em transporte público»; «AMADORA: PSP anuncia detenções por roubo a farmácia»; «LISBOA: Detido por posse de arma branca».
07-04-2014	Breves do País - «MAFRA: Detidos suspeitos de tráfico de estupefacientes»; «ALCOCHETE: GNR põe fim a festa ilegal».
08-04-2014	Breves do País - «LOURES: Detidos por tráfico de estupefacientes»; «LISBOA: Detidos por roubo»; «SINTRA: PJ detém homem com mandado de captura europeu».
09-04-2014	Breves do País - «LISBOA: Detido por ofensas à integridade física».
10-04-2014	Breves do País - «LISBOA: Museu de História Natural lança livro sobre espécies ameaçadas»; «SETÚBAL: Município comemora 154 anos de "elevação a cidade"»; «LISBOA: Trânsito interdito na Rua do Mirante devido a obras»; «LISBOA: PSP promove ação contra furto em transportes públicos».
11-04-2014	Breves do País - «SINTRA: Detidos por roubo e sequestro»; «PONTA DELGADA: Detido suspeito de abuso sexual de menor»; Notícia - «Dia Internacional de Monumentos e Sítios assinalado em 170 municípios».
14-04-2014	Breves do País - «SINTRA: Poiões Maduro e empresários debatem fundos comunitários»; «SINTRA: Freguesias de Aqualva-Cacém assinalam 40 anos do 25 de abril»; «SINTRA: Feira Quinhentista assinala 500 anos do Foral Manuelino»; «AMADORA: 17. ^a Edição do Prémio

Literário Orlando Gonçalves».

15-04-2014

Breves do País - «SINTRA: Conselho Estratégico adiado para 23 de abril»; «AÇORES: Mergulhador desportivo resgatado sem vida»; «AÇORES: Resgatado tripulante de navio mercante»; «LISBOA: Arte em transportes públicos nas Festas de Lisboa'14»; «LISBOA: PSP e congénere espanhola unidas em ação de patrulhamento»; «SINTRA: Detido por roubo e tráfico de estupefaciente»; LISBOA: Carteiristas detidas em "flagrante delito"; Notícia - «Guia de gastronomia e hotelaria do Expresso distingue restaurante em Cascais e hotel algarvio».

1- NOTÍCIA - Projeto reforça encontros para pessoas com problemas de memória em Lisboa

Lisboa, 18 fev (Lusa) - O projeto “Café Memória”, que visa proporcionar encontros para partilha de experiências e apoio a pessoas com problemas de memória ou demência, familiares e cuidadores, vai reforçar, em Lisboa, o número de sessões mensais.

“Com esta parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa vamos poder alargar as sessões a quatro por mês, três em Lisboa e uma em Cascais”, disse hoje à Lusa a coordenadora do projeto, Catarina Alvarez.

Segundo a responsável, o objetivo “é contribuir para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas e para a redução do isolamento social em que muitas vezes se encontram, mas também sensibilizar a comunidade em geral e reduzir o estigma associado à demência, designadamente através do voluntariado”.

Desde a sua data de lançamento, em abril de 2013, que o “Café Memória” se tem vindo a realizar duas vezes por mês, nos restaurantes Portugália do Centro Comercial Colombo, em Lisboa, e do CascaiShopping, em Cascais, no primeiro e terceiro sábado, respetivamente.

Agora, os “Cafés Memória” vão passar também a funcionar na Cafeteria do Museu de S. Roque, no Chiado, e no Espaço Santa Casa, no Campo de Santa Clara, ambos em Lisboa, no segundo e quarto sábado de cada mês, respetivamente, estando a primeira sessão agendada para 08 de março.

Cabe à Direção dos Prémios Santa Casa Neurociências a coordenação desta iniciativa nestes espaços.

“A adesão ao projeto e às sessões do ‘Café Memória’ tem sido importante. O que reparamos é que as pessoas não só nos vêm conhecer como voltam”, afirmou Catarina Alvarez.

A implementação dos “Cafés Memória” em Portugal, que, segundo Catarina Alvarez, “deriva de um conceito internacional muito disseminado”, provém de uma iniciativa conjunta da Sonae Sierra e da Associação Alzheimer Portugal.

“A implementação deste projeto em Portugal tem a ver com o facto de o tema da demência ser um tema social e de saúde pública cada vez mais relevante neste país”, esclareceu a coordenadora, acrescentando que “em Portugal, estima-se que existam cerca de 153 mil pessoas com demência”.

As sessões do “Café Memória” são gratuitas e têm a duração de duas horas, das 09:00 às 11:00, decorrendo num contexto informal, com a presença de profissionais de saúde.

Cada uma das sessões envolve a receção individual dos participantes, que são convidados a realizar atividades lúdicas e estimulantes para o funcionamento cognitivo, como jogos de memória, associação de palavras, orientação e atividades de expressão plástica e musical, e visa contribuir para o bem-estar de cada um.

O projeto “Café Memória” sustenta parcerias com diversas instituições, entre as

quais a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Montepio e o Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica.

AZRA/ROC // ROC

Lusa/fim

2- **NOTÍCIA - Português vai percorrer a História nacional numa volta ao mundo em bicicleta**

Lisboa, 21 fev (Lusa) – O militar Hernâni Carvalho, de 54 anos, prepara-se para dar a volta ao mundo de bicicleta, numa viagem de vários anos pelos “Descobrimentos portugueses e pelas tradições e comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo”.

Perto da reforma, o militar criou a oportunidade de realizar um “sonho de infância”, no projeto “Alma Lusa”.

“Somos um povo que para, estudar a sua história, tem que andar pelo mundo, porque a nossa história faz-se no mundo, não se faz só no país”, contou Hernâni Carvalho à Lusa.

“Eu tinha a ideia de dar a volta ao mundo, só que dar a volta ao mundo por dar, sem nenhum objetivo, a não ser a volta em si, seria pobre”, salientou.

Esta não é a primeira viagem de Hernâni, que revelou que a bicicleta é o seu “transporte do dia-a-dia”.

Em 2009 viajou de bicicleta da Áustria até à Bulgária e fez também um Caminho de Santiago e outras viagens por Portugal.

“Fiz várias viagens, mas nunca se proporcionou uma viagem com mais de quarenta dias, por causa do trabalho. Como agora estou ‘na reserva’ e tenho o tempo todo para viajar, pensei juntar o útil ao agradável”, explicou.

A este motivo acresce ainda o facto de, este ano, se comemorarem os 400 anos da primeira publicação do livro “Peregrinação”, de Fernão Mendes Pinto, razão pela qual “surgiu a ideia de passar por pontos onde existam monumentos ou tradições de origem portuguesa”.

De acordo com Hernâni Carvalho, a viagem começou a ser delineada há cerca de dois anos.

“Quando comecei a preparar [a viagem] o sentido seria para oeste, ou seja, sair de Portugal de avião para a Argentina e daí partir em direção ao ocidente”, explicou o militar.

Porém, o sentido mudou. Membro de uma rede mundial de apoio a cicloturistas, a Warmshower, Hernâni hospedou, em 2012, um cicloturista chinês.

A Warmshower dá, como o nome indica, “a possibilidade ao cicloturista de tomar um banho quente, fazer uma refeição, lavar a roupa, montar a tenda ou até dormir”, usufruindo da hospitalidade de quem recebe.

“A bicicleta dele foi roubada em Sines e para ele acabar a viagem eu emprestei-lhe a minha. Quando a bicicleta dele apareceu ele já estava na China, então decidimos que eu iria pedalar na bicicleta dele até à China”, contou Hernâni.

Por esse motivo, optou por dar um novo rumo à sua viagem e partir de Portugal em direção àquele país do Oriente: “Entrego-lhe a bicicleta, tenho lá outra e continuo a minha viagem”.

Segundo Hernâni, antes da saída de Portugal está prevista uma incursão pelos Açores, na ilha Terceira, “onde viveram os Corte Real, que descobriram a Terra Nova e a Gronelândia”, e à Madeira, na ilha de Porto Santo, “onde viveu Cristóvão Colombo”.

A aventura, que tem início a 20 de maio, no Castelo de Guimarães, durará cerca de

oito anos.

“Poderá ser mais ou menos, tudo depende. Poderei chegar a um sítio onde planeei estar um mês e não me sentir bem e noutra sítio, onde eventualmente não pensava parar e me sentir bem, poderei ficar um dois meses, o que o visto na altura permitir”, explicou o militar.

Os interessados poderão acompanhar esta viagem através da página na Internet de Hernâni Carvalho ou através da revista “Debater História”.

Na bagagem leva o básico: uma tenda, um saco-cama, equipamentos de cozinha e roupa, para além de pequenas peças suplentes para a bicicleta.

Sem grandes planos para alojamento, Hernâni sublinhou que a ideia é misturar-se “o mais possível com a população local”. Contará com alguns apoios apenas no que respeita ao equipamento e todo o dinheiro que conseguir angariar será doado a uma associação portuguesa que treina e oferece cães-guia a invisuais.

“Digamos que é uma ação nobre, treinar e dar cães guias a invisuais, pessoas que nunca vão ter a oportunidade de ver aquilo que eu vou ver durante a minha viagem”, conclui.

AZRA/ROC // ROC

Lusa/fim

3- NOTÍCIA – Porto Fashion Week reúne 300 expositores entre quarta e quinta-feira

Porto, 25 fev (Lusa) - A 3.^a edição do MODtissimo/Porto Fashion Week, que decorre na quarta e na quinta-feira, das 10:00 às 19:00, no hotel Sheraton Porto, vai reunir cerca de 300 expositores de tecidos e acessórios para confeção.

O MODtissimo “é um salão de tecidos e acessórios profissionais, o único salão da fileira têxtil, que existe há 22 anos”, explicou à Lusa o administrador executivo do projeto, Manuel Serrão.

Segundo o responsável, há um ano e meio o projeto evoluiu e passou a ter um “chapéu” chamado Porto Fashion Week que inclui, para além do MODtissimo, “o ‘fashion district’, uma colaboração com 25 das melhores lojas da cidade do porto, o ‘lifestyle’, um projeto ligado aos têxteis lar e à decoração, e o ‘iTechStyle Innovation Business Forum’, de têxteis técnicos, em parceria com o CITEVE [Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal]”.

Depois do sucesso das duas edições anteriores, o MODtissimo/Porto Fashion Week, que tem vindo a realizar-se no edifício da Alfândega, promete agora uma “edição de luxo”.

“A moda tem a ver com mudança e achámos que devíamos inovar fazendo uma edição especial”, disse Manuel Serrão.

A escolha do Sheraton Porto para acolher esta 3.^a edição, que inclui seminários e ‘workshops’ com a apresentação das tendências primavera/verão, obrigou à “reestruturação total de ‘layouts’”, pode ler-se no comunicado enviado pela organização.

De acordo com o administrador do projeto, “a ideia foi que o MODtissimo se integrasse no hotel, e não transformar o hotel numa feira”, exemplificando que “enquanto na Alfândega os ‘stands’ são todos iguais, aqui a parte dos tecidos é um ‘showroom’ dos quartos do hotel”.

Contudo, apesar da reestruturação, a organização garante que “os ‘ingredientes’ mais importantes da fileira têxtil nacional” estarão presentes.

Este é também o ano da 3.^a edição do iTechStyle Innovation Business Forum, que, segundo Manuel Serrão, consiste na “exposição dos produtos que estão a ser alvo de investigação”, entre os quais tecidos técnicos, funcionais ou com propriedades especiais e que “são aqui apresentados para posterior industrialização ou comercialização”.

No âmbito do iTech Forum será lançada mais uma edição do Prémio Inovatêxtil, “agora num novo formato que passa a distinguir anualmente as melhores propostas em exposição no iTechStyle Innovation Business Forum”, adiantou, em comunicado, a organização.

Na quarta-feira, pelas 10:00, o evento contará com a visita do secretário de Estado Adjunto e da Economia, Leonardo Mathias.

AZRA/ROC // ROC

Lusa/fim

4- NOTÍCIA - Incêndio numa habitação faz três feridos na Amadora

Lisboa, 28 fev (Lusa) - Um incêndio urbano que deflagrou na madrugada de hoje no interior de uma habitação, na freguesia da Brandoa, concelho da Amadora, provocou um ferido grave e dois feridos ligeiros, informou a Proteção Civil Municipal.

Segundo disse à agência Lusa o responsável da Proteção Civil Municipal da Amadora, Luís Carvalho, o ferido grave foi transportado para o Hospital de Santa Maria, em Lisboa, enquanto os dois feridos ligeiros seguiram para o hospital da Amadora.

De acordo com a mesma fonte, não foi ainda possível apurar as causas do acidente devido à grande quantidade de entulho acumulada no interior da casa.

O alerta de incêndio foi dado às autoridades cerca das 03:00. No local estiveram os bombeiros locais, PSP, Serviço Municipal e Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).

O fogo viria a ser extinto às 03:30.

AZRA/ZO // ZO

Lusa/fim

5- NOTÍCIA - Detidos três homens por furto de malas e carteiras "por toda a cidade" de Lisboa

Lisboa, 12 mar (Lusa) - O Comando Metropolitano de Lisboa (Cometlis) da PSP anunciou hoje a detenção em Lisboa de três homens, na quarta-feira, entre as 07:00 e as 17:00, por “furto de malas e carteiras em transportes públicos, hotéis, restaurantes e bares da cidade”.

Segundo um comunicado do Cometlis, os três homens, com idades compreendidas entre os 30 e os 48 anos, “atuavam em conjunto um pouco por toda a cidade” e “tinham como alvos preferenciais os turistas nas áreas de receção dos hotéis”, a quem roubavam as malas, aproveitando momentos de distração.

Quando atuavam em restaurantes, os detidos seleccionavam previamente as vítimas, sentando-se nas mesas vizinhas. Vendo-as distraídas, roubavam malas e casacos pendurados nas costas das cadeiras.

Os três homens estão indicados por 40 furtos, estando o prejuízo das vítimas avaliado em 63.500 euros, pode ler-se no comunicado.

As forças policiais conseguiram ainda recuperar, na residência de dois dos três homens, alguns artigos comprados com cartões roubados às vítimas, tais como relógios, perfumes, calçado, roupa interior, material fotográfico e vários telemóveis.

De acordo com a mesma fonte, a PSP apercebeu-se das ações do grupo em meados de 2013, dando início às investigações sob a direção do Departamento de Investigação de Ação Penal (DIAP) de Lisboa, que acabou por identificar e deter os autores dos furtos.

Ainda não são conhecidas as medidas de coação aplicadas após primeiro interrogatório judicial.

AZRA // ROC

Lusa/fim

6- NOTÍCIA - Prémio vai distinguir concelhos com mais condições de acessibilidade - instituto

Lisboa, 06 mar (Lusa) - O Instituto Nacional para a Reabilitação vai apresentar até ao fim do ano o prémio “Concelho Acessível” para distinguir, a partir de 2015, o município que se destaque em criar mais condições de acessibilidade para os cidadãos.

“Não é só uma acessibilidade habitacional e urbanística. O que queremos acrescentar é precisamente uma acessibilidade em todos os campos, mesmo comunicacional e informativa. O município que se destacar em criar mais condições de acessibilidade em todas as áreas será aquele que, em princípio, distinguido”, explicou hoje José Serôdio, presidente do instituto, à margem da atribuição dos prémios "Praia + Acessível 2013" e a apresentação do Programa "Praia Acessível - Praia para Todos!" para a época balnear de 2014, em Lisboa.

De acordo com o responsável, neste momento o regulamento do prémio está a ser ultimado e deverá ser apresentado até ao final do ano.

O objetivo é que em 2015 já seja atribuída esta distinção, que deverá ocorrer de dois em dois anos.

O prémio "Praia + Acessível" é anualmente entregue aos municípios que criaram condições de acessibilidade às praias e que foram consideradas de referência por um júri.

A praia do Senhor da Pedra, em Vila Nova de Gaia, foi a distinguida como a praia com melhores condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida durante o ano passado, seguida da praia da Luz, em Lagos.

Em 2013, exibiram a bandeira de “praia acessível” 179 praias (162 das quais no continente), que representam 30% do universo das zonas balneares classificadas no país.

Em 2005, o primeiro ano de atribuição da distinção, apenas 49 praias foram consideradas com condições de acessibilidade.

O objetivo do programa é assegurar às pessoas com mobilidade condicionada que possam aceder às praias e usufruir destes espaços quer na orla costeira quer nas zonas balneares do interior do país.

O programa "Praia Acessível - Praia para Todos!" foi lançado há 10 anos, em 2004, e é coordenado pelo Instituto para a Reabilitação, na dependência do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, com a participação da Agência Portuguesa do Ambiente e pelo Turismo de Portugal, entre outros parceiros.

Entre as condições essenciais para que uma praia seja considerada “praia acessível” estão o fácil acesso a partir da via pública, estruturas para viaturas ao serviço de pessoas com deficiência, percursos acessíveis até à zona balnear e acesso a primeiros-socorros de pessoas com mobilidade reduzida.

Também são aconselhados acesso pedonal fácil a restaurantes, duches e vestiários, a existência de cadeiras anfíbias e espaços específicos para pessoas com mobilidade condicionada, assim como a qualidade da informação sobre as condições de acesso.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, de acordo com os Censos de 2011, 1,8 milhões de portugueses apresentam pelo menos uma deficiência.

RCS/AZRA // ROC

Lusa/fim

7- NOTÍCIA - Detidos três homens por furto de malas e carteiras "por toda a cidade" de Lisboa

Lisboa, 12 mar (Lusa) - O Comando Metropolitano de Lisboa (Cometlis) da PSP anunciou hoje a detenção em Lisboa de três homens, na quarta-feira, entre as 07:00 e as 17:00, por “furto de malas e carteiras em transportes públicos, hotéis, restaurantes e bares da cidade”.

Segundo um comunicado do Cometlis, os três homens, com idades compreendidas entre os 30 e os 48 anos, “atuavam em conjunto um pouco por toda a cidade” e “tinham como alvos preferenciais os turistas nas áreas de receção dos hotéis”, a quem roubavam as malas, aproveitando momentos de distração.

Quando atuavam em restaurantes, os detidos selecionavam previamente as vítimas, sentando-se nas mesas vizinhas. Vendo-as distraídas, roubavam malas e casacos pendurados nas costas das cadeiras.

Os três homens estão indicados por 40 furtos, estando o prejuízo das vítimas avaliado em 63.500 euros, pode ler-se no comunicado.

As forças policiais conseguiram ainda recuperar, na residência de dois dos três homens, alguns artigos comprados com cartões roubados às vítimas, tais como relógios, perfumes, calçado, roupa interior, material fotográfico e vários telemóveis.

De acordo com a mesma fonte, a PSP apercebeu-se das ações do grupo em meados de 2013, dando início às investigações sob a direção do Departamento de Investigação de Ação Penal (DIAP) de Lisboa, que acabou por identificar e deter os autores dos furtos.

Ainda não são conhecidas as medidas de coação aplicadas após primeiro interrogatório judicial.

AZRA // ROC

Lusa/fim

8- NOTÍCIA - Federação de caçadores alerta para desaparecimento de populações de coelho-bravo

Lisboa, 12 mar (Lusa) - A Federação de Caçadores Portugueses quer ver resolvidos, até 01 de maio, data de início da época venatória, os problemas de gestão das populações de coelho-bravo, que, segundo o organismo, estão a desaparecer devido a uma doença viral.

Em declarações à Lusa, o presidente da direção da federação, Hélder Ramos, disse hoje ter sido feito um “ultimato” ao Ministério da Agricultura e ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) no sentido de solucionar a situação, que considera “drástica”.

A doença hemorrágica viral (DHV), que afeta mortalmente o coelho-bravo, é uma espécie de vírus que, de acordo com o responsável, “atinge os animais essencialmente numa idade juvenil”.

“Há duas espécies muito importantes no nosso país que mexem com a economia da caça e que ainda mantêm um número significativo de caçadores na atividade”, sendo uma delas o coelho-bravo, afirmou.

Segundo Hélder Ramos, perdeu-se, “no último ano, mais de 80% da população do coelho-bravo a nível nacional” e “cerca de 100 e qualquer coisa mil caçadores” na última década.

“Existem determinadas zonas no nosso país em que toda a população de coelho-bravo desapareceu”, informou, acrescentando que “sem caça não há caçadores” e que, “não havendo caçadores, não há investimento na atividade”.

A situação está, de acordo com o responsável, a deixar o património cinegético português “lapidado”, o que acarreta outras complicações – por exemplo, o desaparecimento do coelho-bravo está a afetar outros animais que se alimentam daquela espécie, entre os quais o lince ibérico.

Além disso, este é um problema que afeta também a saúde pública.

A Federação de Caçadores Portugueses considera que está a ser dada, por parte da tutela, “muito pouca atenção” quer à atividade venatória, quer às próprias espécies cinegéticas.

Para o próximo sábado está programada uma sessão de esclarecimento, que decorrerá no auditório da Biblioteca Municipal de Tomar, dirigida a caçadores e entidades gestoras, onde serão, de acordo com Hélder Ramos, discutidas “alternativas ao declínio do setor”, que é aquilo que a federação quer contrariar junto da tutela.

O responsável reforçou a necessidade de intervenção por parte da tutela “quer na alteração ao decreto de lei, quer inclusivamente num apoio mais próximo à caça”.

“Quando falamos em apoio não estamos a pedir dinheiro. Estamos a pedir que, de facto, a atividade cinegética seja olhada de outra forma por parte dos nossos responsáveis”, concluiu, alertando para o risco de cessação daquela prática já na próxima época.

A Lusa questionou o Ministério da Agricultura e do Mar acerca das questões levantadas pela federação. Contudo, até ao final da tarde de hoje, não foi possível obter uma resposta.

AZRA/ROC // ROC

Lusa/fim

9- NOTÍCIA - Adesão dos trabalhadores à greve na Valorsul foi de 32% - empresa

Lisboa, 17 mar (Lusa) – A Valorsul informou hoje que a adesão à greve durante o dia de hoje foi de 32%, embora com variações significativas “de unidade para unidade”, enquanto o sindicato destaca que se trata de “uma greve muito forte”.

Em comunicado divulgado ao fim da tarde, a empresa Valorsul explica que os 32% são referentes a “todas as instalações da empresa e todos os turnos do dia”.

Contactado pela Lusa pelas 19:00, Navalha Garcia, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro-Sul e Regiões Autónomas, preferiu não comentar os números de adesão à greve. O dirigente sindical referiu apenas que “a greve dos serviços operacionais da Valorsul é uma greve muito forte”.

De acordo com o presidente da comissão executiva da empresa, João Figueiredo, na central de valorização energética de São João da Talha, em Loures, a adesão à greve foi de 63%, o número máximo registado. Já na região Oeste, que engloba o aterro sanitário e a estação de triagem do Cadaval, a adesão foi de 13% dos trabalhadores.

No centro de triagem do Lumiar, em Lisboa, segundo a empresa, a adesão à greve foi de 49% e na estação de tratamento e valorização orgânica, na Amadora, foi de 45%. Já no aterro sanitário de Mato da Cruz, registou-se 39% de adesão à greve.

Ainda segundo João Figueiredo, tanto “no aterro sanitário do Cadaval, como nas estações de transferência e na região de Lisboa” os resíduos foram recebidos como habitualmente. Já na central de valorização energética de São João da Talha, o responsável referiu que não foram recebidos resíduos dos municípios.

Contudo, João Figueiredo garantiu que existem serviços mínimos que asseguram a receção do lixo.

Em declarações à Lusa, Navalha Garcia acusou a Valorsul de estar a tentar “pôr os trabalhadores contra as câmaras municipais”.

“Soubemos há pouco que a administração informou as respetivas câmaras municipais que tinha condições para garantir, neste caso, o lixo”, acrescentando que a situação não se verifica, uma vez que “a incineradora está parada” e “não há condições objetivas para a entrega do lixo por parte das câmaras municipais”.

Na origem da greve está a privatização de 100% da participação do Estado na Empresa Geral de Fomento, uma 'sub-holding' do grupo Águas de Portugal para o setor dos resíduos, aprovada no final de janeiro pelo Conselho de Ministros.

A EGF é responsável pela recolha, transporte, tratamento e valorização de resíduos, através de 11 empresas concessionárias, da qual faz parte a Valorsul, situada no concelho de Loures e que atua em 19 municípios da Área Metropolitana de Lisboa e da zona Oeste.

A empresa serve os municípios de Alenquer, Alcobaça, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lisboa, Loures, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

Lusa/fim

10- NOTÍCIA - Junta lisboeta de Carnide organiza concentração para contestar fecho de esquadras

Lisboa, 18 mar (Lusa) - A Junta de Freguesia de Carnide, em Lisboa, convocou para quarta-feira uma concentração em frente ao Ministério da Administração Interna (MAI), às 15:45, contra a proposta da PSP de encerrar duas das esquadras daquela freguesia.

“Amanhã vamos de facto concentrar-nos junto ao Ministério da Administração Interna para sermos recebidos pelo ministro ou por alguém do ministério”, disse hoje à Lusa o presidente da Junta de Freguesia de Carnide, Fábio Sousa (PCP).

A iniciativa está a ser promovida nas redes sociais, num evento intitulado “Não ao encerramento das esquadras da PSP em Carnide!” e criado pelo próprio presidente da junta, que sublinhou que o apelo não é só dirigido a Carnide, mas a todas as freguesias que se opõem ao encerramento das esquadras.

Em causa está um projeto de reorganização do dispositivo policial em Lisboa entregue pela Polícia de Segurança Pública (PSP) ao MAI que visa o encerramento de onze esquadras na capital, duas delas na freguesia de Carnide: uma no Bairro Padre Cruz e outra no Bairro da Horta Nova, ambos municipais.

De acordo com Fábio Sousa, o fecho das duas esquadras representa “um retrocesso naquele que tem sido o trabalho da PSP na freguesia” e no policiamento de proximidade.

“O Bairro Padre Cruz sem uma esquadra é garantia de que vão existir problemas e problemas graves”, advertiu. Segundo o autarca, embora não impeça a existência de problemas, a esquadra é “garantidamente” uma medida preventiva.

“Estas nossas esquadras dão a primeira intervenção e a primeira intervenção é muito importante para que o problema não se alastre”, justificou.

O alargamento da área de influência da esquadra de Carnide (a 42.^a, na rua Manuela Porto) a toda a área da freguesia e também da vizinha freguesia de S. Domingos de Benfica é outra das propostas que a concentração marcada para quarta-feira visa rejeitar, segundo a descrição do evento na rede social Facebook.

O presidente da Junta de Freguesia de Carnide entende que esta reorganização “não faz muito sentido”.

“Nós já achamos que os efetivos são poucos, quanto mais alargar a atuação destes efetivos a duas freguesias”, concluiu.

AZRA/ROC // ROC

Lusa/fim

11- NOTÍCIA - Duas dezenas de pessoas concentram-se em Lisboa contra proposta de fecho de esquadras (ATUALIZADA)

Lisboa, 19 mar (Lusa) - Cerca de 20 pessoas concentraram-se hoje à tarde em frente ao Ministério da Administração Interna, em Lisboa, em protesto contra a proposta de encerramento de esquadras da capital.

Empunhando cartazes em que se podia ler "Não ao encerramento de esquadras PSP", moradores das freguesias de Carnide, Alfama, Alcântara e Marvila começaram a juntar-se no Terreiro do Paço, em frente ao ministério, pelas 15:45.

Cerca das 16:15, um grupo de representantes destas freguesias, incluindo o presidente da junta de Carnide, Fábio Sousa, entrou no edifício para ser recebido por um representante do Governo.

A iniciativa foi convocada com base na proposta da PSP, já entregue ao Governo, para o fecho de 11 esquadras na capital.

Devido à proposta de encerramento das esquadras dos bairros Padre Cruz e Horta Nova, em Carnide, a junta de freguesia tem sido uma das principais vozes de contestação.

Entretanto, o ministro da Administração Interna disse hoje, à margem de uma conferência em Sintra, que não vão encerrar as 11 esquadras propostas inicialmente pela PSP e que o processo é “gradual e faseado”, em conversação com a câmara e as juntas.

“Esse foi o ponto de partida e um projeto técnico elaborado pela PSP, nunca fizemos finca-pé na questão do número de esquadras, fazemos finca-pé nos princípios que estruturam esta alteração e esta reforma”, disse Miguel Macedo.

Os representantes das freguesias foram hoje recebidos pelo secretário de Estado Adjunto do ministro da Administração Interna, Fernando Alexandre, mas a reunião foi “inconclusiva”, de acordo com o presidente da Junta de Carnide.

“O secretário de Estado ouviu-nos e esperamos que tenha registado as nossas sugestões e opiniões”, referiu à Lusa Fábio Sousa no final da reunião, acrescentando que “não houve qualquer tipo de garantia” por parte do Governo.

A Junta de Freguesia de Carnide está a recolher assinaturas contra o encerramento das esquadras, tendo já cerca de 2.700.

O mesmo está a ser feito noutras freguesias, segundo Maria de Lurdes Pinheiro, da Comissão de Utentes de Lisboa.

A responsável adiantou que em Alfama já foram recolhidas mais de mil assinaturas.

“A próxima vez que viermos ao Ministério da Administração Interna será para fazer a entrega das assinaturas”, disse.

JRS/AZRA // ROC

Lusa/fim

12- NOTÍCIA - Portugal Fashion: Coleção da dupla Alves/Gonçalves encerrou o primeiro dia, em Lisboa (C/FOTOS)

Lisboa, 26 mar (Lusa) - A Academia de Ciências de Lisboa foi hoje palco do desfile para o próximo inverno da dupla Alves/Gonçalves, que encerrou o primeiro dia da 34.^a edição do Portugal Fashion, que na quinta-feira rumo ao Porto.

Para o próximo inverno, Manuel Alves e José Manuel Gonçalves criaram peças com silhuetas "femininas de formas amplas e livres", em que há uma "grande intensidade nos detalhes, que exploram acabamentos manuais/artesanais", caso das peças "elaboradas manualmente com fio de algodão e lã entrelaçados", explica o texto de apresentação da coleção.

Nos tecidos, a dupla apostou nos 'tweeds' e 'jacquards' de seda e veludo, em cores que vão dos negros aos verdes, passando pelos cinzentos, os azuis, o lilás e o amarelo-torrado.

O primeiro dia desta edição do Portugal Fashion arrancou pelas 19:00, no Palacete Ribeiro da Cunha, no Príncipe Real, onde funciona o espaço comercial Embaixada, com a apresentação da coleção para o próximo inverno da dupla Storytailors.

Em "Once Upon a Future" [Era uma vez um futuro], com peças para homem e mulher, o burel é o material de eleição de João Branco e Luís Sanchez, que optaram também por utilizar crepe 'georgette' plissado.

Os casacos e camisolas fazem lembrar puzzles, já que são feitos de um conjunto de pedaços de burel, unidos por apliques dourados.

Os desfiles passaram depois para a Academia de Ciências de Lisboa.

As coleções do trio Hibu e de João Melo Costa, ambos da plataforma Bloom, dedicada aos novos talentos, foram apresentadas nos claustros do edifício.

O preto domina quase por completo as propostas da Hibu para o próximo inverno, traduzindo "um sentimento de escuridão e desespero", refere o texto de apresentação da coleção.

Em "Wrach", uma coleção com peças para homem e para mulher, são misturados "tecidos estruturados com outros mais leves".

As cores de inverno dominaram também a coleção de João Melo Costa, onde além do preto, foram utilizadas cores como o cinzento, o ocre e o azul-escuro, por vezes adornadas com brilhos.

A 34.^a edição do Portugal Fashion, que decorre sob o tema "Organic" [Orgânico] continua na quinta-feira da Alfândega do Porto, onde serão apresentadas as coleções para o próximo inverno, de, entre outros estilistas, Luís Buchinho, Fátima Lopes, Luís Onofre, Miguel Vieira, Katty Xiomara, Anabela Baldaque, Diogo Miranda ou Júlio Torcato.

Entre quinta-feira e sábado realiza-se, em paralelo com os desfiles, a segunda edição do 'showroom' Brand Up, uma mostra de coleções de criadores e marcas de vestuário, aberta ao público em geral, mas dirigida sobretudo a agentes de compras, nomeadamente estrangeiros.

Lusa/Fim

13- NOTÍCIA - PJ detém suspeito de homicídio procurado há mais de um ano

Lisboa, 31 mar (Lusa) - A Polícia Judiciária (PJ) anunciou hoje a detenção, no Porto, de um homem de 59 anos procurado há mais de um ano por suspeita de homicídio.

Segundo o comunicado da PJ, o homicídio terá ocorrido em julho de 2012 em Lisboa, “tendo a vítima, um homem também com 59 anos, sido atingida por vários disparos de uma arma de fogo” em plena via pública.

O suspeito acabou por ser identificado e detido no Porto, na sequência de uma investigação levada a cabo pela PJ.

O detido foi presente a primeiro interrogatório judicial, tendo-lhe sido aplicada a medida de coação de prisão preventiva.

AZRA/ROC // ROC

Lusa/fim

14- NOTÍCIA - PJ detém suspeitos de burlas relativas a "elevadas somas de dinheiro"

Lisboa, 02 abr (Lusa) - A Polícia Judiciária (PJ) anunciou hoje a detenção, em Lisboa, de três homens suspeitos de burla através de um esquema ilícito que consistia em persuadir as vítimas a entregar-lhes dinheiro sob promessa de conseguirem multiplicar as quantias cedidas.

Os elementos do grupo, com idades compreendidas entre os 32 e os 37 anos, começavam por convencer as vítimas “a entregar-lhes elevadas somas de dinheiro em notas de euros, normalmente de 50, 100, 200 ou 500”, alegando que, “com recurso a líquidos e papéis especiais”, conseguiam multiplicar as quantias entregues, explica a PJ, em comunicado.

De acordo com a mesma fonte, depois de receberem o dinheiro os suspeitos entregavam às vítimas embrulhos “com dimensões idênticas às das notas entregues” contendo apenas “duas ou três notas verdadeiras” e pedaços de papel.

Na sequência das detenções, a PJ apreendeu alguns dos objetos utilizados na prática dos crimes, entre os quais maços de papel, garrafas de líquidos destinados à suposta “multiplicação do dinheiro” e telemóveis.

Os detidos foram presentes à autoridade judiciária competente a fim de lhes serem aplicadas as medidas de coação adequadas, ainda não divulgadas.

AZRA/ROC // ROC

Lusa/fim

15- NOTÍCIA - Moinhos de todo o país abertos a visitas este fim de semana

Lisboa, 03 abr (Lusa) – Mais de duas centenas de moinhos de todo o país vão estar abertos ao público entre sábado e segunda-feira como forma de valorizar este património e assinalar o Dia Nacional dos Moinhos.

A 8.^a edição da iniciativa “Moinhos Abertos de Portugal” pretende voltar a alertar para a conservação dos moinhos: “pelo menos uma vez no ano eles são limpos, lubrificados, arranjados, postos em condições”, disse à agência Lusa o coordenador, Jorge Miranda.

No Dia Nacional dos Moinhos, a 07 de abril, o objetivo é, de acordo com uma nota da organização, “chamar a atenção dos portugueses para o inestimável valor patrimonial dos nossos moinhos tradicionais”, assim como “identificar problemas e oportunidades, germinar projetos e ideias”.

Segundo Jorge Miranda, em 2007, ano de estreia da iniciativa, aderiram 132 moinhos que receberam 2.000 visitantes. A edição de 2014 contará com 216 moinhos, mais 84 que no primeiro ano.

As atividades serão realizadas conforme “a natureza dos moinhos e o uso que lhes é dado”, explicou o coordenador. Haverá percursos, visitas guiadas, demonstrações dos moinhos em funcionamento, provas de produtos regionais e, nalguns casos, ações de limpeza e conservação.

Um dos 44 municípios que este ano participam na iniciativa “Moinhos Abertos de Portugal” é Santa Comba Dão, distrito de Viseu, com uma visita guiada (no sábado às 15:00) aos dois moinhos “que ainda sobrevivem”.

Jorge Miranda explicou que “quase todos os moinhos que existiam na zona estão no fundo da barragem [da Aguieira]”, restando apenas dois.

A Câmara de Santa Comba Dão, em conjunto com os escuteiros, tem vindo a fazer o levantamento dos moinhos que existiam para ser apresentada a sua reconstrução virtual, que ficará patente num exploratório da Aguieira.

Na Lourinhã, no distrito de Lisboa, vai ser possível conhecer, entre sexta e segunda-feira, através de visitas guiadas, entre outros, os moinhos da Lucília e do António, na freguesia da Atalaia, e do Dinossauro, em Porto Dinheiro, freguesia de Ribamar.

Mais a sul, “Velas ao Vento” é o nome da iniciativa que o Museu Municipal de Aljustrel realiza no domingo. Segundo o município, em redor da vila de Aljustrel, existiram cerca de 15 moinhos de vento. A grande maioria já desapareceu ou encontra-se ao abandono. Uma das exceções é o Moinho do Maralhas e será este que ostentará neste dia “as suas belas velas” e terá as portas abertas para que o público possa ver este exemplar recuperado e em funcionamento.

AZRA/ZO // ZO

Lusa/fim

16- NOTÍCIA - Acidente na 2.ª Circular corta duas vias no sentido Aeroporto-Benfica

Lisboa, 04 abr (Lusa) - Um acidente na segunda circular, em Lisboa, envolvendo cinco veículos ligeiros, levou esta tarde ao corte do trânsito nas duas vias da esquerda, no sentido Aeroporto – Benfica, disse à agência Lusa fonte da Divisão de Trânsito da PSP.

A mesma fonte indicou que o acidente ocorreu frente à Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), pelas 14:25, e não provocou feridos.

No local estiveram elementos da divisão de trânsito da PSP.

Às 15:40 ainda se registavam filas de trânsito naquela zona.

AZRA/ZO // ZO

Lusa/fim

17- NOTÍCIA - Reabertas vias da 2.^a Circular encerradas devido a acidente

Lisboa, 04 abr (Lusa) - As duas vias da esquerda da 2.^a Circular (Lisboa) que foram hoje à tarde cortadas no sentido Aeroporto-Benfica, devido a um acidente, já foram reabertas, disse à agência Lusa fonte da Divisão de Trânsito da PSP às 16:40.

O acidente, que envolveu cinco veículos ligeiros, ocorreu cerca das 14:25, junto à Escola Superior de Comunicação Social, e não provocou feridos.

AZRA/ROC // ROC

Lusa/fim

18- NOTÍCIA - Dia Internacional de Monumentos e Sítios assinalado em 170 municípios

Lisboa, 11 abr (Lusa) - Cento e setenta concelhos do país vão promover, entre os dias 12 e 20 de abril, atividades de sensibilização dos cidadãos para os monumentos enquanto “Lugares de memória”.

As iniciativas inserem-se nas comemorações do “Dia Internacional de Monumentos e Sítios” (18 de abril), instituído pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) em 1982, e aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) no ano seguinte.

Este ano, desafiam-se os participantes a encarar o património enquanto “Lugares de Memória”, “quer da memória coletiva, do ponto de vista da história, de um povo, de uma região, mas também da memória individual”, porque todos têm “a memória de visitar monumentos”, disse à agência Lusa o diretor-geral do Património Cultural, Nuno Vassallo e Silva.

Entre os dias 12 e 20 de abril, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e o ICOMOS, em colaboração com cerca de 345 entidades públicas e privadas de 170 concelhos do país, vão promover mais de 600 atividades, como visitas guiadas, ateliês lúdicos, encontros, conferências, espetáculos e exposições.

O diretor-geral do Património Cultural considerou que esta é “uma ação importante para renovar junto das comunidades a preocupação para as questões da preservação e usufruto do património” num dos países “que tem maior número de locais classificados como património mundial”.

Em Tomar, no distrito de Santarém, vai ser possível visitar, a partir do dia 17, a Charola do Convento Cristo, que, segundo Vassallo e Silva, “foi nos últimos anos alvo de um enorme trabalho de recuperação”.

Já em Lisboa, entre outras iniciativas, vai ser aberta ao público, a partir do dia 16, a capela privada de D. Maria Pia no Palácio da Ajuda, “que nunca foi, aliás, vista e visitada pelo público”, fez notar o responsável.

Um pouco mais a Sul, o concelho de Palmela, no distrito de Setúbal, assinala a data com a realização do passatempo fotográfico “Arrábida: Lugar de Memória”, que decorrerá durante todo o período de comemorações.

De acordo com uma nota daquela autarquia, os interessados devem enviar para o Museu Municipal de Palmela “fotografias que expressem o vínculo entre a sua memória e a Arrábida”, que ficarão disponíveis num álbum digital e serão integradas no banco de imagens da candidatura da Arrábida a Património da Humanidade.

O dia 18 de abril é o dia em que a entrada nos monumentos da DGCP é gratuita para toda a população e o acesso à maioria das atividades é livre.

AZRA // JLG

Lusa/fim

19- NOTÍCIA - Guia de gastronomia e hotelaria do Expresso distingue restaurante em Cascais e hotel algarvio

Lisboa, 15 abr (Lusa) – O restaurante Fortaleza do Guincho, em Cascais, e o hotel Conrad Algarve, na Quinta do Lago (Loulé), receberam hoje o “Garfo” e a “Chave” de platina, respetivamente, prémios máximos atribuídos pelo guia “Boa Cama, Boa Mesa” do semanário Expresso.

O anúncio foi feito esta tarde, no Teatro Thália, em Lisboa.

Na “Boa Mesa”, o Fortaleza do Guincho sucede ao restaurante Belcanto, em Lisboa, chefiado por José Avillez, que foi “Garfo de Platina” na edição passada.

O Fortaleza do Guincho é dirigido por Vincent Farges, que este ano arrecadou também o prémio de “Chefe do Ano”, segundo a organização.

Ainda na categoria “Boa Mesa”, o restaurante Alquimia, do EPIC SANA Algarve, foi distinguido como “Novidade do Ano”.

Pela primeira vez numa edição do guia do Expresso foi também atribuído, em parceria com a ViniPortugal, o prémio de “Melhor Serviço de Vinho a Copo” ao restaurante Flor de Sal, em Mirandela, que este ano renovou o seu “Garfo de Ouro”.

Na “Boa Cama”, a “Chave de Platina” foi para o hotel Conrad Algarve.

A distinção tinha sido atribuída na edição passada ao Rio do Prado, em Óbidos, que este ano se ficou pela “Chave de Ouro”.

A revelação do ano na categoria “Boa Cama” foi o hotel Vila Galé Collection Palácio dos Arcos, em Paço de Arcos, concelho de Oeiras.

Já o prémio de “Melhor Enoturismo” coube à Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, em Sabrosa, no distrito de Vila Real, enquanto o Ecork Hotel Suites & Spa, em Évora, arrecadou o prémio de “Melhor Ecoturismo”.

O guia “Boa Cama, Boa Mesa 2014” estará à venda a partir de sexta-feira.

AZRA/ROC // ROC

Lusa/fim

18- Bloco de breves (exemplo)

Redação, 13 de mar (Lusa) - Notícias breves do país:

CASCAIS: Detidos em "flagrante delito" por furto qualificado

O Comando Metropolitano de Lisboa (Cometlis) da Polícia de Segurança Pública (PSP), através da Divisão Policial de Cascais, anunciou hoje a detenção, na quarta-feira, de dois homens em “flagrante delito” por furto qualificado.

Segundo um comunicado da PSP, os dois homens, de 17 e 20 anos, circulavam “em plena via pública” transportando um computador portátil, avaliado em 500 euros.

De acordo com a mesma fonte, quando confrontados sobre a proveniência do computador, os suspeitos “acabaram por assumir o ilícito”, informando que o haviam subtraído do interior de uma casa, em Alcabideche. O equipamento acabou por ser devolvido ao proprietário.

Os detidos são hoje presentes ao Tribunal de Cascais a fim de serem sujeitos à aplicação das medidas de coação pela autoridade judiciária.

LISBOA: Rua do Ouro interdita ao trânsito para obras

A Rua do Ouro, situada na Baixa de Lisboa, entre a Rua São Julião e a Praça do Comércio, ficará interdita ao trânsito entre as 21:00 de sexta-feira e as 06:00 de sábado.

A interdição deve-se às obras de reparação do pavimento da rua.

A Polícia Municipal ou a Divisão de Trânsito da Polícia de Segurança Pública (PSP) estarão no local para coordenar as alterações à circulação e os respetivos desvios de trânsito.

LISBOA: Presidente do Banco BIC defende investimento em ferrovias para a Europa

O presidente do Banco BIC português, Luís Mira Amaral, defendeu hoje em Lisboa, no âmbito da conferência internacional “Human Smart Cities”, o investimento em ferrovias que liguem Portugal ao resto da Europa.

Luís Mira Amaral criticou o atual ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Moreira da Silva, afirmando que o governante “ainda não percebeu que tem que apoiar as ferrovias para a Europa.”

O antigo ministro da Indústria e Energia referiu que o país está bem servido em termos de estradas: “estamos em oitavo lugar em termos de autoestradas”, considerando

que o que está em causa no modelo de transportes português são as ferrovias, sobretudo num momento de “exportações e importações da nossa Europa”.

Luís Mira Amaral alertou ainda para a importância de se olhar para o sistema de transportes com “os vários modos de transportes fazendo parte do sistema, e não continuar a pensar cada um dos modos de transportes por si só”.

AZRA // ZO

Lusa/fim

Contrato de Estágio

Ver páginas seguintes, por favor.